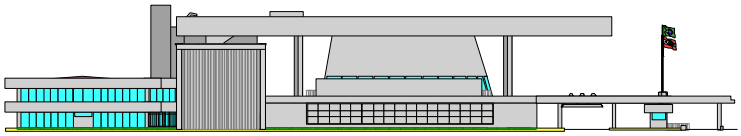
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII FLORIANÓPOLIS, 13 DE FEVEREIRO DE 2008 NÚMERO 5.848

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kulmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1861**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 002ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 12/02/2008.....2

Atos da Mesa
Ato da Presidência.....20

Publicações Diversas
Atas das Comissões Permamentes.....20
Audiência Pública.....22
Ofício.....32
Portarias.....33
Projetos de Lei.....34

P L E N Á R I O

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Faz um relato das suas atividades no ano de 2007.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica entrevista do governador sobre os salários dos servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Registra que os avanços e as conquistas com relação à Lei n. 254, devem-se ao apreço do sr. governador.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Critica o deputado Sargento Amauri Soares pelo seu pronunciamento referente ao cumprimento da Lei n. 254; fala sobre o abono concedido aos servidores da Educação.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Afirma seu interesse em negociar com o governador o restante do pagamento da Lei n. 254.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza a classe médica por ter sido reconhecida como a instituição com maior confiabilidade pelo povo brasileiro; comemora a inclusão do Brasil no grupo de países com o mais alto índice de desenvolvimento humano, através de programas como o Bolsa Família.

Partidos Políticos

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda a necessidade de humanizar as rodovias estaduais.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos por apresentar um projeto de extrema importância para o estado de Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Cumprimenta o deputado Elizeu Mattos por apresentar projeto de lei, que irá com certeza salvar muitas vidas no nosso estado e no nosso país.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos pelo seu projeto e pede autorização para subscrevê-lo.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refere-se aos cartões corporativos no estado de São Paulo.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ressalta que mídia trata o governo Lula de maneira diferenciada e parcial; defende o governo Lula pela transparência dos gastos com os cartões corporativos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra seu afastamento da liderança de seu partido.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Cumprimenta o deputado Kennedy Nunes pelo trabalho que realizou como líder da bancada de seu partido.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a licitação que trata da aquisição de uniforme escolar para os alunos da rede pública de Santa Catarina.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Peritiba, Joares Alberto Pellicioli.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Discorda da volta dos pardais; comunica que participará da comitiva que irá buscar recursos para recuperar as regiões de Santa Catarina afetadas pelas fortes chuvas.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Parabeniza o deputado Dagomar Carneiro pelas colocações a respeito da recolocação dos pardais nas rodovias catarinenses.

Ordem do Dia

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita subscrever o requerimento endereçado ao superintendente do Ibama, de autoria do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Expressa vontade de participar do fórum permanente referente ao debate do sistema de segurança das rodovias federais e estaduais de Santa Catarina.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Considera importante a solicitação da constituição do fórum proposto pelo deputado Marcos Vieira.
DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sugere que o fórum seja incorporado ou vinculado à comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Aborda a necessidade de Santa Catarina despencar no *ranking* de acidentes e mortes nas rodovias em relação a outros estados do Brasil.
DEPUTADO RENO CARAMORI - Sugere que o deputado Marcos Vieira faça um requerimento para que a comissão de Transporte convide as autoridades competentes para discussão do problema.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Solicita ao Plenário que mantenha em pauta o requerimento para a constituição do fórum.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica ser favorável à constituição do fórum permanente.
DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Registra que sua bancada vai votar a favor da criação do fórum.
DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita que a Mesa Diretora informe o acordo feito no início do mandato, com relação aos fóruns permanentes.
DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Esclarece que o que foi acordado na reunião é que cada parlamentar teria direito à criação de um fórum.
DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Comunica que sua bancada vai votar a favor da criação do fórum.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Questiona o número de criação de fóruns.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Comunica que sua bancada votará favorável à criação do fórum permanente.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de vereadores do município de Santa Terezinha.
DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Informa que a sua bancada coloca-se à disposição e é favorável à criação do fórum permanente.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do secretário da Administração, do município de Castelo Branco.
DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Joares Furtado, do município de Romelândia, do sr. Gilberto Orsi, do município de Taió e dos vereadores Valírio Haverroth, Nicanor Depiné, Márcio e Luiz Carlos Müller, do município de Rio do Oeste.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Parabeniza o governo Luiz Henrique da Silveira pela aquisição de uniformes escolares.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Critica o deputado Joares Ponticelli pelo seu pronunciamento no que diz respeito aos uniformes escolares que as crianças de Santa Catarina irão receber.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Cumprimenta o secretário Paulo Bauer pelo belo trabalho frente à secretaria da Educação.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Volta a defender o governo Lula pela transparência dos cartões corporativos e critica governo anterior.
DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Critica o governo José Serra com relação aos gastos com os cartões corporativos.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Anuncia a instalação de nova unidade da Sadia no município de Mafra.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Parabeniza o deputado Antônio Aguiar e o governador Luiz Henrique da Silveira pelo esforço em trazer para o nosso estado mais um investimento que gerará muitos empregos.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Exige o cumprimento do Regimento Interno nas sessões.
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Fala sobre o saneamento básico da nossa população.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Cumprimenta o deputado Professor Grando pelo tema apresentado e pede mais recursos para esta área.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Justifica sua ausência nas sessões de amanhã e depois de amanhã.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de vereadores do município de Três Barras.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra a presença de vereador do município de Garopaba; volta a falar sobre a questão do uniforme escolar; critica governo Luiz Henrique da Silveira.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Questiona o deputado Joares Ponticelli em relação às acusações ao governo Luiz Henrique da Silveira.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Fala sobre projetos que serão prioridade em 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Presidência comunica ao plenário o Ato N. 001-DI, de 2008, vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler.)

"O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições resolve

Designar, de acordo com os arts. 25, parágrafo único, e 65, inciso III, letra 'a', do Regimento Interno, para constituir as Comissões Permanentes, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Pedro Uczai
Deputado Darci de Matos
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputado Jandir Bellini
Deputado Silvio Drevek
Deputado Décio Góes
Deputado Gelson Merísio
Deputado José Natal
Deputado Jorginho Mello
Deputado Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Edson Piriquito
Deputado Edison Andrino
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Romildo Titon
Deputado Reno Caramori
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Ada De Luca
Deputado Genésio Goulart
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Pedro Uczai
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Serafim Venzon
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Decio Góes
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Serafim Venzon
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Ada De Luca
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Pedro Uczai
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorginho Mello
Deputado Professor Grando
Comissão de Saúde
Deputado Edson Piriquito
Deputado Genésio Goulart
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jailson Lima
Deputado Gelson Merísio
Deputado Serafim Venzon
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Natal
Deputado Professor Grando

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputada Ada De Luca
Deputado Renato Hinnig
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Pedro Uczai
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Professor Grando

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputada Ada De Luca
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Edson Piriquito
Deputado Edison Andrino
Deputado Reno Caramori
Deputado Décio Góes
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado José Natal
Deputado Professor Grando

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Herneus de Nadal
Deputado Genésio Goulart
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorginho Mello
Deputada Odete de Jesus" [Sic].

As indicações são frutos de reunião conjunta com os senhores líderes na manhã de hoje, sendo que à tarde procederemos, fruto de acordo, à eleição das presidências.

A Presidência dá ciência ao plenário também do ato da Presidência n. 002-DL, de 2008.

(Passa a ler.)

"O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições resolve

Designar, de acordo com os arts. 44 e 45, parágrafo único, do Regimento Interno, para constituir a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Manoel Mota
Deputado Romildo Titon
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jailson Lima
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Nilson Gonçalves
Deputada Odete de Jesus" [sic].

A comissão também se reunirá para escolher o seu presidente na forma do acordo celebrado entre os líderes partidários com assento nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso amigo deputado Julio Garcia e demais integrantes da mesa, senhoras deputadas, senhores deputados, amigos que nos assistem e que nos acompanham, nossa assessoria que acompanha o nosso trabalho nos nossos gabinetes, senhoras e senhores, mais uma vez estamos aqui, apesar de no mês de janeiro esta Casa Legislativa ter dado uma parada, quando todos os funcionários tiveram férias coletivas.

Os nossos funcionários puderam dar uma paradinha, mas nós, parlamentares, como foi o meu caso e dos demais colegas, tivemos que assumir toda a demanda, todo o trabalho. Por isso, então, quero dizer que não foi uma boa experiência. Vou sugerir a este magnífico presidente, deputado Julio Garcia, que nos próximos anos - este presidente vai longe nesta Presidência, pois tem feito um trabalho espetacular - possamos fazer um revezamento dos funcionários, porque tivemos que assumir tudo.

Não tive a oportunidade de falar para v.exa, mas desta tribuna faço um relatório do mês de janeiro. Então, pediria que no ano de 2009 pudéssemos fazer um revezamento com os nossos funcionários.

Mas há um lado positivo, ou seja, reformas estão sendo realizadas nesta Casa, o que trará melhoria e bem-estar para quem trabalha e para quem vem a este Parlamento. Isso é importante e tem o seu lado muito positivo.

Srs. deputados, quero dizer que o ano de 2007 foi muito produtivo. Apresentei nesta Casa Legislativa, e tramitaram nas comissões, aproximadamente 50 projetos de lei, e tive sucesso, pois vários desses projetos hoje são leis, como a Lei n. 14.030, de 20 de junho de 2007, sobre a amamentação. Nós sabemos que o leite materno é benéfico para as nossas crianças, e essa nossa lei institui a segunda semana do mês de maio como a Semana do Aleitamento Materno, porque sabemos que o leite é excelente para combater as infecções. E a mãe também se sentirá mais feliz e saudável.

Também cito mais uma lei de autoria desta deputada: a de n. 14.034, de 4 de julho de 2007, que institui a data de 27 de outubro como o Dia do Conselheiro Tutelar. Esses homens desbravadores são os anjos da guarda que estão protegendo as crianças e os adolescentes.

Então, no calendário oficial do estado vamos comemorar a data de 27 de outubro como o Dia do Conselheiro Tutelar. Será uma data belíssima, em que esses valorosos conselheiros tutelares terão um dia para reflexão e comemoração, apesar de não terem muita estrutura para trabalhar. Os prefeitos precisam valorizar mais os conselheiros tutelares, dando-lhes os equipamentos que tanto necessitam porque a demanda é muito grande.

É de minha autoria também a Lei n. 13.933, de 12 de janeiro de 2007, que institui Jaraguá do Sul como a Capital Catarinense do Strudel, esse prato delicioso, maravilhoso.

Outro projeto de autoria desta deputada é a Lei n. 14.183, de 1º de novembro de 2007, que institui que em todos os hospitais da rede pública deve estar colocado um aviso na entrada dizendo que o cheque caução é proibido. Essa lei deve ser cumprida para que todas as pessoas que chegarem às emergências dos hospitais para internar o seu ente querido saibam que é proibido o cheque caução. Assim, sugerimos que essa lei esteja afixada na entrada do hospital.

Outra lei espetacular é a de n. 14.220, de 30 de novembro de 2007. A partir de agora toda madeira apreendida em Santa Catarina ganhará uma utilização social. Essa madeira apreendida em determinada região poderá ser utilizada, sr. presidente, através de uma parceria com a Cohab, para a construção da casa própria das pessoas de baixa renda. Elas realizarão esse sonho de ter a sua casa própria, porque a madeira sairá mais barata.

Ela poderá ser utilizada também para construir hospitais, salas de aula, escolas, creches para as mães deixar os seus filhos, asilos, eis que muitos filhos ingratos querem colocar os seus pais ou avós idosos em asilos. Ninguém quer cuidar deles e querem jogá-los em um asilo. Assim, precisa haver um local adequado para abrigarem as pessoas da melhor idade.

Então, depois farei o meu agradecimento especial aos meus colegas parlamentares, ao presidente desta Casa e a sua excelência, o governador do estado, que sancionou a lei.

Outro projeto importante foi o da Lei n. 14.202, de 23 de novembro de 2007: a SOS Vovô, ou seja, a partir de agora as pessoas poderão denunciar os maus tratos aos idosos. As pessoas idosas merecem o nosso respeito, o nosso carinho, a nossa gratidão e devem ser bem tratadas. Então, todo aquele que estiver lesando o direito dos idosos poderá ser denunciado, pois isso é crime.

Fui autora de mais uma lei de muita importância, sr. presidente. Fiquei muito feliz quando o governador Luiz Henrique da Silveira enviou para o meu gabinete a lei sobre a hepatite A e a hepatite B sancionada. Graças a Deus, vamos ter a disponibilidade dessa lei para poder assistir àquelas pessoas que quiserem estar imunes a uma doença tão maldosa. E sabemos que a hepatite B é muito perigosa, pois é transmitida através do contato de sangue e secreções corporais contaminadas pelo vírus. A hepatite do tipo A é aquela contraída através de água e alimentos contaminados por dejetos de animais. Portanto, são duas doenças gravíssimas. Mas hoje é lei, e as pessoas poderão procurar os órgãos de vacinação para estar imunes a essas duas doenças.

Sr. presidente, muito obrigada pela oportunidade. Agradeço também aos colegas parlamentares por terem nos apoiado, votando favorável a esses projetos que hoje são leis. Muito obrigada também ao governo do estado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidoras e servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, na sessão ordinária da semana passada, na última quinta-feira, com o auxílio técnico dos servidores desta Casa, foi colocada aqui uma pequena parte de uma entrevista que o governador do estado concedeu aos jornalistas Renato Igor e Moacir Pereira, no programa *Conversas Cruzadas* da TVCOM. Eu tive pouco tempo para debater alguns pontos sobre os quais o governador falou e gostaria de repeti-los hoje, inclusive, para que os telespectadores e os deputados que não puderam acompanhar a minha fala naquele dia possam ouvir parte do que o governador tem falado a respeito da discussão do movimento das praças em nível estadual e deste parlamentar em particular. E faço isso para que todos que estão acompanhando a sessão possam entender que a intransigência não parte de nós.

Então, peço que coloquem o vídeo novamente, por gentileza.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Muito obrigado pela retransmissão de parte dessa entrevista do governador.

Gostaria de continuar debatendo algumas questões. Uma delas é que nos teríamos comprometido a não reivindicar - isso falando de 2003, quando o projeto de lei foi encaminhando a este Poder Legislativo. Aliás, só veio para este Poder depois de várias mobilizações das praças, porque senão não teria vindo.

Outra questão: disseram que nós, tão logo aprovada, no dia seguinte, fomos lá e dissemos: "Queremos tudo"! Isso também não corresponde à verdade, uma vez que já estamos com mais de quatro anos da lei em vigor, e ela foi paga naquilo que interessa para a maioria dos servidores da Segurança Pública - as praças, a base da Polícia Civil, os agentes prisionais - em torno da metade. Mas para outros segmentos, inclusive para a cúpula, foi pago praticamente tudo. Então, não é impossível terminar de pagar a Lei n. 254, porque já se gastou até agora mais do que falta gastar.

Queremos, sim - e até para fazer o debate com o deputado Elizeu Mattos, que na sessão da semana passada puxou essa questão, dizendo que conversou com praças, policiais e bombeiros em Lages, que disseram que o salário melhorou -, dizer que nunca negamos - e muito pelo contrário, sempre afirmamos de forma absolutamente clara - que tivemos importantes avanços na Segurança Pública, no primeiro mandato do governo Luiz Henrique da Silveira. Tivemos mais de quatro mil promoções - e ninguém precisa dizer isso, nem jogar na cara, porque sempre afirmamos; tivemos o plano de carreira, que é uma perspectiva futura de ascensão funcional para as praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; tivemos a aprovação, nesta Assembléia, da Lei n. 254 e o cumprimento de cerca da metade daquilo que interessa às praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, à base da Polícia Civil, aos agentes prisionais monitores. Mais ou menos a metade foi paga, mas falta, portanto, a outra metade.

O governo, ao afirmar aqui que não possui dinheiro porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, não corresponde com verdade também. A lei define que o Poder Executivo estadual possa gastar até 49% da receita corrente líquida com o salário. E em 2006, gastou 43,99%.

O governador, ao afirmar que se passar de 45% é cadeia, como o fez, está omitindo R$ 28 milhões que podem ser gastos a mais com salário todos os meses. Isso dá para pagar a Lei n. 254, dá um reajuste de salário para os servidores da Educação e ainda sobre dinheiro. Então, entendemos que não é a Lei de Responsabilidade Fiscal que está impedindo, mas sim a vontade política. E como falei ao deputado Herneus de Nadal, líder do governo, se o problema é político - porque eu avalio que o problema seja político - e se sou eu o problema, não há problema, então! Deixem-me de fora da negociação, chamem a Aprasc ou nem chamem. Anunciem que vão fazer o parcelamento de parte da Lei n. 254 que falta pagar - e vejam só como eu falo: da parte que falta pagar da Lei n. 254 -, e não há problema! Nós vamos aplaudir e elogiar!

Srs. deputados, estamos esperando esse dia chegar. Aliás, estamos esperando há mais de quatro anos. A última vez que houve negociação efetiva de salário entre os servidores da Segurança Pública e o governo do estado faz muito tempo. Antes de ontem completou dois anos e quatro meses, foi em 10 de outubro de 2005, e o Deputado Marcos Vieira ainda era secretário da Administração.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Para finalizar e antes de conceder um aparte, com toda a satisfação, ao deputado Herneus de Nadal, gostaria de dizer que vou voltar outro dia à tribuna, até para falar nessa questão de que falta gratidão da parte deste parlamentar para com o governo do estado, que falta vontade de dialogar. Pode querer dar a impressão de que, de repente, tenha sido o governador Luiz Henrique que me elegeu deputado. E para resumir numa frase, devo dizer que se as políticas do governo, no primeiro mandato, foram importantes para que as praças acreditassem e elegessem um deputado estadual, com certeza o governo o fez também porque isso seria muito mais importante para reelegê-lo governador. E no mais, não há outra coisa que possa ter acontecido para que o governo garantisse a minha eleição. Garantiu a reeleição dele, isso sim.

Mas concedo um aparte ao deputado Herneus de Nadal, com toda satisfação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Sargento Amauri Soares, sei que o nosso tempo sempre é exíguo para fazer as manifestações, e daqui a pouco também assomarei à tribuna para fazer algumas considerações. Mas quero só fazer uma afirmação aqui: tenho certeza de que v.exa. tem apreço pelo governador e que ele tem por v.exa., pois tem sido fundamental para os avanços e as conquistas com relação à Lei n. 254, da qual uma parte foi implementada. E temos que perseguir agora e alcançar o resultado, que é a integralização dos valores que precisam ser concedidos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal, a quem concedo a palavra por até dez minutos e que terá oportunidade de dar seqüência ao seu aparte.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para falar com relação a assuntos atinentes aos servidores públicos. Inicio de pronto fazendo referências agora com mais tempo e também colocando o microfone de apartes à disposição do deputado Sargento Soares para que possamos fazer o diálogo - e depois vou fazer referência ao Magistério. Mas quero reiterar do apreço e da consideração que todos temos pelo trabalho que o deputado desenvolve na defesa da Segurança Pública, com muito zelo e com muita responsabilidade pela representação que lhe foi atribuída pelos profissionais.

Portanto, v.exa. sempre será parte integrante de todos as negociações. Se houver, porventura, algumas diferenças, elas precisam, e devem, ser superadas, porque temos um contingente expressivo de homens, mulheres e crianças, que são os próprios servidores e suas famílias, que estão na expectativa do cumprimento da Lei n. 254, que, como disse, já contemplou vários segmentos, já avançou, mas que ainda não conseguiu alcançar a plenitude.

Sei que o governador Luiz Henrique também persegue com insistência e determinação esse objetivo. E logicamente, com o tempo e com condições, o nosso estado estará crescendo e desenvolvendo-se. Vamos melhorar as condições do Tesouro do Estado e com o tempo atender à expectativa de v.exa., que é justa, e de todos os nossos servidores da base, principalmente da Polícia Militar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço o deputado Sargento Soares, com muita satisfação, eis que s.exa. é extremamente ponderado e procura alcançar um objetivo que, com certeza, estará ao nosso alcance num determinado espaço de tempo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal, é uma satisfação dar um aparte à manifestação de v.exa.!

Gostaria de dizer, ou melhor, de repetir, a última frase que o presidente da Aprasc me disse: "Soares, diga que continuamos querendo conversar, dialogar, com qualquer parte do governo, com o secretário, mas de preferência com o governador pessoalmente".

Nobres colegas, tenho todo o interesse de fazer essa negociação, acredito que é possível avançar e que é possível, sim, pagar a Lei n. 254 não num tempo muito largo. Inclusive, muitas vezes se diz que falta uma imensidade para pagar e que se gastaria R$ 28 milhões ou R$ 30 milhões para terminar de pagar a Lei n. 254. Mas essa não é a realidade! Nós precisamos de um terço desse valor que se publica para terminar de pagar a Lei n. 254. É o valor, que segundo o secretário da Educação, Paulo Bauer, será gasto para conceder o prêmio educação - e se for essa a decisão do governo certamente o Sinte vai reivindicar em outra direção, com incorporação de abono, etc. Esse valor pagaria toda a Lei n. 254.

Srs. deputados, não é que queiramos deixar a Educação sem nada e pegar o valor para nós, até porque a Educação também precisa desse reajuste, que defendemos, apoiamos e aplaudimos. Mas só quero mostrar que o valor não é tão exorbitante, que não vai deixar os policiais e os bombeiros ricos, pelo contrário, vai dar condições de trabalhar melhor, com mais dignidade, com mais confiança das famílias, como v.exa. bem falou.

Muito obrigado pelo seu aparte e estamos à disposição a qualquer minuto do dia ou da madrugada para restabelecer o diálogo com o governo do estado, inclusive com o governador.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a sua manifestação, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, com relação ao servidor público, é imprescindível e importante a ligação entre o nosso cidadão e o próprio estado, que presta serviços à população. E a notícia importante veiculada nos últimos dias, através da teleconferência e de toda imprensa, é com relação às melhorias concedidas aos integrantes do magistério em nosso estado.

O governo do estado, o governador Luiz Henrique da Silveira, através da secretaria de estado da Educação, do secretário Paulo Bauer, concede um abono de R$ 200,00 aos nossos professores, divididos em duas parcelas. É lógico, é obvio e evidente que gostaríamos de fazê-lo de uma única vez e com um valor maior; no entanto, esse é o valor que nos possibilita os recursos do Tesouro do Estado. E para que possamos fazer um quadro comparativo com a remuneração do servidor que está em sala de aula, vamos recorrer às informações da remuneração dos professores de 5ª a 8ª séries, de licenciatura plena em 2002, que era de R$ 637,97 e que passou com a soma dos abonos, da regência de classe e sem o auxílio alimentação para R$ 1.137,75, num aumento de R$ 1.337,75, com um aumento 109.07%. Assim, os professores de 5ª a 8ª séries, em nível final, com doutorado, de R$ 1.137,50 passarão a perceber R$ 2.134,48, com um aumento na remuneração de R$ 89.3% do valor remuneratório.

E assim poderíamos também buscar informações no quadro comparativo, do mesmo período de 2002 a agosto de 2008, dos professores de 1ª a 4ª séries, do nível médio inicial, que terão um reajuste de 119%, e também os de 1ª a 4ª séries, com doutorado em nível final, que passarão a ter um reajuste de 76.7% nos vencimentos. Com certeza, como disse no início, se não é o ideal é o possível. E vamos continuar a perseguir condições para que possamos melhorar a qualidade de vida através de uma remuneração adequada a todos os nossos servidores públicos. Este é um grande desafio que vamos buscar com toda a insistência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima, que preside a sessão neste momento, os telespectadores da TVAL, os funcionários da Casa e os deputados presentes.

Como médico de formação, faço essa intervenção, primeiro enaltecendo o resultado da pesquisa *Market Análysis,* sobre o *ranking* da confiabilidade do povo brasileiro em relação às categorias profissionais e às instituições. Inclusive, essa matéria está na coluna do Cacau Menezes de hoje. Foi dito que a primeira categoria reconhecida pelo povo brasileiro, assim como a de maior confiabilidade, é a categoria médica. Então, quero parabenizar os médicos por esse reconhecimento que com certeza está pautado no trabalho executado na sociedade brasileira, principalmente os médicos do estado de Santa Catarina.

A segunda categoria em reconhecimento são os economistas, que, com certeza, também estão pautados pelo trabalho que fazem e pela condição econômica em que hoje o Brasil se encontra. O nível de confiabilidade, a diminuição do risco Brasil e uma série de outras nuances, como o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda do povo brasileiro, o controle da inflação, a taxa de juros e por aí afora.

A terceira instituição em reconhecimento é a Polícia Federal, pelo brilhante papel que tem desenvolvido no governo Lula. Centenas e centenas de ações, intervenções da Polícia Federal, várias delas no estado de Santa Catarina, como por exemplo a Operação Moeda Verde, demonstram que a Polícia Federal no governo popular do presidente Lula passou a ter um outro viés, pois hoje prende pobre e prende rico. Não são apenas, deputada Ana Paula Lima, aqueles marginais da sociedade que estão inclusos nesse processo.

Mas ao mesmo tempo em que enalteço aqui o papel dos médicos na sociedade brasileira pelo reconhecimento nessa pesquisa, quero dizer que tenho recebido uma série de *e-mails* de colegas médicos, principalmente do Hospital Florianópolis. A preocupação deles é com a falta de condições, é com as dificuldades de realizar seu trabalho. E aqui vou ler o *e-mail* de um deles. Inclusive, na semana que vem estaremos visitando esse hospital e outros do estado de Santa Catarina.

Passaremos a ler o *e-mail,* sem identificar o autor:

(Passa a ler.)

"Sou médico clínico da emergência do Hospital Florianópolis e venho relatar a situação crítica enfrentada no plantão da última sexta-feira, dia 01/02/2008. Como é do seu conhecimento, a escala de plantão noturno há sete meses vem sendo cumprida apenas por um médico clínico, o que vem trazendo prejuízos incalculáveis tanto para os profissionais médicos quanto para a população que procura assistência naquele hospital.

Iniciei meu plantão pouco antes das 20h, com pacientes aguardando atendimento médico desde às 16h30min. Mais de 45 pessoas aguardavam atendimento. Havia dentro da emergência dois pacientes em estado grave que exigiam atenção permanente. Enquanto eu prestava atendimento a esses dois pacientes, sofria agressões verbais de outros pacientes que aguardavam atendimento no corredor da emergência, expondo-me à situação de estresse e constrangimento profissional.

Diante da situação solicitei comparecimento do coordenador do plantão, dr. César, que é pediatra e auxiliou no atendimento dos pacientes, que aguardavam atendimento naquele momento há mais de cinco horas.

Gostaria de salientar que a situação encontra-se insustentável e que emergencialmente necessitamos de mais nove médicos para a escala de plantão noturno.

Já foram feitas reiteradas solicitações à direção do hospital e à secretaria estadual de Saúde sem que houvesse uma solução definitiva.

Estamos recorrendo a v.exa., certos de que somente com a interferência do Ministério Público as autoridades competentes tomarão as providências necessárias." [sic]

Faço essa intervenção e vamos encaminhar o assunto à secretaria da Saúde. Sabemos da boa vontade do secretário Eduardo Cherem, mas nós, enquanto profissionais médicos, não nos podemos expor a essas condições de trabalho. Durante muito tempo prestei plantões em hospitais com características regionais e sei que quando um médico plantonista encontra-se numa situação de emergência o paciente de risco é prioritário, deputado Antônio Aguiar. E até quero convidá-lo também para que façamos essa visita ao Hospital Florianópolis, juntamente com o Conselho Regional de Medicina, com o sindicato e com a Associação Catarinense de Medicina. Nós, enquanto profissionais, não podemos nos expor e principalmente à sociedade catarinense, porque a denúncia que nos formulam os médicos de plantão do Hospital Florianópolis é muito grave, pois de forma iminente põe em risco a saúde da sociedade catarinense.

Então, no momento em que aqui faço uma intervenção parabenizando a classe médica por ter sido reconhecida como a instituição com maior confiabilidade pelo povo brasileiro, também tenho que, neste momento, fazer a defesa da categoria médica no que se refere ao pagamento dos seus honorários e às melhorias de suas remunerações e para que seja providenciado, o mais urgente possível, a contratação de profissionais médicos para que a sociedade catarinense tenha uma tranqüilidade maior ao procurar os hospitais e as emergências do estado de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, no período que nos resta, quero aqui fazer algumas nominações em relação à intervenção do presidente Lula ontem, quando falou sobre o reinício das aulas no Brasil, fazendo um breve apanhado do nosso governo, colocando que pela primeira vez na história, quando inclui o Brasil como um grupo de países com o mais alto índice de desenvolvimento humano, mostrando que a luta constante contra a pobreza, através de programas como o Bolsa Família, está dando certo. Diga-se de passagem, até o Busch está copiando o Bolsa Família, como uma forma de combater o problema lá.

Srs. deputados, quando o deputado José Natal ao passar por mim, neste instante, fala do cartão corporativo numa menção ao que houve - e que nós também condenamos, deputado José Natal -, o seu PSDB em São Paulo gastou R$ 135 milhões no cartão corporativo. E R$ 45 foram retirados da boca do caixa, com menos explicações. Faço essa referência porque a correção tem que ser geral. Ela não pode ser unificada, porque na semana passada o deputado Marcos Vieira também esteve aqui até fazendo menção a uma pessoa da família do presidente Lula, que em Santa Catarina mora num condomínio muito modesto e leva uma vida muito modesta. São pessoas que aprendemos a admirar, porque não subiu à cabeça o fato de serem filhos do presidente da República e humildemente continuaram levando sua vida do jeito que sempre foi.

Então, neste momento parabenizamos o nosso presidente Lula, principalmente pelos recursos investidos na educação. E este país, queiram ou não, está com outra cara.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, procurarei não usar todo o meu tempo para repartir com o nosso líder, deputado Manoel Mota.

Srs. deputados, o que me traz hoje à tribuna é um assunto que inicialmente não parece ser muito simpático pelo seu passado e pelo seu histórico. Esse assunto já foi trazido à tribuna pelo deputado Antônio Aguiar, na semana que passou, que é a questão do trânsito, ou seja, da violência nas rodovias em Santa Catarina.

Na semana que passou recebemos a notícia que o estado conseguiu um resultado nada positivo, meu líder deputado Manoel Mota, no *ranking* de mortes nas nossas rodovias em acidentes. Ao invés de comemorarmos, estamos chorando, porque em nada engrandece e em nada nos ajuda, mas nos deixa tristes por sermos o estado campeão de mortes e de acidentes.

Hoje existe uma campanha em nível nacional. E aqui no estado a RBS encampou a campanha "Isso tem que ter fim". Temos de parar com isso!

Não podemos mais pensar, deputada Odete de Jesus, em pegar o nosso carro para viajar, pois estamos sempre correndo risco de vida. Nós não podemos mais pegar o nosso carro, naqueles poucos dias de folgas que temos em nossa vida, para passear com a família, para fazer um passeio tranqüilo, porque não saberemos qual será o nosso destino ou se chegaremos vivos ao local onde estamos indo. E tudo isso está acontecendo porque não temos regras a serem seguidas no trânsito de Santa Catarina.

Eu acho que muito do que está acontecendo é falha nossa, sim; é falha dos governantes, dos legisladores que às vezes, deputado Jailson Lima, têm medo de enfrentar uma coisa que não é simpática, mas que futuramente será simpática com a vida. Nós não podemos ter medo de enfrentar posições, aqui não é lugar de frouxos! Se fôssemos frouxos não estaríamos aqui! Temos que ter posição, sim! Para salvar vidas não temos que ter medo de mexer no bolso.

Hoje, eu apresentei um projeto e já faz um mês e meio que o estou estudando com técnicos. Mas não é um projeto que trata sobre a volta dos pardais, não, como estão pregando aí. Esse projeto, num passado não muito distante, por não ter havido um controle, uma fiscalização, virou, de uma altura em diante, um verdadeiro caça-níquel.

Eu estou defendendo aqui a humanização das nossas rodovias, a disciplina na rodovia; uma rodovia estudada, onde o cidadão sabe a velocidade que pode andar dentro dos padrões da engenharia e da tecnologia dos veículos, ou seja, o projeto faz um reestudo sobre as nossas rodovias. Não trata da volta dos pardais, não! Trata do controle de velocidade das nossas rodovias. E só terá medo desse controle quem for transgredir as leis de trânsito.

Enfim, esse projeto tem a finalidade de fazer um reestudo das nossas rodovias.

O deputado Moacir Sopelsa indagava-me antes sobre a possibilidade de esse projeto ser mais um monte de pegadinha, deputado José Natal. Não é um monte de pegadinha, não! O projeto é claro. É lógico que não será como no passado. A empresa que prestar serviço de radar no estado não receberá através de percentual, porque isso tinha virado uma fábrica de multas.

O projeto é claro: em toda a malha rodoviária em que for instalado um radar fixo terá que ser reestudado o limite de velocidade, a humanização e a sinalização da rodovia. E não é um cidadão iluminado que vai decidir lá no Deinfra. O projeto cria a comissão de segurança rodoviária do estado de Santa Catarina. O projeto é claro, é transparente! E eu estou aqui apresentando uma minuta de um projeto que não é finito. Nós podemos, sim, nesta Casa, melhorar o que está aqui para salvar vidas.

Aqui está escrito: "Vamos salvar vidas!"

Não podemos mais ver todos os dias sangue e mais sangue nas nossas rodovias.

Somente no ano passado, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que perdeu o seu filho em um acidente de trânsito no final do ano passado, nos 92 mil quilômetros que percorri, encontrei estendidas na beira da pista de asfalto 16 pessoas sem vida. Sem vida! Por quê? Por causa da imprudência! E nenhuma dessas pessoas morreu por ataque do coração, mas sim pela imprudência da velocidade nas nossas rodovias.

Foram feitos estudos técnicos e dentro da justificativa, deputado Manoel Mota, há estudo técnico. E hoje eu fiz contato também com o Rio Grande do Sul e lá funcionou o controle. Mas esse controle precisa ser transparente, tem que se fazer o reestudo da velocidade das nossas rodovias. Não adianta querer aqui taxar tudo o que é rodovia em 80 quilômetros/hora! "Ah, porque a rodovia foi feita!" Mas quando a rodovia foi planejada, foi feita, deputado Moacir Sopelsa, os carros que existiam na época eram fusca e Brasília e hoje nós temos automóveis com alta tecnologia. Então, nós podemos, sim, rever essa questão da velocidade. Ninguém vai fazer uma coisa a ferro e fogo.

Por isso que hoje eu estou aqui. E digo aos meus pares, aos deputados que esse projeto não é somente de minha autoria, tanto que está aberto para quem quiser subscrevê-lo e ser autor desse projeto comigo. Portanto, está aberta a todos os deputados a subscrição comigo neste projeto que é da vida, porque entre o bolso e a vida, eu fico com a vida.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo, nobre deputado Elizeu Mattos, que tão bem representa a região de Lages apresentando um projeto de extrema importância para o estado de Santa Catarina.

Entendo que é importante que esse projeto apareça num momento importante do desenvolvimento, do crescimento do estado de Santa Catarina, pois é salutar que aprovemos uma lei mais específica para as nossas rodovias, controlando mais a velocidade dos motoristas, no sentido de que não sejam mais ceifadas tantas vidas nas rodovias.

Nós temos certeza de que o seu projeto vai complementar vários aspectos como a importância do limite de velocidade em determinados trechos de algumas rodovias. Esses limites provavelmente serão discutidos numa grande audiência pública nesta Casa, que também será proposta por v.exa. Parabéns, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço a v.exa. o aparte.

Quem já sentiu na pele a situação da imprudência no trânsito, deputado Manoel Mota, sabe do que estou falando. Quem já viu a imprudência todos os dias sabe do que estou falando. Ninguém está querendo aqui multar ninguém. Nós só queremos disciplinar, deputado José Natal, as nossas rodovias. Nós queremos que haja um controle de disciplina nas nossas rodovias. Nós não podemos fazer delas um autódromo, uma pista de corrida, uma pista de loucura.

Se alguém não gosta da vida, eu gosto da vida! Se alguém não gosta de viver, eu gosto de viver! A minha família também gosta de viver, mas nos deixem, pelo amor de Deus, viajar nas nossas estradas com tranqüilidade. Se as pessoas não tiverem responsabilidade, consciência e educação, não teremos outro jeito de cobrar isso senão pelo bolso.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

A imprensa nacional, ano passado, difundiu demasiadamente a questão dos acidentes nas rodovias do nosso país e o que elas provocavam por falta de manutenção.

Nesta Casa, diversos deputados se pronunciaram também a esse respeito. O líder do meu partido, deputado Marcos Vieira, muitas vezes assomou à tribuna munido de dados reais, através da imprensa e da sociedade organizada, para falar sobre as condições das estradas de Santa Catarina e do país.

Com certeza absoluta v.exa., com o seu projeto de lei, está apresentando uma proposta para nós podermos realmente, se possível, dar um basta naqueles que não sabem respeitar o limite dos outros de ir e vir. A questão do alcoolismo e da alta velocidade eu acho que estão sempre juntas, pois geralmente o cidadão que bebe e dirige extrapola a velocidade da rodovia onde vai transitar. E o seu papel como legislador, neste momento em que a sociedade tanto clama e tanto tem falado e a imprensa tanto tem difundido a questão da violência nas estradas de Santa Catarina, não deveria ser outro, pois alguém tinha que tomar uma iniciativa. E v.exa., juntamente o deputado Marcos Vieira e agora com o seu projeto de lei, estão tentando isso e nós estamos aqui para ajudar a sociedade de Santa Catarina num todo.

V.Exa. não está fazendo isso para uma minoria, pois tenho certeza de que está fazendo com a intenção de salvar muitas e muitas vidas no nosso estado e no nosso país.

Vamos analisar o projeto, mas entendo que ele é viável, pois só dessa forma poderemos punir alguns motoristas irresponsáveis que não pensam neles e, principalmente, nos outros transeuntes dos demais estados deste país.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço a v.exa., nobre deputado José Natal.

Nós não podemos ser contra por ser contra. Antes de sermos contra por ser contra temos que analisar, temos que estudar, temos que buscar a solução. Se tivermos medo de buscar a solução, esse caso do genocídio e da carnificina nas rodovias do estado de Santa Catarina não acabará nunca! Talvez não seja a proposta mais simpática. Aparentemente é antipática, deputado Darci de Matos, a proposta dos radares, do monitoramento eletrônico de velocidade em nossas rodovias, mas talvez seja o meio mais eficaz para salvarmos vidas e mais vidas.

Então, este projeto nada mais é, deputado Joares Ponticelli, do que uma norma de adequação às normas federais na questão de trânsito em Santa Catarina. Não tenho empresa de radar, não sou presidente do Deinfra, não vou lucrar nada com isso, talvez esteja até perdendo em algumas questões por má interpretação, mas tenho certeza de que o povo, o nosso povo, a nossa gente de Santa Catarina vai lucrar, sim, pois haverá menos seqüelas, menos mutilados, menos mortes nas nossas rodovias. A nossa gente vai lucrar, sim, pois as crianças, as famílias poderão passear nos finais de semana com mais tranqüilidade. Ao invés de um final de semana fúnebre, de um cortejo, vai ser só alegria e sorrisos pelo belo passeio. É isso que defendo, é isso que eu quero.

Por isso estou aqui. Não por ser contra tudo, mas temos o dever de debater este assunto nesta Casa. Aqui não é lugar de frouxos. Nós temos que debater. Não vamos contentar a todos. Ninguém contenta todo mundo, mas temos o direito e o dever de debater esta questão que assola todos os dias a nossa gente.

Somos os representantes do povo. Se tivermos medo de discutir as questões do povo não merecemos estar nesta Casa.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Elizeu Mattos, parabéns, porque eu acho que o povo de Santa Catarina já está cansado, já está traumatizado de abrir os jornais e escutar nas televisões tragédias que todos os dias estão acompanhando milhões de famílias catarinenses.

Parabéns, deputado! Quero subscrever o seu projeto também. E peço a v.exa. que abra espaço para os deputados que queiram subscrever o seu projeto, pois estaremos sempre em defesa das causas do nosso povo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputada Ada De Luca, agradeço a v.exa. o seu aparte. O deputado Antônio Aguiar já me pediu para subscrever o projeto, pois não quero ser o dono do projeto.

Nós temos o dever de achar nesta Casa um meio de acabar com essa carnificina e esse genocídio nas rodovias. Ele não é um projeto finito, deputado. É um projeto inicial ao qual aceitamos sugestões para melhorarmos o dia-a-dia no trânsito de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representante do PSDB, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, do PT, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Faria uso da palavra, em nome do PT, a deputada Ana Paula Lima, mas vamos ocupar este tempo, tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores sempre se faz presente em defesa de suas teses, de seus projetos e da sua percepção política.

No momento que fiz a minha intervenção no horário das Breves Comunicações, rapidamente entrou no páreo do debate a questão dos cartões coorporativos. O contingente relacionado aos cartões coorporativos no estado de São Paulo foi quase o dobro do governo federal. O volume de recursos retirados em caixa foi quase o dobro do governo federal e cabe ressaltar que mais de 70% dos usuários eram de funcionários, deputada Ana Paula Lima, que já faziam uso dele na época do governo FHC.

Como a deputada Ana Paula Lima está chegando, ela assumirá a palavra, tendo em vista que iria falar em nome do partido e com certeza terá muitos dados para serem esclarecidos à sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Sr. presidente, deputado Valmir Comin, que está presidindo esta sessão ordinária; srs. deputados; deputada Ada De Luca; deputada Odete de Jesus; público que nos está acompanhando no plenário da Assembléia Legislativa, pela TVAL e pela Rádio Digital, quero dizer que na tarde de hoje ocupamos o horário do Partido dos Trabalhadores para fazer algumas reflexões sobre a nossa conjuntura atual.

Em especial quero me referir, com muita honra, ao governo do presidente Lula, ao papel da mídia na nossa sociedade brasileira, à situação vivida pela família do presidente Lula no estado de Santa Catarina e aos escândalos do governo estadual, os quais não estão recebendo a devida atenção pela imprensa local.

Sr. presidente e srs. deputados, eu realmente esperava que o PSDB falasse antes de mim hoje, mas não há nenhum representante do PSDB no plenário para ouvir, como eu ouvi, na semana passada, o pronunciamento do líder do PSDB nesta tribuna. Deve ser por causa do que aconteceu, segundo a mídia nacional, no governo do Serra, do PSDB de São Paulo.

Quero dizer, srs. parlamentares, que às vezes o sucesso causa mais inveja do que admiração para algumas pessoas. O governo do presidente Lula tem feito, sim, as transformações necessárias para a nossa sociedade. Mas também temos que verificar que em 508 anos do nosso país é a primeira vez que o Partido dos Trabalhadores governa e em apenas cinco anos já fez grandes transformações. Por isso que causa tanta inveja dos pessimistas do nosso país.

São mais de 20 milhões de brasileiros que deixaram a linha da pobreza. Isso a mídia devia divulgar mais. O Programa Bolsa Família, deputada Ada De Luca, é referência no mundo inteiro. O mundo inteiro aplaude esse programa. O salário mínimo tem subido acima da inflação. Só em 2007 foram mais de um milhão e 600 mil empregos gerados com carteira assinada no nosso país. O Brasil possui mais de US$ 185 bilhões em reserva. Isso a mídia não anuncia. E o crédito é acessível à nossa população. O pobre hoje pode entrar no banco de cabeça erguida e pedir um empréstimo. A construção civil bate em nível de recordes. Todo mundo está construindo. O material para a construção civil está acessível a todos. E o PAC, como falou o deputado, na semana passada, ao contrário do que dizem esses pessimistas, está em pleno funcionamento, basta ver em diversas regiões do estado de Santa Catarina. Por exemplo, na minha região muito tem sido feito pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

O Brasil, hoje, tem planejamento, sim. O Brasil está crescendo de forma sustentável, acima de 5%, coisa que há muito tempo não acontecia. E a vida dos brasileiros melhora a cada dia.

Por essas razões e outras ações que compreendo, srs. parlamentares, o ódio dessa elite branca e perversa também em alguns assuntos, sustentada nos grandes meios de comunicação que hoje se tornaram verdadeiros partidos políticos, como é o caso, por exemplo, da *Folha de S.Pau*lo, do *Estadão* e da Rede Globo. Esse é um ódio de classe, srs. parlamentares, que está calcado no não-acatamento das vitórias eleitorais." Eles ainda não se conformaram que o Presidente Lula, um operário, ganhou a Presidência do Brasil e com capacidade está fazendo as transformações necessárias em nosso país.

"Esse é o ódio de ver que um presidente operário faz mais e muito melhor do que eles fizeram ao longo da história, e foram muitos doutores. Agora, enganam-se aqueles que pensam que o nosso povo é bobo.

Os grandes meios de comunicação tiveram, em 2006, uma grande lição e parece que ainda não aprenderam, porque o Lula e o Partido dos Trabalhadores não derrotaram somente o PSDB e os partidos de direita, derrotou também a grande mídia que, desde o começo, sempre fez questão de ressaltar pontos negativos do seu governo e não enalteceu os seus pontos positivos.

A grande mídia tem uma enorme dificuldade em tratar os escândalos - os reais e os supostos - e insiste em usar sempre dois pesos e duas medidas. Podemos usar como exemplo o caso dos atuais cartões corporativos. As denúncias que tomam as manchetes dos jornais e da TV sobre os cartões corporativos têm como fonte a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União."

É transparência! Está no *site* para qualquer cidadão averiguar. Isso não acontecia nos governos anteriores. "Foi o governo Lula que disponibilizou a transparência dos gastos com os cartões corporativos, que foram um grande avanço na administração pública, pois permitem o controle de todas as despesas dos funcionários públicos. É lógico que sempre que se lida com milhares de pessoas é provável que alguém cometa alguma irregularidade." Mas não podemos culpar um partido, um presidente, por irregularidade de algum funcionário.

É dessa forma que quero dizer que a mídia é diferenciada, porque na semana passada, na quarta-feira, veio um deputado a esta tribuna condenar o presidente Lula, a sua família, a sua filha que mora em nosso estado. Mas na quinta-feira à noite abriu o escândalo no estado de São Paulo; por isso, o PSDB não está em plenário hoje, porque somente o estado de São Paulo, governado pelo PSDB, pelo governador José Serra, gastou mais, deputada Ada De Luca, do que a nossa União. Gastou R$ 108 milhões em cartões corporativos, e o governo do Presidente Lula gastou menos.

Assim sendo, quero falar, srs. deputados e sras. deputadas, que a mídia tem um lado, que a mídia é comprada, sim. Por isso é que a mídia só fala mal das coisas da República e não fala, por exemplo, de governos, como são os governos de Santa Catarina e de São Paulo, que não aparecem nas páginas de jornais.

Mas estou inscrita, sr. presidente, para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, o nosso horário é o último do horário dos partidos hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Em função da coletiva do PP e do PTB, que por isso não estão presentes, e de no espaço do PDT eu estar presidindo a sessão, foi trocado o horário. Por isso o Democratas está falando em penúltimo.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Muito bem.

Sr. presidente, srs. deputados, prezadas deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, o tema proposto para o debate, nesta tribuna, pelo deputado que apresentou o projeto que restabelece a possibilidade de termos os pardais em Santa Catarina, deputado Elizeu Mattos, secundado por outros deputados, quero, em nome da nossa bancada, a bancada do Democratas, primeiro reconhecer a oportunidade do debate, reconhecer o direito e a intenção dos parlamentares que propõem esse projeto de lei. Mas também é imperioso que se esclareça algumas informações para que todos os srs. parlamentares e a sociedade catarinense possam ter uma opinião embasada em fatos e dados e que nós, como representantes da população, possamos exercer essa função em sua plenitude, muitas vezes até diferente daquilo que nós próprios pensamos.

Srs. deputados, aqui somos representantes de uma parcela da sociedade que tem que ser ouvida. Não importa se é popular ou impopular. Aqui representamos a vontade do eleitor. Baseio-me, ou pelo menos procuro basear as minhas ações, os meus posicionamentos, nessa premissa.

Quando se coloca que a necessidade dos pardais se justifica em função do elevado número de acidentes, aliás, é um absurdo termos em Santa Catarina, com uma malha viária tão pequena, tantos acidentes. Eu, junto com a bancada, apresentei aos srs. parlamentares, e foi aprovado por esta Casa, um projeto de lei que proibia a comercialização de bebida alcoólica nas margens das rodovias estaduais. Era um projeto de lei e não medida provisória. Foram feitas audiências públicas e foi ouvida a população.

É importante dizer também que a evolução do número de acidentes é sempre proporcional ao número do aumento da frota. Não há aqui que dizer que depois que foram tirados os pardais de Santa Catarina aumentou drasticamente o número de acidentes. Não! Aumentou em função do aumento do número da frota. A evolução estatística diz claramente que o crescimento do número de veículos de 2002 a 2007 foi de 51%, e o aumento do número de acidentes foi de 46%.

Então, esse argumento não serve. Ademais, sinceramente e com todo respeito a quem pensa diferente, não entendo que seja essa a medida que vá contribuir para reduzir o número de acidentes. Cito um exemplo: no acesso da BR-282 a Chapecó, com um fluxo de 19 mil veículos por dia, existiam quatro pardais algum tempo atrás, que há pouco mais de dois anos foram retirados e no lugar foram colocadas quatro lombadas eletrônicas, com velocidade de 60 quilômetros/hora. Não é

lombada, são controladores de velocidade. E nesses dois anos reduziu 82% o número de acidentes naquele trecho com 19 mil veículos de fluxo/dia, só perdendo para a BR-101. Não é qualquer rodovia. São 11 quilômetros com pista única para ir e pista única para vir. Não é uma rodovia duplicada. E isso, na minha concepção, derruba qualquer argumento de que o pardal é mais benéfico do que lombada eletrônica. Não é! Agora, tem que haver controlador de velocidade em pontos críticos. A Polícia Rodoviária Estadual conhece claramente onde se concentram os maiores números de acidentes e quais são os pontos críticos das rodovias. Basta instalar nesses pontos os controladores de velocidade. Aí, sim, vamos ter redução no número de acidentes.

Por outro lado, é muito importante, também, a população saber do que estamos falando. Em 2002, quando foi aprovada a lei que extinguiu os pardais, não os passarinhos, mas aqueles que nos fazia, todos os meses, contribuir com o caixa do estado, sendo na minha visão um imposto às avessas, porque a previsão de receita com 29 pardais em 2002 era de R$ 62 milhões - com 29 pardais!

Então, em Chapecó, no trecho do acesso à BR-282 reduziu o número de acidentes, mas reduziu drasticamente também o número de notificações, ao passo que a proporção de notificações no controlador de fluxo visual e sonoro é de 0.02 da frota que por ali passa. O pardal contribuía com 0.12 de todos os veículos que ali passavam e eram multados ano a ano, semestre a semestre. Mas as pessoas continuaram morrendo na mesma rodovia. E não reduziu em nem um milímetro o número de acidentes naquele trecho. Reduziu-se, sim, os controladores de velocidade sonoro e visual.

Faço essas colocações para que não venham aqui fazer o discurso de que isso vai salvar a pátria, de que o número de acidentes é elevado porque não existem leis claras. Nós temos leis claras, o que não temos é a cultura de cumprir as leis, e isso se faz na escola, com matéria obrigatória para as crianças.

Apresentei, agora, um projeto de lei que autoriza o governo do estado a tornar obrigatória a matéria de educação para o trânsito nas escolas estaduais, com a conscientização do problema por parte da sociedade como um todo.

Agora, arrecadar mais quanto? Oitenta milhões de reais por ano? Cem milhões de reais por ano é o que vai reduzir o número de acidentes? Eu, sinceramente, não posso concordar, e a nossa posição será contrária à tramitação desse projeto, por entendermos que ele apenas aumenta a receita, mas não reduz acidentes. Essa é a nossa posição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha, colegas da imprensa, venho, neste momento, sr. presidente, fazer alguns comunicados importantes no início deste ano legislativo com relação ao nosso partido, o Partido Progressista. A nossa bancada agora, neste instante, está reunida na sala de imprensa, dando uma entrevista coletiva, tratando de alguns assuntos que vamos abordar ao longo deste ano legislativo.

O primeiro assunto que eu gostaria de deixar registrado para a mesa, sra. presidente, é que este deputado, a partir desta sessão, passa a liderança do partido ao deputado Silvio Dreveck. Portanto, a partir de agora o líder do nosso partido, da nossa bancada aqui nesta Casa, será o deputado Silvio Dreveck, deputado que já foi prefeito de São Bento do Sul e vereador eleito pela região do planalto norte, que vem, com certeza, trazer para este Parlamento, através da liderança da nossa bancada, uma expressão bem ampla daquilo que ele conhece.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Já concederei um aparte ao nobre líder do governo, mas antes quero, aqui, deixar o meu registro. Entrego a liderança que recebi, estreando aqui nesta Casa. Como deputado estreante peguei uma bancada de peso, com deputados no seu quinto mandato, mas foi uma experiência muito interessante.

Deixo, porque a partir de agora estarei focado ao meu trabalho legislativo nesta Casa, mas também ao processo do nosso partido em Joinville. Vamos sair candidato a prefeito daquela cidade; portanto, temos que ter um foco maior lá na nossa cidade, e a liderança, queira ou não, toma algum tempo.

Então, a partir de hoje o nosso líder será o deputado Silvio Dreveck.

Concedo um aparte ao deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Kennedy Nunes, sem Oposição não há democracia. Oposição e Situação têm papéis distintos, porém fundamentais e importantes. Quero aproveitar o ensejo ao fazer essa afirmação e cumprimentar v.exa. pelo trabalho que realizou, que fez, como líder da bancada, sempre com a crítica equilibrada, firme, contundente, porém procurando o melhor para Santa Catarina.

Quero desejar o mesmo sucesso de v.exa. na frente da bancada - que também o deputado Joares Ponticelli teve quando foi líder - ao deputado Silvio Dreveck. Nós divergimos por conta das nossas posições, mas temos um grande respeito pela atuação parlamentar de cada um.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal. O restante do tempo, feita essa comunicação, sra. presidente, será usado pelo deputado Joares Ponticelli.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, pelos minutos restantes destinados ao PP.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, também quero cumprimentar o nosso sempre líder, deputado Kennedy Nunes, pelo grande trabalho que realizou, mesmo novato, que exerceu com maestria e com muita competência. Sucesso, deputado Kennedy Nunes, na sua nova empreitada, nas eleições que se avizinham.

Estamos com a bancada reunida com a imprensa, neste momento, para tratar de alguns assuntos que anunciamos e convidamos a imprensa para uma entrevista coletiva.

Um dos assuntos, deputado Kennedy Nunes, que nos intriga muito nesse retomar das atividades, é a licitação, o Pregão n. 96/2007, que trata, deputado Décio Góes, da aquisição de uniforme escolar aos alunos da rede pública de Santa Catarina.

É preciso deixar claro que nós não temos posição contrária ao fornecimento de uniformes, apenas gostaríamos que ele fosse feito por um governo descentralizado de verdade. Não entendemos por que a concorrência, a licitação, a aquisição de uniformes não é feita no âmbito de cada secretaria regional ou de cada escola. Isso, deputado Jean Kuhlmann, seria descentralizar de verdade, ou seja, mandar o dinheiro para cada escola comprar o seu uniforme, porque aí, sim, faríamos o dinheiro chegar em cada bairro, em cada comunidade. Aí sim, a escola iria comprar apenas com uma carta convite, possivelmente de uma malharia da própria comunidade, da mãe de um aluno, que faria esse uniforme com mais qualidade, porque seu filho estuda no colégio. E esse dinheiro iria circular no próprio bairro, no mercado, na farmácia, no comércio daquele bairro. Isso seria descentralizar de verdade!

O nosso conceito de uniforme é para uniformizar a escola. E quem disse que o uniforme de uma escola lá de Passos de Torres tem que ser o mesmo de uma escola lá de Paraíso? Isso aqui não é a União Soviética! O uniforme tem que identificar cada escola, o aluno de cada escola. Por que tem que ser tudo igual, para o estado inteiro? Sovietizar os nossos alunos?

Lá na serra, por exemplo, eles dizem que ficam parecidos com tiriba, outros, com abacate. Em cada região há um apelido. Então, deixe cada escola escolher a cor do uniforme! Descentralize de verdade, governador Luiz Henrique da Silveira! Mas não! Como a compra é grande e o dindim é muito, a compra é feita numa empresa só.

Deputado Jean Kuhlmann, sabe quanto custou o uniforme há dois anos? Duas mil peças a mais de cada item? Eu acho que agora caiu a matrícula, porque em 2006 foram 450 mil e agora são 448 mil. Em 2006 custou R$ 26 milhões, deputado Décio Góes, e agora, com duas mil peças a menos em cada item, custou R$ 43 milhões. E o secretário argumentou que houve inflação no período. A inflação de 2006 foi de 3,14% e a do ano de 2007 foi de 4,46%. Menos de 10% de inflação e quase 100% de aumento no preço do uniforme. Por que esse valor tão elevado?

Segunda intriga: o uniforme, deputado Cesar Souza Júnior, só é exigido em Santa Catarina em ano de eleições. Em 2006 tinha eleição e teve uniforme; em 2007 não tinha eleição e não teve uniforme; em 2008 tem eleição e tem uniforme de novo. Ou seja, uniforme escolar em Santa Catarina virou material de campanha, e sabem por quê? Porque consta no edital que o uniforme tem que ser entregue em cada SDR - certamente para fazer comício eleitoral -, depois de 20 de maio. As aulas começaram ontem, deputada Ada De Luca, e o uniforme só será entregue, segundo o edital, depois de 20 de maio. Por que no mês de maio, junho, exatamente no período das convenções?

Uniforme escolar, deputada Ana Paula Lima, virou material de campanha! Aí disseram: "É, mas neste ano também tem sandálias tipo Havaiana". É verdade! São 448 mil pares de sandálias, a R$ 3,50 cada um, que é o preço, dá mais ou menos R$ 1,8 milhão a mais. Mas e as duas mil peças de cada item que diminuiu, deputado Décio Góes? Para onde foi essa diferença? Por que tanto dinheiro e por que transformar uniforme em material de campanha?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu quero apenas cumprimentar o prefeito de Peritiba, Joares Alberto Pellicioli, e dizer que é uma alegria e um prazer tê-lo aqui na nossa Casa.

Faço o registro apenas para que fique aqui registrada a sua presença, sra. presidente.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, inicialmente, de fazer algumas considerações sobre o projeto da volta dos radares, ou dos pardais, nas rodovias de Santa Catarina. Quero externar aqui a minha posição de que sou terminantemente contra, porque já tive experiência, quando fui vereador de Brusque, um município que vive do comércio, por ser a Capital do Tecido de Santa Catarina. Na ocasião, as pessoas iam a Brusque fazer as suas compras - porque os produtos brusquenses são de qualidade e de preço acessível -, mas infelizmente na ida e na volta eram multadas pelos pardais escondidos, na grande maioria das vezes atrás de árvores e em locais que as pessoas não conheciam.

É bom lembrar que o número de acidentes não é só em função da velocidade, mas também das péssimas condições das rodovias estaduais e federais que cortam o nosso estado.

Precisamos de uma readequação, é bem verdade, da velocidade, que hoje, na grande maioria das rodovias estaduais, é de 80 quilômetros/hora. Talvez, se essa velocidade máxima permitida fosse de 100 quilômetros/hora e controlada definitivamente pelas Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, com a aplicação de multas pesadas para quem ultrapassasse a velocidade, seria melhor, eis que na época dos pardais, trafegar na rodovia Antônio Heil, onde a velocidade permitida é de até 80 quilômetros/hora, o motorista com 92 quilômetros/hora já era multado.

Em segundo lugar, queremos colocar aqui que amanhã faremos parte de uma comitiva junto com o governador Luiz Henrique da Silveira, quando iremos ao ministério da Integração Nacional buscar recursos para recuperar as nossas regiões de Santa Catarina que foram acometidas por essas fortes chuvas dos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro. Nas regiões de Brusque, Camboriú e Itajaí não foi diferente. Só em Brusque houve mais de R$ 1,5 milhão de prejuízo para a comunidade brusquense, tanto para a prefeitura quanto para a população da minha cidade.

Portanto, estaremos juntando forças com outros prefeitos e parlamentares, indo ao governo federal pedir socorro, devido a essa catástrofe que ocorreu em Santa Catarina e que tomou todo mundo de surpresa, como acontece normalmente quando ocorrem fortes chuvas. E foi atingida, deputado Jean Kuhlmann, também as regiões de Gaspar e Blumenau, das quais v.exa. é representante. E tenho certeza de que lá também os estragos foram grandes.

Esperamos, deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão, que tenhamos o reconhecimento do governo federal com relação a esse pleito justo de todos os catarinenses que, infelizmente, mais uma vez, foram acometidos por uma forte e torrencial chuva que causou inúmeros prejuízos.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Dagomar Carneiro, eu gostaria de parabenizá-lo pelas suas colocações e ajudar na reflexão sobre a questão que já foi colocada pelo líder do meu partido, deputado Gelson Merísio, sobre essa situação, que está sendo levantada, da recolocação dos pardais nas rodovias catarinenses.

Quero dizer a v.exa. que, da mesma forma, vivi em Blumenau uma situação semelhante e que na ocasião a população se mostrou totalmente contrária aos pardais e favorável à implantação das lombadas eletrônicas. Por que não se utilizar o recurso não para a instalação dos pardais ou para fazer parceria com empresas que irão colocar pardais em locais apenas para multar e não educar, mas sim para fazer um trabalho justamente de sinalização das rodovias, um trabalho de implantação das lombadas eletrônicas que orientem, eduquem e, acima de tudo, privilegiem também o bom motorista e o pedestre? Desde quando um pardal escondido ajuda alguém que vai atravessar uma rodovia? Por que não uma lombada eletrônica, que educa, ensina e, acima de tudo, atende também ao bom motorista?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Obrigado pelo seu aparte, deputado. Acho que é importante a discussão aqui na Assembléia Legislativa para que possamos chegar a uma conclusão.

Este deputado também vê com muita simpatia as lombadas eletrônicas. Todas aquelas que foram implantadas na BR-486 ou na rodovia Ivo Silveira estão cumprindo a sua função de educar o trânsito e de diminuir o número de acidentes. Os pardais são simplesmente caça-níqueis do bolso do povo catarinense.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, a Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0555/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares;

Comunica, outrossim, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que será arquivada a seguinte matéria: Ofício n. 0061/2007, de autoria do deputado federal Celso Giglio;

Também comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0077/2007, de autoria de entidade social.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0001/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera, 0002/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, 0003/2008, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0004/2008 e 0005/2008, de autoria do deputado Jandir Bellini, e 0006/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero, manifestando pesar por seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Capinzal, Piratuba, São Miguel d'Oeste e Tangará, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Taió, cumprimentando-os pelo aniversário daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa - Ajorpeme -, cumprimentando-o por ocasião de sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Ituporanga, Taió, Vidal Ramos e Presidente Getúlio, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Ibama de Santa Catarina, cumprimentando-o por sua posse na entidade.

Peço licença ao deputado Jailson Lima para subscrever este requerimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Apae de Salete, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Da mesma forma que fez v.exa., que pediu para subscrever o requerimento endereçado ao superintendente do Ibama, eu também gostaria de subscrevê-lo, por reconhecimento do trabalho desse superintendente. Então, gostaria de assinar junto a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Tenho certeza de que o deputado Jailson Lima não será negará a essa assinatura.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Porto Municipal de Itajaí, cumprimentando-o por ocasião de sua posse.

Eu também peço licença ao deputado Jailson Lima para subscrever essa matéria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da CNBB -, Regional 4, de Santa Catarina -, cumprimentando-o pela realização da Campanha da Fraternidade 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos de São Carlos, São Miguel d'Oeste e Itapiranga, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Tubarão, cumprimentando-o pela organização dos desfiles e bailes do Carnaval de 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita mo envio de mensagem telegráfica ao arcebispo metropolitano da arquidiocese de Florianópolis, cumprimentando-o pela temática da Campanha da Fraternidade 2008. A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita mo envio de mensagem telegráfica aos governadores dos Distritos 4650 e 4740 do Rotary Internacional, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Rotariano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita mo envio de mensagem telegráfica ao chefe da 16ª Circunscrição de Serviço Militar de Santa Catarina, cumprimentando-o por ocasião de sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, solicitando a instalação dos serviços de telefonia móvel em Anitápolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, solicitando a instalação de telefones públicos nas localidades de Fartura de Cima e Fartura de Baixo, no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira e outros, solicitando a constituição de fórum permanente para debater o estado de conservação, recuperação, sinalização, fiscalização e sistema de segurança das rodovias federais e estaduais de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE ANA PAULA LIMA - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É apenas para corroborar com tudo aquilo que o deputado Marcos Vieira está querendo, deputada presidente.

Eu acho que é bastante oportuno o requerimento porque cada um de nós que transita nessas rodovias federais e estaduais - e eu diria até que as federais estão numa situação pior - depara-se com placas escondidas atrás do mato, com a falta de sinalização, enfim, com problemas que acabam acarretando acidentes até com mortes! Se perdermos apenas uma vida por causa desses problemas, já será motivo bastante para nos preocuparmos. Por isso estamos aqui nesta Casa tentando criar esse Fórum Permanente.

Parabéns ao deputado Marcos Vieira! Eu não tive a oportunidade de co-assinar a matéria, porque não me foi apresentada, mas aqui, de corpo presente, disponho-me também a participar desse fórum permanente.

Era isso o que eu tinha a dizer, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Deputada Ana Paula Lima, acho muito pertinente a solicitação da constituição desse fórum pelo deputado Marcos Vieira, até pelo fato de termos um entendimento que caminha nessa mesma esteira.

Fomos autores de um requerimento solicitando tanto ao DNIT quanto à secretaria da Infra-Estrutura do estado catarinense a substituição das defensas maleáveis das pontes, ou muretas de proteção, por defensas de concreto armado. Muitas são as mortes que vêm ocorrendo nas pontes das rodovias, tanto estaduais quanto federais, por não existir uma proteção devida nas pontes.

Inclusive aqui em Florianópolis, nas pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles, já tivemos acidentes, porque ali existe aquele modelo de *guard-rails* que quando o carro é arremetido em cima eles acabam não comportando a força do veículo e fazendo com que o carro seja arremessado para dentro da água. Quer dizer, numa altura de 15 metros, 17 metros ou 20 metros é falível. Não há como o carro ter estrutura para suportar e fazer com que a pessoa resista ao grande impacto.

Há poucos dias, a mídia noticiou novamente a morte de três integrantes de uma família que estavam num carro, porque lá na ponte pela qual passou o veículo que levava essa família existia apenas aquela muretinha de proteção. Quer dizer, ela não dá qualquer segurança para a circulação do veículo na ponte. E os modelos que hoje o DNIT tem implementado na duplicação da BR-101 são aquelas defensas de concreto armado, aquelas que dão maior resistência. Inclusive, elas estão projetadas para que quando o veículo vier a se desgovernar e a bater na defensa ser arremessado novamente para dentro da pista e não para fora dela.

Então, é muito interessante, e parabenizo o deputado Marcos Vieira para que possamos fazer com que Santa Catarina venha a ser um estado de referência na questão da segurança em nossas rodovias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, considero esse um assunto da maior relevância. Infelizmente, Santa Catarina é campeã de acidentes rodoviários, e isso remete a tomarmos providências sérias sobre essa questão, exigindo tanto nas rodovias federais como estaduais sistemas de segurança mais adequados e uma vigilância maior das polícias.

Há também a questão da proibição do consumo do álcool nas estradas. Inclusive, esta Assembléia Legislativa aprovou também lei semelhante à medida provisória nacional, e isso certamente já está ajudando bastante a minimizar essa questão. Também recebemos aqui - e está sendo protocolado hoje - o projeto sobre os pardais, só que tenho uma simpatia maior pelas lombadas, mas vamos fazer o debate.

Tudo isso é extremamente importante, mas penso que esse fórum permanente deveria estar ligado à comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, deputado Marcos Vieira, que é o local adequado para fazer esse debate, porque senão ficaremos pulverizando um conjunto de ações e acabaremos nos perdendo na objetividade do papel das comissões e da Assembléia Legislativa.

Então, sugiro que esse fórum seja incorporado ou vinculado, não sei qual a forma adequada, à comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Desde o primeiro dia do meu mandato tenho dado ênfase à questão da qualidade das rodovias em Santa Catarina, tanto no que diz respeito às federais, quanto às estaduais, com relação à manutenção, conservação, fiscalização, segurança, enfim, às condições de trafegabilidade. E a preocupação que externei durante o ano de 2007, foi extremamente pertinente, sra. presidente Ana Paula Lima, pois esta Casa começou a se mobilizar para que a questão das estradas fosse de uma vez por todas debatida por toda a sociedade.

E restou evidentemente a imprensa trazer fortemente a questão da segurança das estradas federais e estaduais em Santa Catarina, haja vista que Santa Catarina desponta no cenário nacional num *ranking* altamente negativo para todos nós, catarinenses, que é o de figurar em segundo lugar geral em número de acidentes em todo o Brasil. Mas em alguns momentos, como nas festas de final de ano, no período de Carnaval, ou em outro feriado prolongado, Santa Catarina aparece em primeiro lugar no *ranking* nacional. E esta Casa se mobilizando e agora aprovando o fórum permanente de debate dos sistemas de fiscalização, segurança, conservação, sinalização e manutenção de trafegabilidade haverá de fazer com que a sociedade entre de vez no debate desta questão.

Sra. presidente, a questão mais importante do requerimento é esta Casa fazer o debate interno, não só a sociedade civil organizada, mas, sobretudo, os órgãos que fazem a guarda das rodovias para que possamos saber, deputado Edson Piriquito, quanto será efetivamente investido nas rodovias federais, estaduais nos anos de 2008, 2009, 20l0, 2011, para que possamos, sim, feitas essas projeções e examinadas por esta Casa e perante a sociedade, ter condições de fazer com que Santa Catarina despenque deste *ranking,* porque estrada conservada, estrada bem mantida, estrada bem fiscalizada, significa menos acidentes, menos mortes e aí, sim, Santa Catarina despencará no *ranking* de acidentes e mortes nas rodovias em relação a outros estados do Brasil.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, estou nesta Casa desde 1991, já participei de várias, de diversas comissões técnicas ou permanentes desta Casa, juntamente com mais seis srs. deputados representando todos os partidos na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano. Se criarmos, deputado Marcos Vieira, mais um fórum permanente, na minha opinião, deputado Kennedy Nunes, será mais uma comissão para tentar buscar espaço na agenda da semana e espaço físico na Casa, deputado Manoel Mota, para discutirmos aquilo que poderia ser discutido e que está sendo discutido, sim, através da comissão de Transportes, com a participação de todos os órgãos competentes como foi feito no fim do ano passado, deputado Marcos Vieira, com a presença do DNIT, do Deinfra, do Ministério Público, da Fetransesc, do Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Cargas, do Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Passageiros, com a Associação dos Taxistas, enfim, todos os segmentos da sociedade envolvendo veículos e rodovias se fizeram presentes. Destas reuniões extraímos documentos que foram encaminhados ao ministério da Justiça, ao ministério dos Transportes, ao Deinfra, ao DNIT, em âmbito Federal, para que pudéssemos buscar soluções de acordo com as competências federal ou estadual.

Por isso, entendo que a questão é muito importante, mas o mais importante é procurarmos canalizar as discussões nesta Casa para aquilo que já é oficializado, que já está no Regimento, na Lei Orgânica, para que possamos realmente dentro dos espaços reservados a estas comissões encontrar as soluções e discutir os problemas, porque nas comissões todos os partidos são representados.

Nós temos uma série de problemas nesta Casa. Não temos espaço e nem tempo suficientes para atender tudo o que foi criado aqui em termos de comissão, de fórum, e de outros mecanismos para tentarmos até nos projetar. Então, deputado Marcos Vieira, vejo que seria muito importante v.exa. fazer um requerimento para que a comissão de Transporte, da qual v.exa. tem participado, convoque as autoridades competentes para a discussão dentro daquilo que é realmente de competência dos nossos parlamentares para que possamos discutir o problema com a sociedade. De nada adianta criarmos mais um fórum para não surtir o efeito que nós desejamos que é o de minimizar a situação das rodovias.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados, verifiquei que há uma divergência na constituição deste fórum. Então, vou retirar a matéria da pauta.

Consulto o Plenário se podemos fazer isso, para que haja entendimento entre as lideranças dos diversos partidos com assento nesta Casa, e que possamos debater este assunto no dia de amanhã. Consultando a assessoria desta Casa verifiquei que temos vários fóruns constituídos de diversos partidos e que ainda não indicaram nomes para fazerem parte deste fórum.

Então, faço um apelo a este Plenário para que retiremos a matéria da pauta e voltemos com a discussão deste assunto no dia de amanhã, quando, então, votaremos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, na condição de deputado requerente solicito que v.exa. mantenha em pauta o requerimento para a constituição do fórum, posto que, sra. presidente, vou me permitir discordar do nobre deputado Reno Caramori e exemplificar: no ano passado esta Casa constituiu e está sob a Presidência do deputado Renato Hinnig o Fórum Permanente para tratarmos do Aqüífero Guarani, tendo em vista a gravidade da falta de água que assola o território catarinense e nem por isso a comissão de Meio Ambiente foi instada a se manifestar contrária à constituição do Fórum Permanente.

Sra. presidente, diz o Regimento Interno da nossa Casa, preceituado no art. 40:

(Passa a ler.)

"Art. 40 - Os Fóruns Permanentes serão constituídos a requerimento de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, aprovado pelo Plenário e atenderão aos seguintes princípios:

§ 1º Os Fóruns Permanentes tratarão de matérias de grande e notório interesse para o povo catarinense..."

Se algum deputado achar que o *ranking* ao qual estamos pertencendo negativamente em relação a outros estados da nação, que é o de segundo lugar em acidentes no Brasil, não é um assunto de relevante interesse para o povo catarinense e para toda a sociedade catarinense, eu me curvo à decisão do Plenário. Mas estão aí centenas de pessoas tendo prejuízos materiais, centenas de pessoas tendo entes queridos ceifados de suas vidas! Dizer que não é um tema notório e importante para toda a população catarinense?!

Sra. presidente, entendo que o Regimento desta Casa seja claro, pois os membros que cada um dos partidos deverá indicar serão postos depois da aprovação deste Plenário. Ora, muitos dos srs. deputados são do interior do estado, e o deputado Herneus de Nadal ainda na sessão de quinta-feira apresentou duas moções pedindo que o Tribunal de Contas da União fizesse uma perícia na BR-282 e na BR-163, no trecho Joaçaba - São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira, porque entende ele que a recuperação feita não foi adequada, pois o material foi mal empregado ou a empresa não empregou mão-de-obra qualificada.

Então, vamos fazer com que Santa Catarina despenque deste *ranking,* e para isso vamos aprovar o fórum permanente de debates não só das causas, mas, sobretudo, sobre aquilo que será investido nos anos de 2008, 2009 e 2010, para que possamos fazer com que a sociedade catarinense deixe de sofrer e para que possamos fazer com que a cada dia tenhamos um velório a menos no território catarinense.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Como não houve concordância do autor do requerimento e por responder à liderança do partido, continua, então, em discussão a solicitação da constituição deste fórum permanente.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, quero dizer que o deputado Marcos Vieira foi muito sábio na sua colocação e também ao apresentar o requerimento para constituir o fórum permanente para debatermos este tema e a família catarinense precisa estar aqui para trazer as sugestões.

Tenho certeza de que farei parte do fórum, como líder e única representante do meu partido. E o meu voto é para que seja constituído esse fórum permanente. É este o momento e este Parlamento é uma casa para debates, para sugestões, para soluções, por isso, sou favorável à constituição desse fórum permanente para debatermos o assunto do momento, ou seja, as mortes nas BRs.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sra. presidente, antes de falar sobre o tema proposto, quero relembrar o acordo de líderes feito no ano passado, que determinava a forma como seriam criados os fóruns, determinando o número limitado proporcionado a cada parlamentar, ou seja, a criação de um ou dois, e se não me engano, somente um por parlamentar. O que dá todo o direito ao deputado Marcos Vieira propor. E sinceramente, com relação a todos os outros fóruns, independentemente a matéria - e é claro que quando um deputado traz para cá ela tem relevância, tem importância - todos foram aprovados por unanimidade, por parte dos srs. deputados.

Entendo que não deveria ser diferente também com a criação do fórum proposto pelo deputado Marcos Vieira, que está exercendo um direito seu, dentro do que foi acordado pelos líderes, e que trata de tema extremamente pertinente.

É notório que temos problemas nas rodovias e na sua recuperação. A BR-282, que nem bem terminou a recapagem, já está toda esburacada novamente no trecho lá do oeste. E isso independe do fato ser este ou aquele governo, é um problema histórico que nós temos no Brasil, com deficiência de material e de pessoal. Então, é importante que tenhamos instrumentos e ferramentas para acompanhar, cobrar e ajudar os órgãos estaduais e federais a fiscalizar a execução desse trabalho.

Por isso, a nossa bancada vai votar pela criação do fórum, e faz um apelo aos demais srs. líderes dos partidos e demais deputados para que seja aprovado por unanimidade, indo ao encontro do que acordamos com os líderes, no ano passado, e legitimar a posição do deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, só para ajudar quando o deputado falou sobre o acordo de líderes feito no ano passado, com relação à composição de fóruns. Nós tivemos, no início do mandato, uma série de deputados que criaram fóruns permanentes de discussão. E o presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, numa reunião de lideranças, nos chamou e fizemos um acordo, e penso que ele deva ser respeitado. E o acordo limitava o número de criações de fóruns, e naquele momento acordamos que nenhum fórum permanente seria criado. E quando algum deputado pudesse fazer o requerimento dentro do Regimento Interno para a criação de um fórum, deveria ser analisado pela comissão de Constituição e Justiça para verificar se haveria condição. E a comissão concernente ao assunto também deveria dar um parecer.

Penso que, na condição que o deputado Reno Caramori falou aqui, nós temos a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que é específica para este assunto. Eu entendo, deputado Marcos Vieira, que temos que tratar sobre o assunto porque ele é de extrema importância. Mas temos que entender, como foi falado aqui sobre a BR-282, que ela é uma rodovia federal e nós não podemos tocar, pois o fórum seria para tocar em rodovias estaduais. Aí podemos falar sobre a SC-470 e sobre outras rodovias estaduais daqui. O fórum é para debater os problemas das rodovias estaduais, ou melhor, corrigindo o que eu disse, as rodovias estaduais e federais. No entanto, entendo que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano é o meio para fazer essa discussão. Eu não faço parte desta comissão, mas acho que é nesta comissão que o assunto tem que ser discutido.

Portanto, invoco aqui, sra. presidente, a questão do acordo de líderes realizado no ano passado. Eu penso que antes de votarmos essa matéria, deveríamos buscar o acordo de líderes feito. Inclusive o deputado Marcos Vieira participou e era o líder do PSDB. O acordo de lideranças, sra. presidente, deve ser respeitado. Pena que hoje o deputado Julio Garcia não esteja aqui. Mas peço à assessoria da Mesa que busque o que foi acordado lá, ou seja, se era número determinado por bancada, se era número determinado por parlamentar ou se deveria antes passar por uma comissão.

Sra. presidente, existe um acordo em andamento, e este não pode ser quebrado agora, porque se assim o for, todos terão direito de quebrar outros acordos. E eu me lembro muito bem, quando foi feito esse acordo de líderes, pois a preocupação era que esta Casa não tivesse estrutura suficiente para atender todos os fóruns permanentes. Não temos condições para atender todos os fóruns que existem. Se for para criarmos um fórum para ficarmos na expectativa de que vamos discutir, existe, então, a comissão permanente.

Assim, sra. presidente, invoco a assessoria da Mesa Diretora para que possa dizer qual foi o acordo feito naquele dia com relação aos fóruns permanentes, a fim de que o acordo de lideranças não seja quebrado. Aprendi nesta Casa, no ano que passou, que acordo de líderes não pode ser quebrado. Por isso, então, peço que seja trazido a esta Casa o que foi acordado naquela reunião.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Apenas para esclarecer, deputado Kennedy Nunes, e faço isso sem nenhuma outra intenção senão de colaborar, a fim de que possamos sair desse impasse. O que foi acordado naquela reunião é que cada parlamentar teria direito à criação de um fórum. Se houvesse necessidade emergente de outros assuntos, além da criação desse, aí sim se encaminharia à comissão e posteriormente se daria segmento. Esse foi o entendimento feito.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Já lhe concedo a palavra, pela ordem, deputado Manoel Mota, com muito prazer.

Nós estamos discutindo ainda o requerimento do deputado Marcos Vieira que não quis, com toda propriedade, retirar da pauta a sua matéria para ser discutida e analisada amanhã. O deputado Gelson Merísio deu um esclarecimento sobre o acordo de lideranças que o deputado Kennedy Nunes questionou, mas ainda estamos em discussão sobre a criação desse fórum permanente, que é uma proposição do deputado Marcos Vieira.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, esse fórum é importante e fundamental. Lutamos incansavelmente para ter a duplicação do lado norte e sabemos que não foi uma obra de qualidade, e precisa ser discutida a questão dessa obra, eis que foi entregue à sociedade cheia de problemas técnicos. Estou falando das obras federais. Estamos fazendo do lado sul e estamos cuidando para ser uma obra de qualidade.

Então, esse fórum tem condições de trabalhar em todos os setores para que tenhamos em Santa Catarina obras de qualidade, seja nas estradas estaduais, nas estradas federais ou em outras ações que são importantes. Por isso, não há dúvida nenhuma de que a minha bancada vai votar pela criação do fórum, porque entendemos que é importante, é fundamental, para ajudar a preservar os recursos públicos investidos em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, para mim não está em discussão aqui a importância do tema da questão das rodovias federais e estaduais. Não é essa a questão que está em voga na minha avaliação e discussão. O que está em discussão de fato é se vamos ter nesta Casa 40 fóruns a mais ou não. Esse foi o tema do acordo de líderes, inclusive este deputado apresentou a criação do fórum, e a Mesa só aceitou o conjunto de fóruns que já tinham sido criados. Quanto aos demais, estão parados.

Este deputado apresentou a criação do fórum parlamentar da mesorregião do Mercosul, que está parado por orientação da Mesa. Mas estou seguindo até hoje. Por isso, entendo que temos que regulamentar isso. Não é a questão desse ou daquele fórum, temos que regulamentar, porque também depende da estratégia que esta Casa vai adotar. E as comissões vão perder o sentido de existir, pois tudo vai passar pelo fórum.

Portanto, precisamos regulamentar, precisamos construir uma regra segura para isso não acontecer.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigada, sra. presidente. Sem mais delongas, só quero registrar a nossa posição favorável à criação do fórum permanente da discussão da situação das rodovias estaduais. Inclusive, somos proponentes, assinamos junto com o deputado Marcos Vieira, eis que é um assunto da mais absoluta relevância.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, gostaria de saudar dois vereadores de Santa Terezinha que estão presentes nesta Casa: Geraldo Reiberg e Hélio Savitski. Desejamos boas-vindas aos dois e que se sintam à vontade neste Poder.

Obrigado pela presença, vereadores!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sra. presidente.

Nós estamos criando, para se buscar uma solução no sistema viário não só de Santa Catarina como do Brasil, leis e mais leis, mas enquanto não houver uma determinação para coibir e punir os infratores não teremos uma solução para esse problema. Na verdade, os infratores têm certa liberdade de não serem punidos. E enquanto não forem punidos não há como diminuir essa grande mortandade que acontece no nosso sistema viário do Brasil.

No entanto, quanto à criação do fórum parlamentar, a nossa bancada coloca-se à disposição e é favorável à sua criação.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente, peço vênia, deputada, e a sua compreensão, pois sei que estamos em votação, mas quero cumprimentar o prefeito de Castelo Branco e o seu secretário de Administração dizendo da alegria, do prazer de tê-los aqui, nesta Casa.

Muito obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos a esta Casa, que se sente honrada com a presença dos senhores.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Da mesma forma, quero aproveitar para fazer uma saudação toda especial e registrar a presença, nesta Casa, do nosso querido vereador do PSDB, Juarez Furtado, que está resolvendo problemas inerentes ao município de Romelândia. E o Gilberto Orsi, líder comunitário de Taió, incansável na questão de bandas e fanfarras daquela região, está também aqui tratando de assuntos daquele importante município. Também os vereadores Valírio Haverrroth, Nicanor Depiné, Márcio e Luis Carlos Müller, de Rio do Oeste, estão tratando de assuntos importantes e inerentes ao município.

Sejam bem-vindos, e com certeza os pleitos de v.exas. devem ser ouvidos por todos os srs. deputados.

Muito obrigado, sra. presidente, pela deferência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Besc, pedindo a manutenção do posto de atendimento no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, pedindo a expansão das redes de telefonia fixa e instalação de postos telefônicos nos municípios de Santa Terezinha e Timbó Grande, bem como a instalação de torre para telefonia móvel, na rodovia SC-301, e dos serviços de telefonia rural em quatro comunidades do município de Timbó Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviada ao prefeito de Florianópolis, solicitando a reavaliação do art. 6º da Lei Municipal n. 7.474/2007, no que diz respeito à representação das entidades não-governamentais, técnicas, prestadoras de serviços e usuárias do saneamento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente e ao superintendente regional do DNIT, solicitando melhoria e conservação das rodovias BR-282 e BR-158.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Educação, pedindo informações sobre o repasse de verbas para pagamento de bolsas de estudo às fundações educacionais de ensino superior.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal, conforme art. 106 do Regimento Interno.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos honram com a sua visita, prestigiando o nosso Parlamento na tarde de hoje, estava atentamente acompanhando esta sessão e ouvi o pronunciamento do eminente deputado Joares Ponticelli, trazendo algumas críticas sobre a questão dos uniformes escolares em Santa Catarina. Então, gostaria de dizer que o governador dele já comandou este estado por duas vezes e em nenhum momento planejou ou avaliou a importância da compra de uniformes escolares para os alunos catarinenses.

O que fez o governo Luiz Henrique da Silveira com a sua visão "cidadista"? Colocou em prática aquilo que alguém poderia ter tido vontade, mas que não teve coragem para fazer.

Nós, que vimos o *kit* que foi comprado anteriormente, também bom e de qualidade, sabemos que esse que foi comprado agora é um material de alta qualidade, é um produto que vai, com certeza, orgulhar os alunos. Eminente deputado Darci de Matos, é só dar uma olhadinha, não precisa nem fazer muita força para ver a qualidade desse produto. Se olharmos esse material comprado, veremos que a qualidade é visível.

Então, precisamos reconhecer que num ato de responsabilidade, quando o governo põe uma ação no pregão eletrônico, já se sabe que é coisa de responsabilidade. Toda a cidade, sociedade e empresários participaram, e aquele que ganhou foi porque teve o melhor preço.

Também quero dizer que esse *kit* que custa R$ 94,00, de muita qualidade, acompanha mais um item que não tinha no outro. Dêem só uma olhadinha. É para que no verão o aluno fique totalmente à vontade.

Então, fazem crítica para não lembrarmos, não pensarmos naquele que esteve no governo e não teve competência para realizar a compra dos uniformes em Santa Catarina.

O eminente deputado Joares Ponticelli, vinha aqui fazer o seu discurso vibrante, criticando as questões das escolas em Tubarão e na região, e não vi s.exa. falar aqui em nenhum momento. Mas quero fazer um convite a s.exa. para que no final do mês possa participar da entrega daquelas escolas, daqueles prédios de alta qualidade, feitos na sua região, aos alunos e à população.

É assim que constrói o governo que tem responsabilidade e que busca qualidade, ou seja, o governo de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Com muita honra ouço o deputado Darci de Matos, que também tem o uniforme para provar e mostrar a qualidade desse material, que vai deixar os alunos e os pais orgulhosos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Manoel Mota, com todo o respeito que devo e que tenho pelo eminente deputado Joares Ponticelli, e tenho aprendido muito com s.exa. na Assembléia, reconheço, assim como todos nós, não posso deixar de utilizar este espaço para divergir veementemente das suas colocações feitas no que diz respeito aos uniformes escolares que as crianças de Santa Catarina irão receber.

Primeiro, deputado Manoel Mota, é papel da Oposição relativizar o bem-feito, enaltecer o malfeito, ou seja, aquele que não dá certo. Nós entendemos, deputado Antônio Aguiar. Agora, se a preocupação é com o aumento do montante de R$ 26.770 milhões para R$ 42.669 milhões, podemos explicar sem medo de errar, deputado Nilson Gonçalves: só de correção do IGPM nesses dois anos, em cima do valor de R$ 26.770 milhões, foram 11,26%. O nosso uniforme não tinha sandálias e agora tem as sandálias. Sandálias que podem até ser utilizadas, deputado Nilson Gonçalves, na praia. Uma sandália bonita, com *design* moderno. O tênis é um tênis que poderíamos andar sem vergonha nenhuma na beira-mar. Esse tênis deve custar no mercado em torno de R$ 70,00, e as camisas, com gola de três cores, são de excepcional qualidade.

Então, deputado Joares Ponticelli, respeito muito a sua posição de líder neste plenário, mas o seu governo não fez antes nem durante nem depois das eleições. O governador Luiz Henrique da Silveira, grande governador, e o secretário da Educação, Paulo Bauer, tomaram a iniciativa e estão repassando às nossas crianças de Santa Catarina o uniforme.

Pelo discurso, até parece que elas não são merecedoras desse uniforme. Claro que são! Agora, se o projeto não ficou perfeito é porque ninguém consegue implementar um projeto dessa natureza com perfeição. Se foi entregue em setembro, foi por causa da logística, e não havia razão de ter sido entregue no ano passado, porque foi entregue em setembro. Estavam terminando as aulas, deputada Ana Paula Lima.

Então, fizemos, implantamos, e as crianças terão um uniforme bonito e de qualidade. Isso é fundamental, é relevante, mas entendemos e até respeitamos a posição da Oposição nesta Casa.

Portanto, parabéns ao secretário Paulo Bauer e parabéns ao governador Luiz Henrique da Silveira, que vão deixar as nossas crianças mais felizes e mais bonitas.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Evidentemente, deputado Darci de Matos, precisamos reconhecer a competência, a visão do governador Luiz Henrique, mas temos que parabenizar também o secretário da Educação, Paulo Bauer, que, com a sua visão, está dando uma dinâmica toda especial na educação em Santa Catarina, dando qualidade, dando condições e, com certeza, com esse uniforme, orgulhando os alunos, os professores e os pais dos alunos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É com muita honra que ouço o eminente deputado Nilson Gonçalves, que com certeza vem contribuir também nesse momento de uma discussão importante.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Infelizmente o seu tempo está-se esgotando, mas apenas quero me solidarizar com o deputado e secretário Paulo Bauer, porque o conhecemos muito bem. Ele é de Joinville, nossa região, e conhecemos a sua lisura, a sua forma correta de agir.

Não quero desmerecer nenhum outro secretário, mas quero dizer para v.exa. que Paulo Bauer é um dos melhores secretários deste governo e foi um dos melhores, ou quem sabe o melhor, secretários do governo Esperidião Amin, quando o meu querido deputado Joares Ponticelli era governo. Foi um dos melhores secretários de Esperidião Amin e está sendo um dos melhores do governador Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, não temos muito que falar, porque é uma pessoa correta, tem muita lisura no seu comportamento público, o que é do conhecimento do meu amigo Joares Ponticelli, que faz uma Oposição muito grande, deixa a Situação toda esperta, toda ágil, mas sabe que temos um secretário de primeira linha, porque também foi secretário do governo do qual ele fez parte.

Com certeza absoluta está fazendo Oposição porque é esse o seu dever, e nós temos a obrigação também de alertar para aquilo que estão fazendo nesse governo.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Também quero parabenizar, além do governo do estado, do secretário, a equipe de trabalho da secretaria da Educação, que não mede esforços para colocar em prática uma ação tão importante para a sociedade e principalmente para os alunos mais carentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero dizer que cometi um pequeno equívoco aqui. No governo Esperidião Amim Paulo Bauer era o vice-governador, mas foi um dos melhores secretários da Educação que já tivemos em tempos anteriores e é atualmente o melhor, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, dando continuidade ao assunto que me trouxe à tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores, quando infelizmente não consegui concluir o meu discurso, volto a falar sobre esse tema. Mas antes, srs. deputados, sras. deputadas que nos acompanham, público que está presente nesta Casa e que está nos acompanhando pela da TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de dizer que tomara que consigamos, este ano, fazer com que a nossa TVAL seja em canal aberto, para que toda a população do estado de Santa Catarina consiga acompanhar os trabalhos relevantes de diversos parlamentares, porque aqui se vota, aprova-se e discute-se grandes projetos, e nós somos os representantes dos catarinenses.

Quero dizer também, srs. deputados, dando continuidade ao assunto que me trouxe à tribuna anteriormente, sobre os pessimistas de plantão, que teimam em dizer e afirmar que o governo do presidente Lula não é um bom governo. É sim! É um ótimo governo, com erros, sim, mas com muitos acertos, e temos que destacar os acertos, principalmente a nossa imprensa.

É dessa forma que quero aqui fazer uma referência para mostrar que, de forma equivocada, os iguais são tratados diferentes, deputado Silvio Dreveck. Por exemplo, os cartões corporativos foram criados na época do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Inclusive, quero registrar que ele está com uma ira danada, eis que nunca vi um ex-presidente tão brabo, ele até parece que continua sendo o presidente do Brasil, porque não concorda com nada. Não sei por que a imprensa dá tanta possibilidade de ele fazer esses tipos de comentários.

Estou até estranhando, e diversos companheiros do meu partido também estão estranhando a ira do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele considera arbitrária a decisão da CPI Mista, a ser instalada no Congresso, para apurar os cartões corporativos desde a época em que foram criados. E foram criados pelo PSDB, por Fernando Henrique. Naquela época, deputado Jailson Lima, não havia o portal da transparência. Fernando Henrique Cardoso gastava com cartão, os seus assessores gastavam, todo mundo gastava com o cartão, e ninguém sabia.

No governo do presidente Lula existe o portal da transparência, onde qualquer cidadão tem acesso às informações, inclusive a imprensa, que não pode ter um lado só, ela tem que mostrar os dois lados, e falo aqui da *Folha de S. Paulo*.

Na semana passada, quando a mídia nacional destacava a questão de quem usava os cartões corporativos, falava-se no nome do presidente Lula, da sua família, dos ministros e citava o nome das pessoas. Na quinta-feira, quando foi descoberto um rombo no estado de São Paulo, a *Folha de S. Paulo* só disse assim: "São Paulo gasta R$ 108 milhões com cartões corporativos". Não disse aqui o nome do governador do estado de São Paulo, que o povo catarinense tem que saber que é o José Serra, do PSDB. Não fala aqui da família do governador de São Paulo, não fala. Não fala dos secretários de São Paulo, e muito pouco se fala onde foi gasto com os cartões corporativos. É isso que falo! É isso que critico!

A mídia tem que ser imparcial, tem que jogar limpo com as pessoas. Temos que condenar quem errou, mas temos que defender quem não tem nada a ver com isso. E falo isso, srs. deputados, até para nos poupar como parlamentares, porque a nossa vida é um livro aberto. E temos que continuar a dar explicação para a nossa comunidade do que fazemos nesta Casa. Mas também quero que a imprensa explique de onde vem o dinheiro que paga esta Casa e que o Poder Judiciário também preste contas dos respectivos gastos, assim como o Tribunal de Contas da União e dos estados. Aí, sim, será de forma transparente, assim como o governo do presidente Lula é transparente no caso dos cartões corporativos.

O governo do presidente Lula quis instalar a CPI, deputado Jailson Lima, mas o governador Serra não quer, e Fernando Henrique Cardoso também não quer que seja averiguado desde o ano em que os cartões foram criados, que foi no governo dele.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Comungo da sua indignação, deputada Ana Paula Lima, primeiro, porque nós, do PT, com certeza condenamos distorções que existiram e existem com relação aos cartões corporativos, que eu diria que é um mecanismo - nós fomos prefeito - construído pelo governo Fernando Henrique Cardoso para dar agilidade à máquina administrativa.

No entanto, percebemos a postura da imprensa quando enaltece a questão nacional e esquece a questão do estado de São Paulo, onde o governador é José Serra, que foi candidato a presidente da República, assim como Geraldo Alckmin, e isso acontecia lá numa proporção infinitamente superior ao que ocorre em nível nacional. Se considerarmos que o estado de São Paulo chegou a gastar quase R$ 110 milhões, enquanto o país inteiro gastou R$ 75 milhões, veremos uma grande distorção e uma diferença, além dos saques em dinheiro retirados diretamente no caixa, como aconteceu no estado de São Paulo, que foram quase R$ 15 milhões a mais.

Então, como é que o PSDB quer justificar o seu lado dizendo que lá não precisa CPI, mas que em nível nacional precisa? Há um direcionamento explícito em relação ao questionamento que é em cima da família presidencial, que também havia no governo Fernando Henrique Cardoso, porque o filho dele cometeu inúmeros escândalos neste país. Isso era comprovado; no entanto, a imprensa não ressaltava. Queremos correções, e o nosso papel é buscar a moralidade. No entanto, sempre se pauta em dizer que são os políticos que fazem com que haja descrédito por parte da população. Agora, é importante dizer que é preciso ser transparente no Judiciário, que é quem deveria estar fiscalizando, e hoje os jornais mostram que também existe cartão corporativo para os desembargadores e para o Tribunal de Contas.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não estou aqui para criticar o profissional da imprensa, porque respeito a profissão do jornalista. Estou aqui para criticar os grandes meios de comunicação, porque às vezes o jornalista não pode se manifestar, porque o meio de comunicação reserva algumas pautas que ele acha interessante. É isso que falo, srs. deputados, inclusive para nos proteger dessas situações.

Também faço um apelo aos jornalistas que estão de plantão, que estão nos acompanhando: não posso me calar, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital. Sou mulher, mãe e não posso me calar diante do que está acontecendo, das barbaridades e dos crimes cometidos por alguns meios de comunicação, que insistem em agredir a filha do presidente Lula, que mora no estado, que é a Lurian, e a sua família.

A Lurian, srs. deputados e povo catarinense, tem a vida marcada pelas agressões daqueles que, na luta política, através das derrotas, não conseguem atingir as ações do governo popular e partem para os ataques pessoais, para os filhos, para os netos, para a família.

Eu quero fazer um apelo para que deixem a Lurian, os seus dois filhos, o seu marido, enfim, a sua família em paz. Já são quase 20 anos de perseguição política e de investigação na vida dessa família. Peço, sr. presidente, que deixem de vigiar a Lurian, na sua casa, no seu trabalho, e que deixem seus filhos nas escolas em paz. Ela não tem nada a ver com isso, não tem nada a ver com cartão corporativo, não tem nada a ver com o que está acontecendo, com essa orquestração em nível nacional. E faço esse apelo como mulher e como mãe, para que deixem as famílias em paz e que investiguem quem de fato é responsável pelo uso dos cartões corporativos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, representante de Brusque, sras. deputadas e srs. deputados, gostaríamos de saudar o nosso eminente deputado Silvio Dreveck, que hoje assume a liderança do PP. S.Exa. é da nossa região, do planalto norte, mais precisamente de São Bento do Sul. Desejamos a ele uma feliz estada neste novo cargo que com certeza engrandece o planalto norte.

Gostaríamos de nos reportar, hoje, ao grande acontecimento de sábado, na cidade de Mafra, onde estivemos juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, com os dirigentes da Sadia, o dr. Tomazoni, o dr. Ávila, o dr. Luz e outros diretores da Sadia, com o secretário do Deinfra, Mauro Mariani, com o prefeito de Mafra, Jango Herbst, quando foi dada a grande notícia para o planalto norte de mais uma indústria, a Sadia, que lá se instalará.

Todos conhecem o desempenho e o trabalho da Sadia em nível estadual, municipal, nacional e internacional, e é com grande satisfação que a empresa vem para o planalto norte instalar sua indústria, sua agroindústria, mais precisamente os setores da suinocultura e avicultura, para fazer com que o planalto norte tenha o que todos sonhávamos: o crescimento e o desenvolvimento.

Por que está acontecendo isso no planalto norte? Porque a Aurora foi para Canoinhas fazer um investimento de mais de R$ 300 milhões, fazendo o abate de 300 mil frangos por dia, o que significa o nascimento de 300 aves/dia, ao mesmo tempo com uma fábrica de ração para alimentar esses animais. Temos também o transporte desses animais. E tudo implica numa infra-estrutura muito grande que está sendo criada no estado, mais precisamente no planalto norte, no nosso querido município de Mafra, onde estivemos juntamente com os órgãos da imprensa em uma grande recepção.

Quero dizer para vocês que a Sadia está escolhendo Mafra porque a cidade possui o perfil do investimento que essa empresa deseja. E esse perfil está relacionado a vários fatores, sendo o principal deles o entroncamento rodoviário, a localização geográfica da cidade de Mafra. Passam pelo município as BRs-116 e a 280. Como se não bastasse, também temos a ferrovia de Mafra, a ALL, que liga a Curitiba e ao porto de São Francisco para o transporte de aves.

É verdade que as ferrovias em Santa Catarina andam em baixa. Isso significa que o investimento ferroviário ainda não foi feito devidamente não só em nosso estado, mas no Brasil também. O investimento em ferrovias é algo que deve ser olhado com muita atenção. O transporte ferroviário é o mais barato que temos, onde podem ser transportados grãos, óleo, madeira, carvão, minérios, cimento e assim por diante. Precisamos das ferrovias, é verdade, mas precisamos muito, também, do investimento do setor da agroindústria.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Aguiar, quero agradecer o aparte de v.exa. O deputado Silvio Dreveck e v.exa. têm, com freqüência, trazido ao debate nesta Casa os grandes problemas que enfrenta o planalto norte catarinense.

Conheço um pouco da região, não tanto quanto v.exa. e o deputado Silvio Dreveck, mas sabemos que é uma região que merece toda a atenção de todos os órgãos do governo estadual e federal, é uma região que foi pujante, muito forte no auge da madeira e da erva mate, mas de lá para cá custou a reencontrar-se, a encontrar uma nova vocação.

Os anúncios desses grandes investimentos, como o da Aurora, é uma alegria, eis que é uma empresa genuinamente catarinense, que investe em nosso estado. E houve até uma disputa, houve um medo, uma ameaça de que esse investimento pudesse acontecer no estado vizinho, no Paraná. Mas a empresa catarinense que é comprometida com o nosso estado optou, no ano passado, pelo município de Canoinhas, e isso vai representar um incremento na economia não só desse município, mas de toda a região. E agora temos o anúncio da Sadia de um investimento idêntico, com números aproximados de investimento, de geração de oportunidades de empregos e renda.

Eu cumprimento v.exas., confesso que estava torcendo por Braço do Norte, não vou ser hipócrita aqui deputado, porque também represento uma região que, a exemplo da região que v.exa. representa, também ao longo do tempo tornou-se uma região carente.

O sul do estado, hoje, infelizmente, é uma região que precisa de muita atenção. Tivemos o auge do carvão, da cerâmica, das estatais, especialmente da região de Tubarão, e a era Collor produziu perdas significativas para a nossa região. Torcia porque o vale do Braço do Norte, como v.exa. sabe, é um grande produtor, mas eu me alegro porque esse investimento vai acontecer no nosso estado, e numa região que também precisa.

Parabéns a v.exa., ao governador, que eu sei que se esforçou bastante também e que interveio para que o investimento da Sadia se concretizasse no município de Mafra. Como eu disse, a minha torcida maior, e por razões conhecidas, era para Braço do Norte, mas ficou no nosso estado, ficou numa região que merece também.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Vejam a importância de nós termos os investimentos: R$ 600 milhões são investimentos previstos pela Sadia não só na suinocultura, mas também na agroindústria do frango.

Então, temos, hoje, a grande alegria de estar proporcionando ao planalto norte a geração de emprego. A coisa mais importante que temos, hoje, no estado de Santa Catarina é a criação de empregos, e isso significará para a nossa região três, quatro e até cinco mil novos empregos. Isso significará também a redenção do planalto norte, mesmo porque temos o setor moveleiro nas regiões de Rio Negrinho e São Bento do Sul com o problema do desemprego, e sem dúvida alguma essa agroindústria vai absorver esse desemprego e fazer com que a receita do governador Luiz Henrique da Silveira - a descentralização - comece a colher os seus frutos.

Para sermos bem verdadeiros, quando o governador Luiz Henrique falava em descentralização, nós até não entendíamos muito o que era a descentralização. Ela é isto: proporcionar o bem-estar à nossa comunidade; proporcionar ao nosso trabalhador dignidade para que tenha, sem dúvida nenhuma, no final do mês, o seu salário; é proporcionar que não dependa do Bolsa Família ou de outro tipo de ajuda; é proporcionar que ele receba o que é digno para que possa, com dignidade, sustentar a sua família.

O nosso muito obrigado! Parabéns, Mafra, parabéns Santa Catarina, parabéns governo Luiz Henrique da Silveira!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nesta primeira sessão, não querendo ser chato, quero invocar o cumprimento do Regimento Interno a partir de amanhã. Confesso a v.exa. que já não entendo mais a folha de inscrições e esse troca-troca. Há deputado que trocou três vezes, com outro, o Regimento não permite isso e acabamos nos perdendo. Todos têm compromissos. Eu me programo sempre para falar no horário que me inscrevo.

Então, solicito a v.exa. que, a partir de amanhã, cumpra-se o Regimento e que a regra seja cumprida por todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A sua solicitação será encaminhada à Mesa Diretora para análise.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, gostaria de dizer que concordo com o deputado Joares Ponticelli, até porque esse assunto foi motivo de reunião das lideranças hoje pela manhã. E o deputado Silvio Dreveck, que representou o seu partido, o PP, também levantou essa questão. Eu acho que é possível cumprir o Regimento.

Sr. presidente e companheiros deputados, como tem sido prática, desde o primeiro dia em que assumimos nesta Casa, sempre falamos que uma das grandes bandeiras nossas é o saneamento. Nós, que lutamos pelo meio ambiente, pela maior herança que podemos deixar aos nossos filhos, que é a educação e a saúde, lutamos também pela questão do saneamento.

Para se ter uma idéia, há um ano, no dia 5 de janeiro, o presidente Lula sancionou a Lei n. 11.445, que é a lei fundamental do saneamento permitindo, inclusive, a parceria pública e privada, as PPPs. O que significa isso? Que o saneamento não só poderia ser feito com recursos públicos, mas que deveria atingir o objetivo maior, que é o da saúde pública. E isso poderia ser feito através da iniciativa privada. Pois bem, isso faz um ano. Então, temos uma lei federal que disciplina a questão do saneamento.

Temos também a lei estadual de 2005, o Projeto de Lei n. 220/05, do governo do estado, na época em que o secretário de Desenvolvimento Sustentável era o Bráulio Barbosa. E essa lei trata mais profundamente do abastecimento de água, coleta, saneamento, disposição dos esgotos, resíduos sólidos e gasosos e demais serviços de limpeza, como a questão da drenagem. Porque não é somente a coleta de esgoto, mas do resíduo sólido, que é o nosso lixo, e a drenagem. Portanto, há dois anos, antes da lei federal, já tínhamos a lei estadual.

E agora, mais recentemente, temos a Lei n. 7.474, de 19 de novembro de 2007, portanto há poucos meses. Trata-se de uma lei municipal que dispõe sobre a política de saneamento ambiental, cria o Conselho Municipal de Saneamento e autoriza convênios com a Casan, e outras providências.

Pois bem: aprovamos uma moção, hoje, através da qual estamos fazendo um pedido ao sr. prefeito. Porque a lei federal prevê a criação do Conselho Federal de Saneamento paritariamente entre representantes do governo federal e a iniciativa privada. A lei estadual prevê paritariamente também a criação entre as forças que representam o governo no saneamento e a iniciativa privada. Ou seja, 50% por 50%, paritariamente. A lei municipal - e isso deve ter sido uma falha de interpretação - não prevê, de forma paritária, o Conselho de Saneamento, e conta como representante da iniciativa privada a Comcap. Ora a Comcap, que eu saiba, pertence ao município, é uma das forças vivas do município. Portanto, não poderia estar na iniciativa privada. E também o Procon municipal está colocado como representante da iniciativa privada, da comunidade, quando na verdade é governamental.

Então, essa representação paritária entre as forças governamentais e as entidades comunitárias e privadas, tanto no âmbito federal quanto estadual, também deveria ocorrer no município. E assim, nesse sentido, estamos aqui alertando, porque quando fomos prefeito de Florianópolis conseguimos, naquela época, estender, deputado Décio Góes - e v.exa. já foi prefeito de Criciúma -, o saneamento a 62% da população de Florianópolis. Por isso conquistamos, em nível nacional, o título da capital com melhor qualidade de vida, e isso se mantém nessa proporção.

Mas, hoje, o saneamento já não atende mais a 62%; ele atende a 54%, 55%. Por quê? Porque a população cresceu e os investimentos no saneamento não continuaram nos outros governos que nos sucederam.

Então, com essa renovação da Casan, estamos fazendo um apelo à prefeitura, porque é no município que ocorrem as mudanças, e essa responsabilidade é do município. Inclusive, através da comissão do Meio Ambiente que v.exa. preside, deputado Décio Góes, e da qual fizemos parte, juntamente com a Federação dos Municípios de Santa Catarina - Fecam -, foi realizado um grande encontro chamado Marco Zero, em julho de 2006, para que nos próximos anos os futuros prefeitos comecem, em seus programas de governo, a campanha sobre a importância do saneamento. E aquele foi um belo encontro e cumprimos o nosso dever.

Mas por que estamos voltando a nos manifestar agora? Porque saneamento é saúde, e para cada real investido em saneamento, economizaremos R$ 5,00 em saúde. Senão vejamos: o tifo é transmitido pela água, por não haver saneamento; malária, dengue, cólera, hepatite, diarréia, difteria são transmissíveis por falta de saneamento.

E mais do que isso: mundialmente, as Nações Unidas têm um compromisso, que é o de erradicar a pobreza no mundo - e o Brasil é signatário e, portanto, nós fazemos parte.

Deputado Décio Góes, v.exa. sabe quantas pessoas morrem por semana por falta de saneamento? São 42 mil pessoas mortas por semana. Aqui estão os dados da revista *Veja*.

Outro dado alarmante - e não podemos ficar quietos e temos que nos indignar - é o seguinte: o da morte de uma criança a cada 20 segundos por falta de saneamento. Mais do que isso: em 20 anos, se o mundo todo investir US$ 10 bilhões, solucionaremos o problema do saneamento. V.Exa. sabe quanto equivale essa quantia em relação aos investimentos militares? Equivale a 1%. No entanto, morrem 42 mil pessoas por semana. E mais: isso é o equivalente ao dinheiro que gastam os europeus comendo sorvete.

Por isso, quando se fala em administração popular, da qual nós fizemos parte, deputado Décio Góes, chamamos de inversão de prioridade. Porque governar é estabelecer prioridades e atender às demandas. E realmente espero que os futuros prefeitos atendam a essa demanda e coloquem nos seus programas o saneamento como uma questão de saúde pública, de qualidade de vida e façam essas transformações.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Ouço v.exa., deputado, apesar do pouco tempo que me resta.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Professor Grando, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. É importante chamarmos a atenção dos prefeitos, dos gestores estaduais e do governo federal.

Outro dia, eu conversava a respeito com o deputado Leodegar Tiscoski, que é secretário nacional de Saneamento. Até 2010 serão investidos R$ 40 bilhões em saneamento no Brasil. E, por exemplo, Criciúma irá receber um financiamento - e antes tínhamos dificuldade de ter acesso a financiamentos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Mas agora temos leis.

O Sr. Deputado Décio Góes - Serão R$ 50 milhões - o projeto é de R$ 65 milhões - para investir no saneamento da cidade; em Araranguá serão investidos R$ 5 milhões; em Içara R$ 10 milhões; e assim em diante pelo estado. Penso que começamos a ter essa consciência de que precisamos, com a ajuda do governo federal, que está dispondo dos recursos, investir mais nessa área. E estamos cobrando que a Casan exerça o papel que ela tem de exercer.

Muito obrigado e parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Muito obrigado pelo seu aparte e insiro no nosso pronunciamento a sua observação. Realmente o sul precisava muito!

Quero dizer que temos que nos indignar: se uma criança morre a cada 20 segundos por falta de saneamento, se 42 mil pessoas morrem por semana por falta de saneamento, nós, com responsabilidade pública, temos que cobrar e agilizar. E devemos começar por onde? Pelo poder municipal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu quero justificar a minha ausência neste plenário amanhã e depois de amanhã, pois vou estar presente na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades: inovação democrática e transformação social para as cidades inclusivas no século XXI, que irá acontecer em Porto Alegre. Trata-se de uma promoção de vários órgãos nacionais, internacionais: ministérios, governo do estado do Rio Grande do Sul, prefeitura de Roma e várias outras entidades. A idéia é colocar experiências de inclusão social, de desenvolvimento local e do poder local dos municípios.

Então, nesses próximos dois dias estarei lá em Porto Alegre participando desse evento, e justifico assim a minha ausência nesta nossa sessão da Assembléia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Justificada a sua ausência, desejo um bom congresso a v.exa., esperando que traga para este Parlamento subsídios do encontro lá em Porto Alegre.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a presença dos vereadores de Três Barras: Gerson Eduardo de Souza, João Francisco Canani e Francisco Altamir Farias. Agradecemos a presença em nossa Casa, dizendo que estamos de portas abertas para recebê-los.

Obrigado pela visita!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas aos vereadores de Três Barras. Sintam-se à vontade no plenário catarinense!

Inscrito para falar em Explicação Pessoal o eminente deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero saudar a presença do nosso companheiro vereador Antônio, do município de Garopaba.

Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, vou me referir ainda sobre a questão do uniforme. Como percebemos, foi só anunciarmos a entrevista, que até apareceu um par da nova Conga, deputado Décio Góes, o novo tênis! Vou esperar o exemplar para fazer o teste do Inmetro e ver se está de acordo com o que o edital exige.

Espero que os alunos aproveitem para ver na televisão - porque ao vivo só em maio ou junho, quando a campanha começar - a nova camiseta, a nova jaqueta, o novo tênis que agora eles apresentam dizendo que é coisa boa. É sinal de que não deram coisas boas para as crianças há dois anos, deputado Sargento Amauri Soares. Então, submeteram nossos alunos ao constrangimento! Os governistas vêm aqui dizer que agora é um uniforme descente, bom. Por que obrigaram as crianças a usar até hoje, então? Portanto, precisamos fazer uma auditoria naquela compra! Quer dizer que eles estão admitindo que compraram o material de baixa qualidade e que o distribuíram! Isso passou; vamos auditar essas contas, deputado Décio Góes! O reconhecimento de que compraram e distribuíram coisas que não prestam é uma confissão de crime!

Em segundo lugar, quero dizer que não vim aqui em nenhum momento falar mal do deputado Paulo Bauer, nosso secretário da Educação. Pelo contrário, ele é da escola do PP, do nosso partido, foi secretário do saudoso Vilson Kleinübing; foi vice-governador de Esperidião Amin. É evidente que é competente como secretário, teve uma boa escola!

Agora, também não disse que foi ele que mandou superfaturar ou dirigir o edital. Até porque não vou gastar tempo para falar de subalternos; eu vou falar do chefe. Quem mandou fazer isso foi o Luiz Henrique, que mandou comprar da mesma empresa que ganhou a licitação em 2006, a tal de Mercosul, exatamente aquela que apareceu citada na CPI dos Correios. Isso é coisa do Luiz Henrique! Acho que não é de Paulo Bauer, não! Isso deve ser negócio do Luiz Henrique lá de trás já. Como não conseguiu concretizar naquele momento, terminou agora.

E essa questão do uniforme, deputado Sargento Amauri Soares, desmonta totalmente o discurso da descentralização. Repito: por que não mandam o dinheiro para a escola comprar o seu uniforme, para esse dinheiro ficar lá na comunidade, lá no município, para fazer movimentar lá? Será que é porque não dá para dirigir o edital? Será que há outros interesses? Por que a compra do uniforme é centralizada? Para transformar o nosso estado numa União Soviética, tem que ser tudo igual! O nosso é um estado de diversidade muito grande, de regiões muito quentes, de regiões muito frias. Deixem cada escola escolher o seu uniforme! Deixem cada região escolher o seu!

Justificaram aqui que o aumento é por causa das sandálias tipo Havaianas. As sandálias custaram aproximadamente R$ 1,8 milhão! O deputado Darci de Matos diz que o IGPM do período foi de 11%. Não foi. Em 2006 o índice foi de 3.14 e em 2007 foi de 4.46. Dá menos de 8% de inflação, e aqui estamos falando de um aumento de quase 100%, para duas mil peças a menos. Foram R$ 26 milhões naquela e R$ 42 milhões agora. Mas dizem que agora é de qualidade. Se a outra não foi de qualidade, cadeia para quem comprou e pagou coisa que não presta. Então, compraram, pagaram e distribuíram coisa que não prestava. E agora confessaram o crime e vão ficar impunes. Mas devem ir para o cadeião também. Que vão para o cadeião!

É preciso fazer um cadeião para botar esse pessoal do problema na saúde. E já tem o problema do delegado de Joinville, o do Aldo Rei Neto, que está foragido, enfim, existe um monte de encrenca neste governo. E existe um monte de quase presidiários. Inclusive, isso aqui para mim é a confissão de um crime, pois aquele material não prestava, mas distribuíram.

Por último, querem dizer que só vão entregar em maio para regularizar. Em maio, porque é período de campanha. Por que não entregaram no ano passado? As aulas começaram ontem, mas por que só vão entregar em maio? Porque a campanha estará em pleno vapor, é para fazer campanha eleitoral, sim, senhor! Aqui em Santa Catarina só se distribui uniforme em ano de eleição, porque é material de campanha.

Também anunciaram, festivamente, R$ 200,00 para os professores. Agora tiraram o nome de abono, estão chamando de prêmio educar. Até hoje não incorporaram os R$ 100,00 do outro abono que foi prometido na campanha de 2006. Ainda não incorporaram, deputado Sargento Amauri Soares! Está igual à Lei Complementar 254, da Segurança Pública, com cheque pré-datado e sem fundos, ou seja, um aumento virtual. Não incorporaram aquele abono e agora estão prometendo outro para quem está em sala de aula, em duas suaves prestações, uma parcela de R$ 100,00 agora, em março, e a outra lá para agosto. E a receita do estado está crescendo como nunca. No mês de janeiro, tivemos 7% de incremento, deputado Dagomar Carneiro. Fato inédito! E não tem dinheiro para incorporar a Lei Complementar 254 nem para incorporar o abono.

Mas quero fazer outra pergunta aos governistas quanto às professoras aposentadas, deputado Elizeu Mattos: sabem quanto os professores e servidores aposentados tiveram de reajuste nos seis anos do governo Luiz Henrique? Um por cento, deputado Sargento Amauri Soares! Um por cento! Que discriminação desse governo com os servidores que trabalharam 20 anos, 30 anos, 40 anos, que só receberam até hoje 1% de reposição salarial, em seis anos! Até aonde vai essa discriminação com os aposentados? De novo não se fala - e este governo não gosta dos integrantes da terceira idade - nos que deram a sua contribuição para o estado crescer e chegar até aqui! Por que o governo discrimina tão violentamente o servidor aposentado de Santa Catarina? E agora ainda vem o Iprev, o Instituto de Previdência, e parece que querem aprovar rápido, deputado Décio Góes, sem uma discussão maior.

Por isso, quero conclamar desde já o apoio dos nossos pares, da nossa bancada, em defesa da descentralização, que propõe que sejam feitas 36 audiências públicas para debater o instituto de previdência no âmbito de cada secretaria regional. Vamos fazer um debate com todos os servidores públicos, em cada secretaria regional, para discutir esse plano de previdência que o estado quer implantar.

Para finalizar, v.exas. devem ter acompanhado pela imprensa, ontem e hoje, um fato lamentável que aconteceu na cidade de Tubarão, ou seja, a rebelião no presídio, iniciada no domingo, por volta das 18h, que terminou somente na manhã de segunda-feira. Continua rendendo o presídio de Tubarão, e uma tragédia maior se avizinha. Um local que comporta 50 presos ou 60 presos hoje está com mais de 200. É um verdadeiro depósito humano. Dois funcionários, deputado Décio Góes e deputado Sargento Amauri Soares, ficaram quase 20 horas em poder dos detentos. Um dos funcionários ficou a maioria do tempo enrolado em cobertores ensopados de álcool, e os presos ameaçando atear fogo. Ele desmaiou várias vezes, está em estado de choque ainda. Depois os presos colocaram uma corda no pescoço desse servidor, penduraram-no em cima de um banco, ameaçando tirar esse banco a qualquer momento. Isso está acontecendo em Tubarão, mas nada de providências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, sr. deputado Joares Ponticelli, gostaria de comentar o seu pronunciamento.

Sempre acompanho, deputado Sargento Amauri Soares, os pronunciamentos feitos desta tribuna, o que é dito aqui e o que as pessoas escutam em casa. Usamos esse poder que o povo nos deu para falar, reclamar, duvidar e para ser do contra. Esta é uma Casa de debates, e é justamente esta a posição da Oposição, ou seja, o contraditório.

Agora, podemos reclamar de tudo que não está acontecendo. E ouvimos no decorrer do ano passado a reclamação de que não houve uniformes. Mas levantar suspeita de uma licitação pública, do pregão eletrônico sobre essa modalidade?! Aí começo a me assustar. Será que há suspeitas sobre o pregão eletrônico? E a transparência do processo, do pregão eletrônico? Quem vai burlar o pregão eletrônico? É o que há de mais novo na área da licitação, da tomada de preços. Qualquer empresa, deputado Professor Grando, pode participar de um processo como esse. Quem sou eu, quem somos nós, para levantar dúvidas, sem uma análise, sobre um processo de licitação? E não há problema em levantar dúvidas, mas podemos reclamar daquilo que não acontece. Mas daqui a pouco vão reclamar porque está acontecendo. Eu não estou entendendo mais nada. Penso que pela vontade de alguns, bom seria se os uniformes não viessem e se os alunos não os recebessem. É aquela história de quanto pior melhor.

Eu não quero aqui discutir a cor do uniforme. Agora, eles têm que elogiar quando se tenta melhorar, pois o processo do uniforme nasceu no ano retrasado. Que bom que o governo quer melhorar cada vez mais, e vai melhorar futuramente, cada vez mais, o uniforme, o calçado, o tênis que será dado para as nossas crianças da rede pública estadual.

Isso é um ato, deputado Sargento Amauri Soares, deputado Professor Grando, elogiável, ou seja, o de se tentar melhorar. Agora, não podemos aqui simplesmente criticar por criticar a busca pela melhora do material, a busca pela melhora no atendimento do nosso aluno. Não cabe a crítica na busca de melhorar; cabe, sim, quando queremos piorar a situação. Não cabe aqui uma crítica dizendo que foram feitas valas em Florianópolis para arrumar esgoto, porque não havia antes. Por que não fizeram antes? Porque antes não tinha. É a crítica que estão fazendo sobre valas e buracos para fazer o esgoto. É mais ou menos isso. É para melhorar, e isso é plausível.

Dentro da licitação pública - e o nobre líder, deputado Joares Ponticelli, que faz o seu papel de Oposição -, de uma tomada de preços, sr. presidente, todo mundo sabe, quem já foi ordenador primário, quem já foi prefeito, como é o caso do deputado Professor Grando, que numa compra maior o preço é menor. Todo mundo sabe, isso é de praxe! Quanto maior a compra, menor o preço. É como um supermercado de uma grande rede comparado com um pequeno mercado. Existem dificuldades de competir, porque não podem fazer aquela compra grande e não têm a barganha do preço. Isso ai é sabido por todos nós. Então, não podemos confundir a cabeça das pessoas. Por que foi realizada a compra dessa forma? Foi para diminuir preço, para ganhar preço. Mas por que tudo igual? Mas se é para a rede pública estadual, é só um. São alunos da rede pública estadual. Por que em Lages teria um uniforme e em Criciúma outro diferente? Isso seria uma discriminação com o nosso aluno da rede pública estadual.

O que é isso? Reclamar do quê? Podemos até contestar, reclamar da cor, mas reclamar das melhorias que estão ocorrendo? Eu não vou entrar no mérito, até quero fazer uma pesquisa de preços nas compras dos uniformes em outros estados, em outros municípios. Mas não podemos aqui começar a misturar, a fazer confusão. Na verdade o papel da Oposição é fazer confusão na cabeça das pessoas. O leigo que está lá na outra ponta, que está nos assistindo pela TVAL, deputado Professor Grando, o povo, deve estar achando que se fosse comprado separado seria mais barato.

Eu acho que aqui poderíamos, hoje, sim, aplaudir o governo, que assumiu a posição de dar uniforme para todos os alunos. Eu, até no início, achei que foi uma decisão ousada. "Será que o estado vai conseguir? Será que o estado vai ter condições de dar todos esses uniformes?" Realmente, achei uma posição ousada. Mas quero aqui, desta tribuna, parabenizar aquele que quer melhorar, porque os nossos alunos da rede pública de Santa Catarina terão uniformes.

Outra questão que estão falando é sobre o abono. Na verdade, quando se recebe abono é dinheiro, e no holerite são recursos. Lembro, deputado Professor Grando, deputado Sargento Amauri Soares, quando fui secretário regional em Lages, quando assumi a secretaria regional de Lages, tínhamos perto de três mil ACTs. O que é um ACT? É aquele professor contratado por um período temporário por falta de professor na sala de aula. Nós tínhamos professor - e aqui vou fazer esse desabafo, doa a quem doer - na biblioteca, na secretaria, em todos os cantos, mas faltavam professores na sala de aula. Quando houve o abono para aquele professor que estava na sala de aula, o que aconteceu? Aumentou o número de ACTs? Não! Hoje, a regional de Lages não chega a 400 ACTs. Mas lá tinham tantos professores assim? O que aconteceu? Os professores optaram pela vantagem de estar em sala de aula por causa do abono. Isso aconteceu, é um fato concreto, ninguém está inventando. Quer dizer, houve um incentivo, e o professor está lá. Por isso houve o abono. O abono foi dado, deputado Professor Grando, para o professor que está na sala de aula, o que não acontecia antes.

Então, acho que temos que deixar as coisas claras. E abono é dinheiro no bolso, sim. Quem está trabalhando em sala de aula, está recebendo, é dinheiro no bolso, está recebendo como salário. E acho que temos que fazer uma pesquisa com os professores, mas sempre terá os do contra, pois existe gente que não gosta. Mas existem os do contra para tudo; se alguém defender um projeto aqui para acabar com a fome das crianças ou que todas as crianças terão escola e comida, alguém será contra e dirá que não pode fazer.

Agora, temos que reconhecer o avanço da educação no estado de Santa Catarina, no governo Luiz Henrique da Silveira. Temos que reconhecer o trabalho e o esforço que está sendo realizado pela educação. Não se faz mais por falta de condições, porque se houvesse condições, muito mais seria feito. Sei que um professor merece ganhar ainda mais, sei disso, mas sei dos limites que o estado tem dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, para deixar a verdade exposta, para deixar esclarecidas certas opiniões - e tenho opinião diferente do deputado Joares Ponticelli - estou aqui, deputado Professor Grando, bastante feliz, porque os nossos alunos da rede pública estadual vão receber uniforme esse ano e cada vez melhores.

Por isso, venho à tribuna falar sobre isso com bastante felicidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, estamos voltando à tribuna pela primeira vez neste ano de 2008.

Sr. presidente, já estão ocorrendo discussões nesta primeira semana sobre grandes impactos tanto em nível de estado quanto em nível nacional. E não poderíamos deixar de citar aqui hoje um elemento importante na conjuntura da nossa economia catarinense, que é a agricultura familiar. Há todo um processo de renegociações das dívidas dos nossos agricultores, que está tendo um grande impacto nos últimos dias na imprensa do estado e em nível nacional. O grande endividamento que temos hoje no meio rural brasileiro é principalmente por causa dos problemas climáticos. Realmente, isso tem um impacto muito pesado na nossa agricultura familiar. Mas sempre faço questão, em todos os momentos em que trato desse tema, que é necessário diferenciarmos a nossa agricultura familiar e diferenciarmos a nossa agricultura patronal. São grandes propriedades e nem dá para falar da agricultura patronal, porque no nosso país temos também um conjunto de setores, de pessoas, que usam o crédito agrícola, mas não investem esse recurso na agricultura e depois vêm pedir prorrogação, rolando a dívida, e o estado brasileiro acaba novamente pagando essa conta.

Então, quando debatemos o tema agricultura, sempre fizemos questão de separar o setor da agricultura que produz no país, que trabalha, e o setor que vive da especulação financeira, usando da agricultura. E nós, lideranças políticas, com certeza precisamos separar o joio do trigo. É preciso chamar atenção, porque muitas vezes a sociedade recebe informações que não são verdadeiras.

No dia 15 termina um prazo importante, pois temos aqui em Santa Catarina um grande número de agricultores que não foram às agências bancárias para fazer suas renegociações. São mais de 20 mil famílias de agricultores familiares; é um número razoável de grandes proprietários, mas principalmente a nossa agricultura familiar que não tem as informações.

Por isso, este espaço, esta Casa, a TVAL, a Rádio Alesc Digital são importantes para prestarmos esse serviço à comunidade catarinense, aos agricultores, principalmente, levando a eles essas informações de que têm até o dia 15 para fazer o acerto da sua dívida ou para fazer uma parte do acerto, recebendo um bônus, inclusive, aqueles que comparecerem ao banco. Por exemplo, o agricultor que acertar e pagar até 50% receberá um bônus de mais de 10% no seu pagamento.

Então, é uma alegria para mim anunciar que conseguimos fazer a renegociação da dívida de muitos agricultores que vêm rolando há muitos anos, pois foram três anos de estiagem. Nesses dois últimos anos estamos colhendo uma safra bastante grande e boa, mas por causa desses problemas acumulados de alguns anos de estiagem muitos agricultores estão com dificuldade para fazer o acerto das suas dívidas este ano.

Por isso, é importante que todos os agricultores que ainda não compareceram à agência bancária façam esse acerto, para evitar problemas no futuro, com conseqüências graves, pois podem perder a oportunidade do crédito, podem perder a oportunidade de ter acesso ao seguro da agricultura familiar, que é uma conquista importante da nossa agricultura. Portanto, quero chamar a atenção de todos os deputados, de toda a população catarinense, principalmente dos nossos agricultores, para que compareçam, até sexta-feira, nas nossas agências bancárias, a fim de fazerem esse encaminhamento.

Outro tema que trago aqui para finalizar a minha fala diz respeito a uma grande polêmica, deputado Sargento Amauri Soares, no estado sobre a questão da produção de energia.

Está ocorrendo um debate dos movimentos sociais, da sociedade catarinense, nas regiões, de que há necessidade, sim, de se buscar alternativas na produção energética no nosso estado, e temos essas alternativas. O sul do Brasil e Santa Catarina têm grandes possibilidades de buscar formas de alternativas de produção energética, não só via construção de hidroelétricas. Temos um movimento bastante grande no estado para a construção de inúmeras hidroelétricas nesses próximos anos. Realmente, precisamos mudar com urgência toda a política energética brasileira, mas há um elemento fundamental, deputado Professor Grando, que é o respeito às famílias que moram dentro dessas áreas alagadas.

Estamos, hoje, com uma situação bastante difícil no município de Nova Erechim, onde há um acampamento de agricultores de mais de 20 dias. E agora chegou a empresa para fazer a perfuração das rochas, e os nossos agricultores estão lá sem nenhuma segurança, sem saber o que vai acontecer com eles no futuro. Não houve sequer uma reunião com a empresa, no sentido de discutir o que será desses agricultores atingidos.

Então, não pode acontecer esse tipo de coisa. Há uma ameaça, inclusive quero chamar a atenção da sociedade catarinense, de enfrentamento dos agricultores com a polícia, que querem entrar lá a toda força. Há um bloqueio, mais de 150 agricultores estão lá e querem uma resposta segura, o que pode causar um confronto entre agricultores e a polícia. São trabalhadores tanto da segurança quanto agricultores que estão lá dentro.

Assim sendo, não podemos deixar que isso aconteça, e queremos chamar atenção aqui para isso. E não é só isso, temos o fato de Águas de Chapecó, da barragem da Foz de Chapecó, temos um indicativo de ter nove hidroelétricas no rio Chapecó, e é preciso que essa questão seja respondida aos nossos agricultores.

Já ocupei a tribuna no ano passado trazendo essa preocupação de que precisamos dar uma garantia aos nossos agricultores. Caso contrário, a luta pela não-construção dessas barragens continuará, e vamos ter, com certeza, conseqüências pesadas nessa questão do direito dos agricultores, que não podem abrir mão da sua propriedade, pois é inaceitável a forma como as empresas, principalmente as multinacionais, estão entrando nas suas propriedades. Iludiram os agricultores para assinarem a declaração de que aceitam que essas empresas entrem nas suas propriedades e agora estão voltando atrás, querendo rever essa questão. Então, um conflito foi instalado, e esta Casa tem o compromisso de dialogar a respeito com os governos, com as empresas e também com os nossos agricultores.

Portanto, quero deixar aqui, sr. presidente, essa preocupação no oeste catarinense e em outras regiões do estado, que é a construção das hidroelétricas. Se é preciso energia, se é tão valorosa a terra desses agricultores, se é preciso construir essa barragem, há necessidade de se discutir também com os agricultores que estão lá dentro, pois eles têm o direito de saber o que vão fazer e para onde irão no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001, de 15 de fevereiro de 2007.

Substitui o Deputado Gilmar Knaesel pelo Deputado Marcos Vieira, no Fórum Permanente em prol da duplicação da BR-470, ficando assim constituído:

Deputado Marcos Vieira
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Dagomar Carneiro

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia
Presidente

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATAS DAS COMISSÕES PERMAMENTES

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia onze de dezembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 30ª Reunião Ordinária. Presentes os demais membros: Deputado Elizeu Mattos em substituição ao Deputado Narcizo Parisotto, Deputado Silvio Drevek em substituição ao Deputado Joares Ponticelli, até às 10h30min, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Pedro Uczai, Deputado Marcos Vieira, Deputado Gelson Merísio, Deputado Herneus de Nadal e o Deputado Darci de Matos. Aberto os trabalhos foi aprovada a Ata da 28ª Reunião Ordinária. Em seguida, os Senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0631.4/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai e o Projeto de Emenda à Constituição nº 0001.0/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0594.5/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Herneus de Nadal e o Projeto de Lei nº 0566.1/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Narcizo Parisotto. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0531.1/07, exarando parecer pela aprovação nos termos da emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai; o Projeto de Lei nº 0562.8/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0002.3/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0062.4/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº 0015.3/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Herneus de Nadal e o Projeto de Resolução nº 0015.8/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Gelson Merísio, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0542.4/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0571.9/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 0530.0/07 e 0315.6/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão, foram cedidos para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai e o Projeto de Emenda à Constituição nº 0004.2/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera. O Senhor Deputado Pedro Uczai, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0317.8/07, 0316.7/07, 0548.0/07, 0574.1/07, 0563.9/07 e 0564.0/07, exarando pareceres pelo arquivamento, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0273.2/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Herneus de Nadal, relatou as seguintes matérias: as Medidas Provisórias nºs. 0142/07, 0143/07 e 0144/07, exarando pareceres pela admissibilidade, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0043.7/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0085.0/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Gelson Merísio. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0606.3/07, 0610.0/07, 0599.0/07, 0597.8/07, 0603.0/07, 0609.6/07 e 0607.4/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0411/07, exarando parecer pela compatibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0387/07, exarando parecer pela compatibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; a Medida Provisória nº 0141/07, exarando parecer pela admissibilidade, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 0014.7/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0524.2/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0047.0/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Às 11h30min, o Senhor Presidente suspendeu a reunião e concedeu a palavra ao Senhor Bruno Quick, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE, para discorrer sobre os dispositivos constantes da Medida Provisória nº 0142/07. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 18:00 HS.

Às dezoito horas do dia 12 de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Herneus de Nadal, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Constituição e Justiça, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados os Senhores Deputados: Romildo Titon, Marcos Vieira, Gelson Merísio, Darci de Matos, Herneus de Nadal, Joares Ponticelli, Narcizo Parizotto, Pedro Baldissera e Pedro Uczai. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Romildo Titon, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. Após a eleição o Deputado eleito assumiu a presidencia dos trabalhos, abrindo inscrição para o cargo de Vice-Presidente. Inscrito o Deputado Marcos Vieira, foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. O Presidente deu posse ao Vice-Presidente e agradeceu os Deputados pela recondução à Presidência. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados nos termos regimentais para Reunião Ordinária na próxima terça-feira, dia 19 de fevereiro de 2007, às 9:00 hs. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dez horas e quinze minutos do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência da Senhora Deputada Ada Faraco De Luca, Presidente desta Comissão, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª reunião extraordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, na Sala de Reuniões número 2. Foram registradas as presenças dos Senhores; Vanderlei Rosso, Diretor Geral do Detran de Santa Catarina, Ricardo Vieira Grillo, Assessor Jurídico e Francisco Volinger Neto, Assessor de Informática do Detran de Santa Catarina, do Senhor André Andreaza da Federação Nacional de Distribuidores de veículos, do Deputado Reno Caramori requerente desta reunião e dos Deputados membros: Elizeu Mattos, José Natal Pereira (representando o Deputado Serafim Venzon), Genésio Goulart, e justificada a ausência do Senhor Deputado Kennedy Nunes. Iniciando os trabalhos, foram aprovadas as seguintes Atas; da 14ª Reunião Ordinária, realizada na data de 05/12/07; da Audiência Pública que debateu sobre a Utilização de Discriminação e o Abuso de Autoridade por Membros dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, realizada na data de 07 de novembro de 2007; e a que debateu as Relações Raciais em Santa Catarina, realizada na data de 20 de novembro do corrente ano. Em ato continuo a Senhora Presidente cita que por requerimento do Deputado Reno Caramori, foi convidado para ser ouvido nesta Comissão, o Diretor Geral do Detran de Santa Catarina Dr. Vanderlei Rosso, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre o Termo de Convênio nº 6719/2005-9, firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Sindicato dos Cartórios de Títulos e Documentos, Convênio este que obriga o comprador de veículos automotores, ao pagamento de taxa quando registrar em cartório o contrato de alienação fiduciária, antes do registro dos mesmos no Detran. Na seqüência a Senhora Presidente passa a palavra ao Diretor Geral do Detran Vanderlei Rosso, que cumprimenta aos presentes e cita que o referido Termo de Convênio foi extinto por decisão judicial, uma decisão que não é definitiva por ser uma liminar, e informa que a PGE (Procuradoria Geral do Estado), recorreu a estância superior, porque este convênio dava ao Estado, Tribunal de Justiça e ao Ministério Público um valor considerável. No Estado de Santa Catarina houve uma arrecadação no ano de 2005, no valor de R$ 3.020.832,23, em 2006 arrecadou R$ 7. 277. 621,70 e até novembro de 2007, quando cessou este Convênio arrecadou R$ 7.436.386,20. Desta arrecadação coube ao fundo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em torno de R$ 800.000,00 por mês, sendo que 80% destes recursos foram aplicados no Sistema Prisional de Santa Catarina e os outros 20% ficaram para o Estado. Informa ainda que os cartórios cobravam da seguinte forma: até R$ 10.000,00, taxa no valor de 0.88% e acima de R$ 10.000,00, taxa no valor de 1%. Por exemplo, na compra de um caminhão que custou R$ 1.500.000,00, o valor pago foi de R$ 900, 00, sendo que 20% deste valor era repassado à SSP. Cita também que outros Estados como Rio de Janeiro, Piauí, Distrito Federal, Ceará e Paraíba, possuem este convênio com os Cartórios. Os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul irão implantar a partir de 02 de Janeiro de 2008, em conjunto com o Ministério Público e com o Ministério de Justiça dos respectivos Estados. Em sua opinião as pessoas que se acham lesadas são aquelas que, deixaram de ganhar este dinheiro repassado pelas financeiras às revendedoras de veículos. Segue dizendo que se há preocupação de alguns deputados, quanto à perda da frota de veículos para outros Estados que não cobram esta taxa, ela é indevida, pois a frota catarinense aumentou de 2003 para 2004 no governo Luiz Henrique 8,67% de 2004 para 2005, 8.61% de 2005 a 2006 8.61% e neste ano até esta data 8.92%, sendo que nossa frota contabiliza 2. 699.897 veículos no Estado de Santa Catarina. Afirma que somos atualmente a segunda maior frota do Brasil a nível populacional, perdendo somente para o Distrito Federal (Brasília) pelo poder aquisitivo lá existente. Para finalizar o Diretor Geral do Detran cita que Santa Catarina é um exemplo de capacidade financeira de seu cidadão, e que tão logo recebeu intimação do Tribunal de Justiça cancelou de imediato o Termo de Convênio, porque decisão judicial não se discute se cumpre. Em ato contínuo a Senhora Presidente passa a palavra ao Deputado Reno Caramori, que cumprimenta aos presentes e diz que este requerimento foi solicitado pela cobrança diária que estava recebendo dos revendedores de veículos de todo o Estado, e que como representante dos catarinenses solicitou a esta Comissão o convite ao Dr. Vanderlei Rosso. Entretanto informa que o requerimento feito para solicitação desta reunião extraordinária, foi datado de setembro de 2007, quando ainda se estava cobrando as referidas taxas, sendo que hoje data desta reunião, não há mais a cobrança da referida taxa, já que em 12.11.07 o Tribunal Pleno concedeu liminar na referida ADIM, suspendendo os efeitos do convênio e desobrigando aos contribuintes de fazerem o registro de contrato de alienação. Entretanto para deixar registrado, faz um resumo das várias tentativas feitas nos seguintes anos; janeiro de 1997 através do Convênio nº 646/97 firmado entre a Secretaria de Segurança Pública/SC, Detran/SC e SIREDOC (Sindicato dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos) que vigorou até 20/05/97, quando a Assembléia Legislativa edita o Decreto Legislativo nº 17.753 que susta o Convênio nº 646/97; em junho de 2000, o SIREDOC, impetra Mandado de Segurança de nº 023.00.008918-7, contra o Detran, com liminar concedida para obrigar registro nos Cartórios, Detran edita a Portaria nº 075/2000, que torna obrigatório o registro em Cartório de Títulos e Documentos, entretanto em agosto a Portaria nº 081/2000 do Detran, revoga a Portaria nº 075/2000. Em maio de 2001, o processo é extinto sem mérito. Entretanto em junho (um mês após) é concedido Mandado de Segurança Individual nº 023.01.038775.0 de Cartórios de várias cidades do Estado, sendo que em agosto houve a Suspensão do efeito da liminar concedida ao SIREDOC, e em 06/06/05, o Processo é extinto com julgamento de mérito, denegando pleito dos cartórios. Na quarta tentativa, um dia após a extinção do processo nº 023.01.038775.0, entra em vigor o Decreto nº 3.194, de 07/06/05 que aprova o Convênio 6.719/2005-9, tornando novamente obrigatório o Registro dos Contratos de Alienação Fiduciária em Cartórios de Títulos e Documentos. Em 10/10/05, a Assembléia Legislativa promoveu uma Audiência Pública para debater o Decreto 3.194/05, que resultou na Proposta de sustação do Ato PSA/004.0/2005. O Senhor Deputado citou que houve em paralelo várias ações judiciais resultantes no cancelamento da referida taxa, que obrigou durante períodos alternados ao cidadão catarinense registrar em cartório os contratos de alienação fiduciária na compra de veículos automotores, sendo que conforme estimativa da Secretaria de Segurança Pública os cartórios arrecadaram aproximadamente R$ 2.500.000,00 mensais em Santa Catarina, com a cobrança da referida taxa. Para finalizar o Senhor Deputado Reno agradece ao Diretor do Detran, por suas explicações e diz estar satisfeito com o cancelamento do Convênio. Dando continuidade aos trabalhos, a senhora Presidente coloca em discussão e votação a presente Ata, que foi aprovada por unanimidade. Antes de encerrar a reunião, última do ano de 2007, agradece aos Deputados Membros pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo deste ano, bem como aos funcionários da Comissão, da imprensa, e do som. A Senhora Presidente, cumprimenta o Senhor Vanderlei Rosso por seus esclarecimentos, e agradece as presenças do Deputado Reno Caramori, Ricardo Vieira Grillo, Assessor Jurídico do Detran, Dr Francisco Volinger Neto, Assessor de Informática do Detran de SC e do Sr. André Vargas Andreaza, Diretor Nacional das Distribuidoras de Veículos - FEBRAVE. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Claudiane Borghezan, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Florianópolis, doze de dezembro de dois mil e sete.

Deputada ADA FARACO DE LUCA
Presidente

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E A MULHER REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência da Senhora Deputada Odete de Jesus, amparada pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foi aberto os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados (as) os (as) Senhores(as) Deputados(as): Ada de Luca, Genésio Goulart, Kennedy Nunes, Pedro Uczai, Elizeu Mattos, Serafim Venzon e Odete de Jesus. Dando cumprimento ao Regimento Interno, a Senhora Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão; inscrita a Senhora Deputada Ada de Luca, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleita por unanimidade de votos. A Presidente dos trabalhos deu posse a Presidente eleita e transferiu a Presidência a Deputada Ada de Luca, que em ato contínuo abriu as inscrições para o cargo de Vice-Presidente; inscrito o Deputado Pedro Uczai, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. A Presidente deu posse ao Deputado Pedro Uczai, no cargo de Vice-Presidente da Comissão. A Presidente declarou instalados os trabalhos da Comissão e agradeceu aos presentes pela votação. Antes de encerrar os trabalhos a Senhora Presidente convocou os Senhores Deputados nos termos Regimentais para Reunião Ordinária da Comissão que se realizarão as quartas-feiras, às dez horas. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghezan, Chefe da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008.

Deputada Ada de Luca
Presidente

*** X X X ***

ATA DA DECIMA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia dezenove do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Edison Andrino, Sargento Amauri Soares e Nilson Gonçalves. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata anterior, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL0090.8/07, tendo como relator o Senhor Deputado Nilson Gonçalves, que foi aprovado por unanimidade. Ato continuo o Senhor Deputado Nilson Gonçalves relatou o PL/0065.7/07, sendo aprovado por maioria. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0022.7/07, o qual foi o relator, foi aprovado por unanimidade; colocou em discussão e votação o PL/0456.7/07, também relatado por ele, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente, colocou em discussão e votação o PL/0044.2/07, que teve como relator o Senhor Deputado Sargento Amauri Soares, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0149.0/07, que teve como relator o Senhor Deputado Sargento Amauri Soares, que foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0146.7/07, que teve como relator o Senhor Deputado Kennedy Nunes e foi aprovado por unanimidade; o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0475.0/07 do mesmo relator o Senhor Deputado Kennedy Nunes, que foi aprovado por maioria. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente Reunião, a qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 19 de dezembro de 2007.
Deputado Sargento Amauri Soares
Vice-Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Nilson Gonçalves, amparado no § 1º do Art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Segurança Pública, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossado os Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Cezar Souza Júnior, Edison Andrino, Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves e Dirceu Dresch. Ato contínuo, obedecendo ao cumprimento do Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão, ao qual foi inscrito o Senhor Deputado Dirceu Dresch, que após o processo de votação e colhido os votos foi eleito por unanimidade. O Presidente dos trabalhos deu posse ao Presidente Eleito e transferiu a Presidência ao Deputado que em ato contínuo abriu as inscrições para o cargo de Vice-presidente, ao qual foi inscrito o Deputado Sargento Amauri Soares, que após o processo de votação e colhido os votos, foi eleito por unanimidade. O Presidente deu posse ao Deputado, no cargo de Vice-presidente da Comissão. A seguir declarou instalado os trabalhos da Comissão e agradeceu os presentes pela votação e antes de encerrar os trabalhos convocou os Senhores Deputados para reunião Ordinária da Comissão no horário regimental. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que após ser lida, aprovada e assinada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008.
Deputado Dirceu Dresch
Presidente

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO E O ABUSO DE AUTORIDADE POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Boa-noite a todos e a todas, sejam bem-vindos a esta audiência pública que a Assembléia Legislativa promove, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Inicialmente gostaria de justificar a ausência da deputada Ada De Luca, pois que está com uma forte gripe, mas a deputada desejou uma boa audiência pública a todos.

Para compor a nossa mesa de trabalho e participar deste debate democrático, convidamos o senhor Paulo Roberto Dias Neves, delegado e diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, representando o secretário Ronaldo Benedet; o capitão PM Marco Aurélio Hoffmann, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; o doutor Fabiano Henrique Garcia, promotor de justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina; a doutora Rosa Ribas Marinho, neste ato representando a Comissão de Assuntos Prisionais da Ordem dos Advogados do Brasil/SC; o senhor Maurício Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina; a senhora Maria de Lurdes Mina, coordenadora do Movimento Negro Unificado; o senhor Jean Fábio Nascimento, representando o Movimento Hip-Hop; e o Kinzak Pretoman - vou chamar aqui pelo nome artístico -, representando o Projeto Área de Esquadrão da Rima. (*Palmas*.)

Temos também outras lideranças que estão participando conosco desta audiência, e por isso registramos a presença do senhor Armindo Maria, neste ato representando o excelentíssimo senhor deputado Sargento Amauri Soares; do Vinícius Puhl, neste ato representando a vereadora Ângela Albino, do município de Florianópolis - obrigado pela tua presença, sempre participando das várias audiências realizadas aqui na Assembléia; da delegada de polícia Esther Fernando Coelho, coordenadora da Central de Polícia de Florianópolis; do delegado de polícia José Valdir Batista, representando o corregedor-geral da Secretaria da Segurança Pública; da comissária de polícia Sônia Maria Vieira; do senhor José Nilton de Almeida, do Núcleo de Estudos Negros; da senhora Leandra Vicente Custódio, representando o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Udesc; do escritor periférico Fernando Carvalho; do senhor Michel Mariano, representado a Casa Brasil; da senhora Michele Magalhães, coordenadora nacional da Unegro; da senhora Jussara Pereira de Lima, coordenadora estadual da Unegro; da turma da Educação de Jovens e Adultos do Morro do Mocotó; do senhor Evandro Rodrigues, representando o bairro Brejarú, do município de Palhoça; da senhora Cintia Guimarães, representando a Associação Kinda Arte e Cultura; do senhor Valmir Ari Brito, representando o grupo de capoeira Angola Palmares; da senhora Márcia Elisa Franco, representando a Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi; e do sargento Manoel João da Costa, presidente da Aprasc. (*Palmas*.)

Senhoras e senhores, será que podemos definir uma hora e meia de audiência e mais meia hora para os encaminhamentos finais, a fim de encerrarmos em duas horas esta audiência pública? Está combinado assim?

(A plenária se manifesta favoravelmente.)

Quero agradecer, inicialmente, pela presença de todos vocês, dos representantes do governo do Estado, principalmente os da Segurança Pública; do Ministério Público; da OAB; e da representação das comunidades, dos movimentos e das entidades da sociedade civil.

A presença de todos vocês é a razão deste debate, um debate aberto, democrático, e este é o papel da Assembléia Legislativa, trazer aqui as diferentes problemáticas vividas pelas comunidades, as diferentes versões e as diferentes posições dos diferentes atores sociais envolvidos no tema e na problemática da violência. E aqui, particularmente, o tema que define esta audiência pública é a utilização de discriminação e o abuso de autoridade por membros de órgãos da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, em função de depoimentos, de solicitações das comunidades, de lideranças das entidades e da própria imprensa, que deu publicidade a algumas ações que, teoricamente, estariam ligadas a práticas de violência da Segurança Pública.

Eu passarei a palavra aos membros da mesa, mas antes gostaria de destacar alguns depoimentos e algumas matérias divulgadas pela imprensa catarinense, que inclusive motivaram a realização desta audiência pública, a fim de que os membros da mesa e o público em geral tenham presentes as questões centrais.

O jornal Hora de Santa Catarina, de Florianópolis, do dia 5 de setembro (*sic*) de 2007, diz o seguinte: "Manifestação contra violência da PM." E aí vem a matéria, que diz que o Morro da Cruz quer o fim do preconceito. Moradores, estudantes e professores da comunidade da Capital protestam na Assembléia Legislativa contra a violência policial. Inclusive naquele momento teve espaço para manifestação, depois que um adolescente de 14 anos foi atingido nas costas por um projétil de borracha que ficou a 2 mm sobre a sétima vértebra.

Outra reportagem diz: "Casal passou a ser ameaçado.

No dia 22 de outubro, a paz de 20 anos vividos no Bairro Tapera, na Capital, foi interrompida para o casal Marilene de Oliveira, 41 anos, que é doméstica, e o pedreiro Clemir Better, 45, o Alemão. Enquanto estavam no trabalho, policiais do serviço de inteligência da Polícia Militar arrombaram duas janelas de sua residência. Um vizinho avisou por telefone.

Quando o casal chegou em casa, encontrou as janelas abertas e todos os móveis e os objetos pessoais revirados. Eles foram até a base operacional da PM, mas ninguém soube explicar.

Anônimo havia apontado tráfico.

- Vizinhos contaram que eles tinham recebido uma denúncia anônima de tráfico na minha casa. Mas precisa arrombar sem mandado judicial? No dia seguinte eles invadiram outras casas e os donos acham que fomos nós que denunciamos, queixa-se. Por conta disso, o casal passou a ser ameaçado no bairro."

Outra notícia: "Mataram vira-lata a tiros.

Nelson fez queixa na Corregedoria.

- Cheguei no domingo e só vi as marcas de sangue. Fiquei sabendo que a PM havia matado o meu cachorro porque ele estava na rua, mas ele era um vira-lata e não fazia mal a ninguém (...)."

Outras matérias dizem que a Corregedoria apura futebol da polícia, possíveis irregularidades, uso indevido da Polícia Militar...

Moradores da Nova Descoberta reclamam das ações da Polícia. Mulheres e crianças são as que mais sofrem com as atitudes dos policiais, quando *spray* de pimenta e xingamento são comuns.

E aí vai se discorrendo: medo e revolta, desconfiança, indignação são sentimentos que se confundem entre os moradores da comunidade do morro Nova Descoberta, no centro de Florianópolis, toda vez que a Polícia Militar sobe o morro atrás de traficantes.

A falta de critérios e a violência empregados pelos policiais contra os moradores da localidade têm deixado todos do local preocupados. Eles não são contra as incursões policiais, mas querem ser tratados com respeito. De outro lado, a PM diz que não tem abuso de violência e que as reclamações devem ser feitas à Corregedoria da Instituição.

Outro: moradora que preferiu não se identificar com medo de represálias falou que os policiais roubam dinheiro dos moradores e dos traficantes. Ela contou que os PMs pegaram R$ 1.800,00 e não R$ 246,00, como informaram. Quero saber por que eles sobem o morro encapuzados? Por que eles não têm coragem de mostrar o rosto? E aí os policiais..."

São várias as questões que motivaram a Comissão de Direitos Humanos a realizar esta audiência pública e outras ainda poderemos ouvir hoje, nas suas diferentes versões. Nós queremos que esse debate sobre violência seja uma coisa aberta, pública e democrática, porque há vários tipos de denúncia em diversos espaços sociais, principalmente nas comunidades pobres, e não só no Rio de Janeiro, mas também nos morros de Florianópolis e de outras cidades, sobre a existência de abuso de autoridade por parte de policiais.

Vamos, agora, abrir a palavra aos membros da mesa para que se pronunciem. E como encaminhamento, sugiro que ouçamos primeiramente os membros da Segurança Pública sobre essas denúncias, pois eles têm as suas versões para colocar, depois o Ministério Público e a OAB, e depois as lideranças da comunidade. Podemos usar essa metodologia? (*A plenária manifesta concordância*.)

Vamos, então, ouvir todos de forma alternada, democrática e serena por um tempo de três a cinco minutos, para que a gente possa dar vazão a diferentes depoimentos.

Assim, passamos a palavra ao delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Maurício Eskudlark.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu quero saudar o deputado Pedro Uczai e parabenizá-lo pela iniciativa de realizar esta audiência pública, pois é importante discutir com a comunidade e com todos os envolvidos; saudar o doutor Paulo Neves, diretor-geral da Secretaria da Segurança Pública; o doutor Fabiano; o nosso representante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; a doutora Esther, que é a nossa coordenadora da Central de Polícia; o nosso representante da Corregedoria - e é bom a Corregedoria estar presente nesses debates; enfim, quero saudar todas as senhoras e todos os senhores.

O que nós precisamos dizer é que temos reduzido a carga horária de algumas atividades na academia da Polícia Civil para aumentá-la nas atividades referentes a direitos humanos e à qualidade no atendimento. Nós sabemos que o cidadão, quando procura uma delegacia de polícia, o faz num momento de dificuldade, num momento de fragilidade, pois ele foi vítima de algum crime, de alguma agressão, de alguma ameaça, e a nossa orientação tem sido no sentido de dar o melhor atendimento possível. As nossas próprias pesquisas dizem que o cidadão não reclama quando o seu problema não é resolvido, mas reclama quando é mal atendido.

Por isso temos pautado nossa orientação aos policiais na Academia de Polícia, em todos os cursos, em todos os treinamentos, para a atenção ao cidadão. Hoje, o que mais o cidadão tem é carência, é necessidade de que alguém ouça o seu problema, que alguém encaminhe a solução para o seu problema.

Todas as nossas ações de investigação policial por parte da Polícia Civil, que é quem tem o dever constitucional de fazer a investigação policial, são feitas dentro dos ditames legais. Nossos policiais não entram numa residência, não vão a nenhum estabelecimento sem a conformidade legal, sem a devida autorização judicial. E se porventura alguém comete algum excesso, é encaminhado para a Corregedoria - nós temos aqui a representação da Corregedoria da Polícia Civil; nós temos agido com bastante rigor nesse sentido. Às vezes, quando não temos provas suficientes, preferimos deixar de realizar alguma operação a correr o risco de cometer uma injustiça, pois nós sabemos o quanto é danoso para um cidadão, para a família, para a criança pequena ver uma ação policial em um momento, em um local onde não se faz aquela justiça.

Nós sabemos que em todas as comunidades, seja no centro da cidade ou no morro, 98%, 99% das pessoas são cidadãos de bem, são trabalhadores, são pessoas que moram ali por alguma circunstância, ou porque optaram, ou porque querem, e que merecem respeito por parte das autoridades constituídas. Então, todas as nossas ações são pautadas com o maior cuidado possível para evitar abuso - agir com rigor, quando necessário, mas sempre respeitando os direitos humanos e respeitando a nossa Constituição.

Então, quem for vítima desses fatos ou de qualquer outro fato que venha a ocorrer por excesso ou por abuso envolvendo policial civil, deve procurar a Corregedoria, a delegacia-geral da Polícia Civil ou a Assembléia Legislativa, que é um canal legítimo no qual a população se ampara, para que nós tomemos as providências legais. É nosso compromisso, como integrante do governo do Estado na condução da instituição Polícia Civil, deputado, agir com lisura, com liberdade e sempre respeitando a nossa legislação.

Então, esse é um pensamento unânime que temos. Aqui está a doutora Esther, que participa de eventos sociais nos quais a Polícia Civil se faz representar, temos a Justiça presente junto com o Ministério Público e o Poder Judiciário, que atende os jogos de futebol e resolve os conflitos ocorridos por algum excesso no próprio local... Inclusive a doutora Esther, há pouco, ficou quinze dias no Rio de Janeiro, junto com outra delegada, fazendo um curso de Polícia Cidadã, porque é impossível fazer segurança pública sem a participação da comunidade.

Quando eu tenho a oportunidade, principalmente em algum colégio, sempre digo que o nosso sonho é ver o jovem entrosado, a criança entrosada, conversando com o policial, tratando o policial como tio policial, como trata a tia professora, porque é impossível pensar em fazer segurança dissociando a comunidade da polícia. A polícia é comunidade e tem que estar junto nesse combate à criminalidade, sabendo fazer a diferenciação.

É uma missão espinhosa a nossa a de investigar o cidadão e tirar do meio do cidadão de bem aquele que está envolvido com a criminalidade, e nós temos procurado cumprir esse papel da melhor maneira possível e com a maior tranqüilidade. Qualquer excesso, qualquer abuso, qualquer ocorrência, nós estamos aí para coibir, e eu tenho a certeza que a vontade de todos os policiais é a de cumprir a sua função, sem ter que praticar algum ato de força para que a lei seja respeitada.

Então, aguardamos todas as ocorrências e todas as denúncias para darmos o devido encaminhamento, para apurarmos, e com certeza vamos agir com a maior transparência e com a maior justiça possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, doutor Maurício Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil.

Passamos, imediatamente, a palavra ao capitão Marco Aurélio Hoffmann, aqui representando o Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, pelo tempo de três até cinco minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO HOFFMANN - Eu gostaria de cumprimentar os membros da mesa, as demais autoridades já citadas, os representantes da comunidade e parabenizar a Assembléia pela iniciativa da realização desta audiência.

A Polícia Militar é um órgão do governo que tem a missão constitucional de polícia ostensiva, mas a gente também faz polícia repressiva quando há necessidade. É claro que todas as nossas ações são pautadas nos princípios legais, os nossos profissionais são treinados sabendo da importância da proteção à vida, à integridade física e, principalmente, da aplicação da lei.

A nossa instituição tem doze mil homens - trabalhamos com doze mil profissionais -, e numa instituição com esse número de funcionários é claro que acontecem alguns excessos; alguns policiais podem, durante a sua atividade, pela própria natureza da ação, cometer alguns excessos. Mas quero informar aos representantes das comunidades que nós temos um trabalho correcional bastante atuante. Em 2007 foram instaurados uma série de processos, justamente no sentido de coibir o abuso praticado por alguns policias. E rapidamente posso colocar alguns números: apurando prática de infração penal praticada por policial militar, neste ano de 2007 a nossa Corregedoria instaurou 677 inquéritos, 452 sindicâncias e 1.880 processos por infração disciplinar.

O regulamento Militar é muito rigoroso e nós procuramos apurar com bastante rigor todos os abusos e excessos praticados. Quero ressaltar que esse trabalho correcional acontece periodicamente, mas nós fazemos também auditorias, fiscalizações. O nosso comando tem se pautado principalmente por ações operacionais, por atividades de barreira e operações, e todas as operações da Polícia Militar possuem previamente um planejamento e um comandamento. Então, nós temos muita responsabilidade.

Quanto à formação dos nossos policiais, desde 1998, em todos os cursos da Polícia Militar foram inseridas as disciplinas de Direitos Humanos e de Ética e Cidadania. A Polícia Militar desenvolveu no ano de 2006/2007 um trabalho de treinamento na área específica de direitos humanos, oportunidade me que treinamos policiais de todas as regiões do Estado. E falando nisso, também quero lembrar que a Polícia Militar se faz presente em todos os municípios de Santa Catarina. Entendemos que a proteção à integridade física, a proteção à vida é prioritária. Todas as técnicas policiais, e os nossos delegados aqui são testemunhas disso, visam proteção à vida, à integridade física.

A Polícia Militar disponibiliza à comunidade três caminhos para efetuar denúncias: pode ser feita através do nosso *site*, o www.pm.sc.gov.br, há o ícone Denúncia, que pode ser feita sem identificação; temos o Disque-Denúncia, que é o telefone 0800481717, em que também não há necessidade de se identificar; e temos o atendimento individualizado na nossa Corregedoria-Geral: a pessoa vai lá, faz um registro de ocorrência e lá são apuradas as infrações. Todas as denúncias são apuradas. A pessoa que fez a denúncia tem o direito e pode acompanhar para saber o resultado do que foi feito.

O nosso Disque-Denúncia este ano já recebeu 5.710 ligações. Dessas 5.710 ligações, 53% delas foram para falar de tráfico de drogas e 3,2% delas foram denúncias contra ação da polícia.

Então, quero deixar claro que a Polícia Militar é um órgão que está aberto para recebê-los, todos serão bem tratados. Nós registraremos as suas denúncias, acompanharemos, serão instaurados procedimentos, os policiais que cometerem excessos serão penalizados e todas as denúncias serão devidamente apuradas.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai)- Obrigado, Marco Aurélio.

Neste momento coloco a palavra à disposição para quem quiser se manifestar da mesa; e se não houver interesse já passamos para a plenária se inscrever a fim de poder se manifestar.

A SRA. MARIA DE LURDES MINA - A gente gostaria de propor que os representantes da comunidade aqui presentes tivessem o mesmo espaço que os representantes da Polícia Militar tiveram, para que a gente pudesse colocar as questões históricas e as questões que hoje estão permeando as relações das comunidades empobrecidas da periferia com a Polícia Militar e como que a comunidade está vendo essa situação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Isso está garantido na própria metodologia. Nós temos duas horas de audiência - e se a senhora já quiser fazer uso da palavra, de três a cinco minutos, está aberta a palavra. Justamente estou fazendo isso, os membros da mesa que quiserem fazer uso da palavra agora ou esperarem os depoimentos.

Então, com a palavra a senhora Maria de Lurdes Mina, coordenadora do Movimento Negro Unificado.

A SRA. MARIA DE LURDES MINA - Boa-noite a todos.

Eu gostaria de agradecer a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, na pessoa do deputado Pedro Uczai, por ter acatado a solicitação do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina para a realização desta audiência.

A gente gostaria de trazer um pouco da questão histórica, porque vamo-nos reportar às relações que a Polícia Militar estabelece com a população pobre da periferia de modo geral e aí a relação dessa polícia com a população negra da nossa sociedade.

A origem dessa violência policial está fundamentada na escravidão e no processo histórico da nossa sociedade. Os representantes da Segurança Pública dizem que a polícia está desde 1998 em processo de formação e que foi incluída nesse processo a questão dos direitos humanos. Assim, a gente quer discutir um pouco que formação é essa? Porque sabemos que essa sociedade na qual vivemos é uma sociedade racista, que traz na sua forma de relação a questão da desigualdade racial. Consequentemente, a instituição e a sociedade devem à população negra uma reparação em relação a todo esse processo histórico de escravidão.

A Polícia Militar, como órgão de repressão, traz nas suas ações o estigma e o conceito formado no período de escravidão, no qual olha para a população negra e a julga como os desprovidos de vontade de trabalhar. Então, tem o estigma de que os negros são vadios, de que os negros são marginais, e é com esse estigma que a Polícia Militar vai para as nossas comunidades negras fazer a abordagem.

Portanto, a abordagem que a Polícia Militar faz nas nossas comunidades não é igual para todos. Quem mora nos morros, nas periferias, sabe. As maiores vítimas da Polícia Militar são os jovens pobres e principalmente os jovens negros. Se vocês pegarem todos os BOs de violência policial vão ver que o grande número de jovens que sofreram violência policial está na juventude negra, que são as maiores vítimas dos policiais.

Essa desigualdade racial, essa forma de abordagem que a Polícia Militar faz com a juventude negra, e com a população negra de modo geral, está fundamentada no período pós-abolição. Logo após a escravidão, existe uma coincidência (e não foi à toa) entre o período da abolição, a criação das primeiras delegacias do Estado brasileiro e o artigo de criminalização dos desempregados. Ou seja, a população negra saindo de um processo de escravidão, o Estado brasileiro criando os seus órgãos repressores, as delegacias, e junto com isso o primeiro artigo de criminalização dos desempregados. Quem eram esses desempregados, que na época eram considerados... Então, criaram o artigo da vadiagem.

Essa situação histórica perdura até hoje - e na realidade ela impulsiona os policiais a tratarem de forma desigual a população pobre e a população excluída dessa sociedade.

Aqui não é diferente, tanto não é diferente que nesta pasta (*mostra a pasta*) tem uma série de BOs que estão hoje nas gavetas das delegacias - e essa aqui é só de uma comunidade. O Jean deve ter outra, como a gente sabe de outras comunidades. Esses são os BOs cujos jovens sofreram violência policial e tiveram coragem de denunciar. Nós temos muitos outros casos, mas eles não tiveram coragem de denunciar por medo de perseguições e pelo descaso que as delegacias fazem quando um jovem negro vai fazer a sua denúncia porque sofreu violência policial, porque está machucado, porque o policial oprimiu. Eles não têm coragem de denunciar.

É diária a situação em que os nossos jovens negros sofrem. Se vocês buscarem nas gavetas das delegacias vão encontrar muitos casos que não saíram das gavetas - a gente sabe. E o Estado diz que é aberto para as denúncias, que tem uma política de igualdade para todos. Quem conviveu e quem tem a política de trabalho com a juventude sabe o quanto isso é presente nas relações da nossa juventude. Na abordagem que os policiais fazem nas comunidades os nossos jovens são violentados nos seus direitos. O policial faz a abordagem e ali mesmo ele julga. Ele faz o papel de juiz e condena todo jovem negro que considera estar em situação de suspeito. E é isso que a gente quer trazer para os representantes do Ministério Público e o comando da Polícia Militar.

A questão dos estigmas que existe precisa ser destruída; é preciso uma Polícia Militar que entenda que essa população tem a sua diversidade e que os direitos são iguais para negros e brancos; é preciso que a polícia inclua na sua formação a discussão, as informações e o conhecimento da desigualdade racial. Se isso não acontecer não vamos mudar a visão, a forma, a abordagem da Polícia Militar nas nossas comunidades, e principalmente nas comunidades negras.

Há situações na mesma abordagem em que o policial percebe que tem dois jovens, um negro e um branco, manda que o branco continue e faz a abordagem no jovem negro. E a forma dessa abordagem é violenta, batendo, oprimindo, mandando que ele se cale. A situação que os nossos jovens passam aqui não é diferente da do resto do País, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ela pode ser em menor escala por causa do número da nossa população, mas a situação, a forma de abordagem é a mesma.

Gostaria de dizer que tenho vivenciado as intimidações dos BOs, porque os jovens me ligam muitas vezes à meia-noite, como acontece nas boates de Florianópolis, pedindo para que os acompanhe até a delegacia para fazer o BO. E chegando lá, sou vítima junto com eles de descaso, de deboche dos policiais e dos agentes que lá estão para fazer o BO. Então, é preciso ameaçar com o Movimento Negro, com uma situação, para que eles realmente registrem aquilo que o jovem está dizendo, porque o papel de quem está ali para fazer o BO é registrar e não julgar. Portanto, é toda essa situação, esse estado de coisas que a gente quer mudar.

Esses estigmas estão permeados nas nossas instituições, no Estado. Tanto é que a única política que o atual governo estadual tem para intervir na violência urbana, nas comunidades negras e pobres é a Operação Escorpião. Não há nenhum debate com a sociedade, nenhuma discussão com essa população *(palmas)*, nenhum projeto que faça com que a polícia pense e sinta que ela está ali para proteger os cidadãos.

Eu posso dizer - trabalho em duas comunidades consideradas de risco social, e aí digo risco social pelo abandono do Estado e não pela ação das pessoas que lá estão - que não existe nenhuma outra política. A Polícia Militar entra lá com essa abordagem, olhando para os jovens negros como bandidos, como ladrões, justificando tudo na questão do tráfico de droga. Então, com esse *slogan* a polícia faz tudo, e se sente no direito de fazer todas as atrocidades com esses cidadãos porque está na defesa do Estado, defendendo na busca de traficantes. E dessa forma é que eles justificam isso.

Para finalizar, entendemos que esses policiais pensam assim, agem assim, por um processo histórico, mas nós temos que romper com isso - e temos que exigir do Estado outra formação para os policiais, para que a gente possa reconstruir um Estado de direito para todos realmente.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passo a palavra ao Jean Fábio Nascimento, representante do Movimento Hip-Hop.

O SR. JEAN FÁBIO NASCIMENTO - Primeiramente eu quero dar boa-noite a todos e agradecer quem faltou à aula para contribuir com esta audiência pública; e em nome do deputado Pedro Uczai cumprimentar todos que fazem parte da mesa.

Tenho vários amigos que estão sentados aqui, e vou pedir para alguns (até para o capitão da Polícia Militar, que às vezes acha que a parada é só notícia) se levantarem, o Maicon, o Evandro, o Quinha, o Adriano e o Cleber. Capitão, esses são matérias de jornais. O senhor está vendo agora matéria, não está vendo mais em papel ou o que os seus comandados falam, porque na verdade cada mentira da Polícia Militar dez são verdade! Isso daí todo mundo sabe! Obrigado a quem se levantou e quem apanhou da polícia - valeu!

O que acontece dentro das comunidades do nosso Estado é o seguinte: como já ouvi o comandante da Polícia Militar falando, 99% da população da nossa comunidade são pessoas de bem. Então, capitão, como os policiais sabem quem são de bem lá dentro? Pela roupa, pelo modo de falar ou pela cor da pele? Gostaria de saber como eles o identificam. Ou será que todo mundo tem lá uma plaqueta dizendo: eu sou traficante, eu sou pedreiro (*palmas*). A gente sabe que não acontece isso.

Capitão, nós temos que começar a ver muito bem o que está acontecendo dentro da nossa comunidade, porque se sabe que a gente tem um comandante que gosta de aparecer - e acho até que deveria mudar o nome dele para comandante Robert, porque só aparece na televisão. Com todo respeito que tenho a ele, com todo o respeito que tenho a meu pai, que também foi capitão da Polícia Militar, não sei o que ele fazia na rua como policial, mas como pai ele nunca bateu em mim, nunca! Graças a Deus nunca fez isso!

Gostaria de falar que como fizemos hip-hop a gente sabe o que acontece, o que é usar roupa larga, colocar um boné. Aqui dentro da Assembléia mesmo a gente sabe como é! Quando entramos na Assembléia alguns policiais (não vou dizer todos, porque aqui dentro também tenho amigos policias) nos tratam diferente. Não vou dizer que toda a corporação é igual, mas quando uma corporação sabe que tem pares que o que estão fazendo é pela comunidade e faz vista grossa, estão sendo tratado igual.

O capitão falou que têm vários inquéritos, várias sindicâncias. Eu quero perguntar para o senhor quantos foram expulsos da corporação? Porque se o senhor me falar que nenhum foi expulso, então, na boa, corregedoria só serve para que o povo vá lá, fale e depois sofra represália, porque é muito isso que acontece. A mesma coisa acontece na Polícia Civil quando se faz o BO, que o delegado diz que não adianta fazer porque depois é pior ainda.

Isso eu digo de fato, por ser filho de um ex-capitão da Polícia Militar - e mesmo sendo filho de ex-capitão da Polícia Militar ainda chego a sofrer represálias. Até esqueci de me levantar. Não deixei de sofrer represálias, só deixei de sofrer depois que eles passaram a ver além da minha cor, que era o meu pai que tinha um cargo maior, que era oficial. Mas aí meu pai morreu. E agora? Passei a ser preto de novo, passei a ser negro! Essa é a nossa diferença. *(Palmas.)*

Hoje eu estou aqui emocionado, eu choro, e sabem por quê? Porque hoje a gente vê os nossos jovens com o pai chegando bêbado em casa batendo; às vezes a culpa é do sistema que diz que o problema é só a droga, só a cocaína, só a maconha. Mas tudo começa no álcool que tem por aí, só para ganharem impostos. E o que acontece? O pai bate, o filho fica revoltado por ver o pai bater na mãe, aí o traficante alicia, e a polícia em vez de ajudar sabe o que faz? Vai lá e ajuda a bater mais ainda.

Para onde nós vamos? E não adianta o capitão dizer que tem 12 mil comandados, porque dez que vão lá já bastam para fazer o terror. Então, não adianta tirar os 11.990 de fora, porque só a minoria já faz. A minoria consegue dar conta. Eles são bem armados. Eu vi uma vez os policiais pegarem um garoto pela cueca. Esse é o respeito que se tem com um moleque? A polícia tem que fazer o papel dela, que é prender para fazer o delegado fazer um BO, que vai para o Fórum, e depois para o promotor acusar e o juiz dar a pena. Se não for para isso, então que não se tenha juiz, não se tenha advogado, não se tenha promotor, que se tenha só um batalhão da Polícia Militar.

Para terminar, uma estatística: o Brasil mata mais do que a pena de morte nos Estados Unidos. Isso é só uma estatística. A Polícia Militar mata mais. O nosso povo tem que entender que enquanto a televisão fica com o Ibope, quando os nossos jovens ficam vendo Xuxa e Malhação, enquanto a Globo fica com o Ibope, o nosso povo fica sem o 'I', ficando só com "bope".

Valeu, obrigado e boa-noite. *(Palmas e manifestações da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Depois todos os membros da Segurança que estão sendo citados poderão se manifestar. A palavra continua livre para quem quiser fazer uso dela. *(Pausa.)*

Com a palavra o senhor Kinsak Nascimento.

O SR. KINSAK NASCIMENTO - Boa-noite a todos.

É lamentável estarmos reunidos aqui hoje para discutir essa situação gravíssima. Poderíamos estar praticando lazer, aquele lazer que não existe; poderíamos estar praticando um outro tipo de diversão, aquela diversão que não existe; mas estamos aqui, e o assunto é sério. Quando deixamos as nossas famílias para trás para podermos estar reunidos hoje aqui, é algo de suma importância que vemos no dia-a-dia. Se a gente colocasse todas as vítimas desses últimos meses, esse espaço seria pouco, teríamos que pegar o Orlando Scarpelli emprestado.

Eu sou um dos pioneiros do Movimento Hip-Hop, trabalho com questões sociais há anos, e por trabalhar com questões sociais fui perseguido por órgãos dentro da própria polícia, com telefone grampeado, com várias denúncias feitas por fazer transformações por determinado setor.

Eu acho que a gente precisa estar bem atento para as discussões, para as ações. Eu sou uma pessoa muito observadora, e durante as falas eu vi a parte institucional com um ar meio sarcástico no canto da boca - não deu gargalhada porque a periferia está em massa aqui. E isso reflete praticamente um pouquinho das coisas que acontecem dentro das delegacias e em outros espaços públicos.

E a fala do capitão é totalmente institucional, dá para ver que é feita de leitura e não da prática. Não que seja por falta de conhecimento, porque a polícia tem muitas pessoas capacitadas, pessoas que dão suporte - eu não vou citar nomes de majores e capitães que me dão auxílio para dar essa luz para a periferia no dia a dia.

Mas eu queria falar daquilo que não vai aparecer hoje aqui: do lado feio, do lado brusco, do lado truculento. Eu tenho essa experiência porque vivi um tempo na periferia; juntei meu dinheiro e saí da periferia, não pela periferia, mas por causa da polícia - e eu vi que o tratamento mudou. Meu tratamento mudou quando tomei a minha casa, porque hoje minha casa não tem tramela arrombada.

Eu queria falar, principalmente, sobre ações dos P2. Os P2 estão fazendo uma devassa nos espaços, nas comunidades, são aqueles que não têm farda, que aparecem do nada e que muitas vezes agem pela polícia, mas com certeza não respondem pela polícia. Então, eu queria falar sobre isso.

O Jean colocou da roupa. O jovem de hoje vai usar correntão, vai usar boné, vai usar roupa larga, porque essa é a roupa que a juventude utiliza. Os senhores já estão com certa idade, tiveram de acompanhar outros movimentos, seja o do cabelo *black* ou o da calça boca de sino, cada um com seu estilo. Só que, hoje, a questão racial fica muito mais evidente.

A gente vê os policiais constantemente infringindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tenho um trabalho dentro da comunidade Chico Mendes diariamente e ali eu acompanho. Lamentável esse filme Tropa de Elite, que só serviu para inspirar os policiais a praticarem ações. E quero parabenizar uma parte da mídia, o jornal Hora de Santa Catarina, que retratou uma das poucas denúncias que acabam não aparecendo.

Já estou cansado, estou com dezenove anos de audiências públicas, já trouxe vários adolescentes aqui para falar sobre a violência, sobre a casa invadida, sobre os P2 que entram nas casas, roubam câmera fotográfica, roubam televisão, quebram coisas, amarram gente em cadeira, dão socos e fazem uma série de coisas que com certeza não vão chegar hoje aqui, vão ficar no lado obscuro, já que se trata de periferia.

Boa parte da periferia é composta por pessoas de bem. É muito bonito quando eu ouço isso claramente nos comentários de alguns, mas os policiais não têm isso muito na ação. Quando a fala do capitão retrata aquela questão do tráfico, de que houve 5.700 ligações e que boa parte é destinada ao tráfico, a população está acuada, a população não é conivente com o tráfico. O tráfico está ali e gera oportunidade, coisa que o Estado acaba não gerando. E muitas vezes o que acontece, no caso da denúncia, é o cara da periferia já estar acuado, porque a polícia, quando entra, não vai definir se isso aqui é de um traficante ou de outro traficante.

Senhoras e senhores, o tráfico gera por dia em torno de R$ 3 mil a R$ 4 mil dentro de uma boca de mais ou menos cem metros quadrados. Vamos calcular: em dez dias, são R$ 40 mil! Na periferia não existe casa de R$ 40 mil, não existe carro de R$ 40 mil, não existe nenhum valor aquisitivo superior a isso, geralmente falta muita coisa, e o traficante de periferia não tem avião! Então, isso não está localizado.

Eu confesso que fiquei feliz quando começou a aparecer a podridão em Jurerê Internacional. Acho que isso serviu de reflexo para uma sociedade hipócrita que acaba elegendo políticos que prometem mais segurança e criticam o governo por dar o Bolsa-Família. Eles não sabem o que essa bolsa representa para uma família! E essa bolsa muitas vezes acaba competindo com o tráfico, porque se ele ganha uma bolsa, muitas vezes deixa de ir para o tráfico, vai para o projeto.

Já que estou cansado de tudo isso, quero trazer uma proposta que pode até servir como encaminhamento: uma remodelação da Corregedoria. Eu falo principalmente da Corregedoria da Polícia Militar, porque estive no mês passado registrando algumas ações... Sei que dentro de um espaço no Batalhão, próximo à sala de P-2, que são figuras bem conhecidas da comunidade que revidam... É todo um processo para deixar a pessoa acuada, é algo intimidador.

Para ser transparente, até para a própria sociedade, acho que seria interessante a mudança da Corregedoria de dentro do Batalhão, capitão. Isso ajudaria muito a população e, principalmente, a própria corporação, porque audiências públicas como esta, com certeza, diminuiriam bastante.

Era somente isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos retornar ao Marco Aurélio. Em seguida, a professora Vanda, que está inscrita. Então, três minutos para direito de resposta.

O SR. MARCO AURÉLIO HOFFMANN - Quero te dar parabéns pela tua fala, que, realmente, foi bastante coerente, bem como pelo teu trabalho, pelo desenvolvimento dos teus projetos, pois isso contribui muito com a segurança pública.

Quanto à sugestão, quero dizer que há um projeto de a nossa Corregedoria sair de dentro dos quartéis e ir para um prédio independente, no qual seria feita uma ouvidoria. E também já foi trabalhado um projeto - até o delegado aqui pode informar com mais propriedade - de se criar uma corregedoria única, envolvendo um único prédio, com os membros da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Ministério Público, no qual a gente atenderia à população.

A tua sugestão já está sendo estudada e isso é bastante importante. Os próprios membros da Corregedoria hoje já fazem essa solicitação ao nosso comando.

Jean, eu fiz algumas anotações aqui sobre a tua manifestação. Primeiro, fico feliz em saber que tens amigos policiais, isso já é... E quando tu falas que tens amigos policiais, quero dizer que o policial militar, o policial civil e o policial federal não são alienígenas, são cidadãos como qualquer outro, saem do meio da sociedade. Nós temos hoje policiais militares e policiais civis que são de comunidades carentes, moram em morros; temos oficiais negros, sargentos negros, soldados negros, um número muito grande de todas as raças, se posso falar assim.

O SR. JEAN FÁBIO NASCIMENTO - Capitão, só um instantinho...

O SR. MARCO AURÉLIO HOFFMANN - Assim que concluir, Jean, passo a palavra para você.

Então, há essa preocupação.

Você perguntou quantos policiais foram expulsos da Polícia. Primeiro, fazer uma distinção, e está aqui um membro do Ministério Público que pode corroborar com as minhas palavras: quando falei que 677 inquéritos foram instaurados, quis dizer que o inquérito é instaurado quando há indício de prática penal, indício de crime.

Quando há indício de crime, a Polícia Militar instaura o inquérito e encaminha à Justiça e o Ministério Público vai fazer a denúncia ou não. A pena a que o policial será condenado é a pena legal, que está nos nossos códigos. Então essas penas, Jean, fogem da alçada da Policia Militar, estão no âmbito da Justiça. Na Polícia Militar a gente trabalha com processos disciplinares. Em 2006 e 2007 foram excluídos da corporação 44 policiais militares.

Já respondendo a tua pergunta, porque querias saber quantos policiais foram excluídos, quero te dizer que 44 policiais foram excluídos pelos mais diversos tipos de conduta. Mas lembro que por prática de crime, é claro, aguarda decisão judicial, e havendo condenação na Justiça, ele sofrerá as sanções administrativas, mas nós temos dentro do 4º Batalhão da Polícia Militar um minipresídio no qual os policias militares que são presos por determinação judicial estão aguardando julgamento.

A senhora Maria de Lurdes perguntou que tipo de formação nós temos. Até para informar à comunidade que quer ingressar na Polícia Militar, quer ser profissional da Segurança Pública, quero dizer que para ser policial militar há necessidade de prestar concurso público, sendo exigido o ensino médio e ter de 18 anos a 26 anos de idade.

A formação policial é diferenciada. Nós temos uma formação para soldados, uma formação para sargentos e uma formação para oficiais. Para oficiais, são quatro anos de academia, com disciplinas de direitos humanos e ética, que são coordenadas também pela Univali; para soldado, são nove meses e também tem matérias que envolvem áreas humanas, cidadania, ética e está dentro das orientações do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e da Secretaria Nacional da Segurança Pública; e para sargento, que já é, no caso, a carreira policial, é um ano e meio de formação.

Em relação à fundada suspeita, não existe em ninguém um rótulo na testa ou sei lá onde dizendo que é bandido ou cidadão de bem. Isso não existe! Como são feitas as abordagens então? Elas são feitas de duas formas: através de um planejamento, a polícia já investigou algumas ações de determinadas pessoas e essas pessoas acabam sendo abordadas, ou através de operações policiais, em que é planejado. E nessas abordagens não há discriminação de vestimenta, de cabelo, de roupa. Não há essa discriminação. A abordagem é para todos. Se for feita uma abordagem num bar, todos irão para a parede.

Nós fizemos uma incursão no dia 9 no morro e abordamos um jovem branco de 18 anos (uma abordagem normal) que portava uma pistola da Polícia Militar com numeração raspada. Ele já tinha sido preso por porte ilegal de arma, mas, é claro, não tinha no rosto dele o estigma.

Eu não vou dizer para você, Jean, ou para a senhora... Como falei anteriormente, é claro que temos no nosso meio alguns policiais que cometem abuso, mas os números da Corregedoria estão aqui e são apurados. E se você me falar que muitos policiais ficam impunes, quero dizer que não são só policiais que ficam impunes (alguns casos não vêm ao conhecimento do nosso comandante; por não ter conhecimento, não são apurados), mas outros membros da sociedade. Por exemplo: provavelmente neste momento alguém deve estar cometendo algum delito, alguma infração de trânsito, avançando um sinal vermelho ou estacionando em local proibido, mas nunca vai responder por isso.

Mas quero dizer a vocês que a Polícia prega um procedimento extremamente técnico, impessoal. É técnico. Os nossos ensinamentos seguem um padrão internacional de abordagem. As nossas técnicas seguem o padrão americano, o mesmo utilizado na polícia de Londres.

Então não há discriminação, pelo menos durante a formação. É claro que as pessoas poderão ser responsabilizadas se cometerem alguma infração.

O SR. KINSAK NASCIMENTO - Capitão, deixe-me quebrar um pouquinho o protocolo, até para orientá-lo na sua fala.

Acho que realmente tem esse treinamento dentro da Polícia, tem todo esse aparato, seja a técnica de Israel, um policial de Israel que venha para cá, mas a gente veio aqui hoje para falar de um determinado grupo, que eu acredito que seja remanescente (eu não queria mais falar nisso, já que fui perseguido durante anos por causa disso), ligado aos Doze Apóstolos, o que é uma denúncia muito grave. E a mídia nem deu suporte, denunciou num dia e no outro dia se apagou. Hoje em dia, você não consegue mais denunciar em jornais. Não consegue, porque muitos policiais se tornaram artistas!

A gente precisa enxergar que existe dentro da Polícia um setor que provoca esse pânico, essa distorção dentro das comunidades, que muitas vezes não chega... Eu falo isso porque já tive que conversar com o Cleto, da Secretaria da Segurança Pública... E quero lamentar a ausência do nosso secretário da Segurança Pública em discussões como esta e em outras que eu acompanho, ele sempre manda um representante. Está bem representado, mas é importante que compareça, porque é deputado, representante do povo, poderia ligar essas duas situações. Mas a preocupação que existe é que é um setor que provoca essas situações, essa reação, esse mal-estar. Então, a nossa presença aqui, comunidade, periferia, representantes, é para discutir uma solução quanto a esses policiais.

Eu trago mais uma proposta de encaminhamento, que a gente já discutiu na comunidade: a existência de um círculo vicioso do policial. Ou seja, eu não vou citar nome para não trazer problema, mas na comunidade tem determinados policiais que todo mundo sabe o nome de cor e salteado; em São José todo mundo sabe o nome de cor e salteado de tal policial, e policiais que provocam... Tem denúncia grave! São donos de boca de fumo! Denúncias gravíssimas, mas isso ninguém vai denunciar. Eu não vou citar... Sei de várias comunidades ligadas a um ponto, a outro ponto.

Então, é um setor que provoca terror dentro de uma comunidade e muitas vezes isso não chega ao conhecimento dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Por favor, não podemos ficar nesse pingue-pongue, pois aí não haverá tempo para ouvir todos os inscritos.

O SR. KINSAK NASCIMENTO - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Nós temos que garantir a todos, democraticamente, o direito de falar. Esse é o papel da audiência pública. Temos que restringir o tempo, permitindo assim diferentes depoimentos nesse debate. Portanto, proponho que as manifestações sejam de três minutos cada, permitindo com isso o máximo de intervenções.

Passo a palavra ao delegado Maurício Eskudlark.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero dizer que quando falo em 1% é só ver quantos por cento de cada comunidade está no presídio cumprindo pena por homicídio, por tráfico. Ninguém tem escrito na testa que é bandido ou não. E sei que o objetivo de todos aqui é o mesmo: ninguém concorda com a criminalidade. Então, quando a gente fala em 1%, fala com base naquelas pessoas que foram condenadas, que estão no presídio, que podem ser brancos, negros. É bandido? Ninguém quer essa pessoa na rua!

Eu senti agora pela sua posição que o problema não está no combate ao crime, naquele que entra lá e é preso, que tem provas, está na abordagem do dia-a-dia, no respeito ao cidadão na rua, numa lanchonete, num local.

Então, acho que é isso que temos que discutir com a Polícia Militar. Ninguém é contra quando tem prova de que é traficante, que praticou um crime, vai lá e prende, coloca na cadeia. Isso todo mundo está junto denunciando e apurando.

Acho que esta audiência é positiva no sentido de se rever algum tipo de procedimento na abordagem do dia-a-dia, que aí é o cidadão de bem, é o jovem negro ou branco que está voltando do colégio ou que está indo para um evento, para uma festa e é abordado muitas vezes de forma inconveniente, violenta. Então, acho que o objetivo é este: o combate ao crime.

Só para reforçar: o índice que digo é em função das pessoas de cada comunidade que, infelizmente, estão no presídio cumprindo pena. Então, acho que o problema maior é esse aí, a abordagem do dia-a-dia na rua.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra à companheira Vanda de Oliveira Gomes Penedo, por até três minutos.

A SRA. VANDA DE OLIVEIRA GOMES PENEDO - Boa-noite a todos os membros da mesa, aos colegas, aos jovens, ao pessoal das comunidades e das escolas.

Primeiramente quero dizer aos representantes da Segurança Pública, que representam hoje os órgãos de... Para nós, eles têm sido órgãos de repressão do Estado, não outra coisa.

Quero dizer também que nós só chamamos audiências porque não estamos sendo ouvidos nem através de boletim nem através de denúncia. E quando a gente faz denúncias via imprensa, passa por mentirosos - pena que o major Milton não esteja aqui hoje! Eu mesma fui dada como aquela que inventa uma situação, aquela que cria uma situação de racismo e de opressão de polícia contra mim mesma, e não consigo nem imaginar como isso acontece.

Então, esta audiência acontece para que os órgãos possam nos ouvir, e aí não ouvir só a Vanda falando no jornal, ou o Quinho ou a Lurdinha, mas ouvir que tem uma comunidade que está receosa dessa situação e não denuncia porque tem medo da represália, e isso está colocado. Quer dizer, esses poucos boletins que vocês têm e que não são apurados, estão engavetados. Aliás, boletim de caso de racismo e boletim de denúncia policial apodrecem nas gavetas, não dão nem bola. Primeiro é o policial aceitar a nossa denúncia e depois é encaminhá-la devidamente, o que não acontece. Então, essa é a nossa angústia.

Por isso, para nós, a polícia é ainda um órgão de repressão, não um órgão de segurança. Aliás, desde o processo da falsa Abolição da Escravatura a polícia tem sido um aparelho do Estado de repressão à população negra, aos nossos jovens, às nossas meninas, às mulheres que são detonadas, que ouvem de tudo. Acho que isso precisa ficar bem claro! Os policiais pegam as meninas e dizem tudo o que vocês possam imaginar - eu não tenho nem coragem de mencionar o que eles dizem.

Então, se não tiver uma formação que atente para essa questão da cidadania, mas que atente muito mais para a história da discriminação racial na sociedade brasileira, os policiais... O que o capitão relatou não condiz com o que acontece conosco. Eles metem o pé na porta, ninguém tem papel, ninguém tem nada atestando que tem que entrar. Somos parados nas ruas, nos bares! A gente denuncia e não resolve nada! Fomos abordados em um bar em frente à Escola Técnica Federal e chamaram a rainha do Carnaval de 3007 de tudo - estávamos lá e presenciamos.

Isso é uma angustia! Temos raiva! É raiva mesmo, porque somos tratados o tempo todo como delinqüentes! Até quando isso? *(Palmas.)* E aí a polícia se apresenta como aquela que resolve e nos mostra um forma de atender a população que não condiz com a realidade, capitão! Nós sofremos, vivemos e ouvimos isso! A polícia parou na frente de um bar em que estávamos confraternizando com a rainha do Carnaval deste ano!

Então, não é realidade o que o senhor está nos colocando! Essa não é a realidade que a população negra vive e essa não é, com certeza, a polícia nem a segurança que queremos!

Por isso, já tentamos... Inclusive já apresentamos ao governador do Estado... Pena que ele não recebe ninguém, muito menos a população negra, porque já nos oferecemos para discutir outra perspectiva de segurança pública para este Estado que não seja a Operação Escorpião. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o senhor João Luiz de Oliveira, líder comunitário da Associação dos Moradores da Ponta do Leal.

O SR. JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA - Entendo que essa briga incessante da polícia em insistir que a gente fique relembrando os nossos antepassados na senzala, sendo caçados pelos senhores do mato...

Hoje, quando eu estava chegando do hospital com uma senhora da nossa comunidade, o que me chamou a atenção foi a presença de um camburão do Bope e de um carro da imprensa querendo pegar furo dentro da minha comunidade.

A minha comunidade é pequena, tem trezentas pessoas, são 75 famílias, sendo 25% de negros. Fazemos um trabalho intenso de socialização e não temos mais tráfico de drogas, conseguimos controlar.

Então, o que está acontecendo agora com a mídia? Como eles não estão tendo o que falar da minha comunidade, estão levando camburão e mais essa maldita imprensa! Maldita imprensa! Bando de nojentos! Foram lá tentar denegrir a minha comunidade, disseram que foram lá pegar um cara, mas o cara nem mora na minha comunidade, o cara nem existe na minha comunidade! Por que não vão lá para ver eu me ferrar, junto com as mulheres, para manter os nove projetos que temos, maracatu, capoeira, inglês e natação?! As nossas mulheres estão com a auto-estima lá embaixo porque ficam vendo aqueles horrores. A polícia não chega lá e diz: "Com licença, a gente pode fazer uma abordagem?" Não! Eles dizem: "Na parede! Na parede! Abre as pernas! Abre as pernas!" *(Palmas.)*

Eles não têm educação, não respeitam as pessoas, cara! Não perguntam o que a pessoa está passando. Outro dia eu estava saindo do curso de bombeiro que faço ali no Estreito e um policial me parou e disse: "Encosta, encosta! Vou te ganhar! Eu disse assim: tu vai aprender comigo, malandro! Se tu soubesses quem eu sou nem paravas, velho! Tu sabes quem sou eu? Ele disse: "Não, porque você está de capuz, está todo encapotado". Eu disse a ele o seguinte: mas quem está com uma arma é você, eu estou aqui e estou indo embora! E aí quem é o bandido da história, fazendo uma abordagem absurda dessa aí?!

Vou dizer uma verdade que aprendi na faculdade: ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho, todo mundo se educa mediante uma situação.

Se a polícia acha que é dona da situação e todo mundo reclama, alguma coisa está errada! Se só um falasse que eu sou assim, eu nem iria esquentar, mas se todo mundo falasse para eu prestar atenção, que está na hora mudar... É até uma opinião construtiva!

Saiba o senhor que eu não queria estar na posição de vocês. Não queria mesmo, é uma situação muito ruim, porque de repente vocês estão pagando por outros policiais que não estão prontos e estão fazendo em cima da gente! É pena que esse major não esteja aqui para ouvir! É uma pena! E é uma pena a gente ter que vir aqui para isso. A gente não está aqui para comemorar as boas novas dos projetos das nossas crianças que estão se formando, dos nossos advogados, dos nossos médicos. Não tem como, a mídia não permite! Só quer mostrar o Hélio Costa.

Eu fiz uma matéria hoje para soltar para o Hélio Costa, que só quer falar de bandido. "É bandido! É vagabundo, é vagabundo!" Não é, cara! Tem muita gente boa dentro da comunidade! Visitem a minha comunidade para ver como é. Dez horas não tem mais barulho! Tem que prestar atenção.

Para concluir, eu juro por Deus, não tive tempo porque fui levar uma senhora ao hospital, mas se tivesse tempo parava aquela imprensa. A polícia ia me encher de pau, porque nós íamos tocar o *(ininteligível),* porque eles não têm o direito de fazer o que fizeram lá hoje. Não tem, não! Se tivesse motivos, boca-de-fumo ou ladrão, mas não tem! Eles vão aos morros e querem prender todo mundo! Por que não se preocupam com os velhos dos morros que são presos da própria realidade?! Porque com 70 anos eles não conseguem mais descer! Por que não inventam uma situação para que eles possam subir e descer o morro? Eles não são mais contribuintes, não pagam mais impostos?!

Preste atenção, rapaziada! Não funciona assim, não! E esse pessoal da imprensa, da televisão, vou lançar no jornal amanhã um repúdio, porque não estou satisfeito com o que eles fizeram. Eu fico triste com isso, porque sei o quanto batalho pela minha comunidade. Eu sei.

Vocês, que estão na Polícia, deveriam se ligar, trazer a comunidade para vocês. Vocês estão nos afastando! Vão ficar sozinhos, vão morrer sozinhos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Sênio do Amaral.

O SR. SÊNIO MENDES DO AMARAL - Eu trabalho na Escola Jurema Cavallazzi, no Morro da Queimada. A cada ano que passa (há anos trabalho como professor do Estado), vejo alunos negros sendo excluídos das escolas. Um mínimo consegue chegar até ao terceiro ano do 2º grau. A escola hoje não é a realidade, e eu vejo que a educação é um dos meios ou talvez o único meio para a gente mudar essa situação.

Eu fico perguntando o que tem hoje na Polícia no que diz respeito à formação dos policiais quanto à realidade, todo o histórico que a professora fez, porque hoje tem leis que foram colocadas e a gente já vê uma realidade mudando dentro das escolas, no estudo da história africana, e isso contribuiria, com certeza, para que houvesse um novo olhar desses policiais em relação aos negros e aos excluídos que hoje moram em todo o entorno do maciço do Morro da Cruz.

A situação no morro hoje é que o governo não entra. Realmente ele se isola. Se o governo entrasse no morro, a gente pegaria a lista telefônica... Não teria 35 mil pessoas morando como se fosse uma área verde! Não existe! Aquilo ali é como se fosse tudo mato. A gente tem as ruas da Capital, tem tudo ali, mas todos esses cidadãos não existem, são simplesmente 35 mil pessoas que não estão contribuindo para Florianópolis ser a capital número um do País.

A gente tem que parar de ficar se espelhando na formação americana, na formação israelense, na formação de Londres. Em Londres mataram um brasileiro que nem era negro! Por ser um pouquinho moreno já fuzilaram o cara! Então, essa questão já deveria ser excluída do discurso, porque eu acho que não condiz.

Por que nós estamos aqui? Todo mundo que mora em Florianópolis pára e pensa assim: todo esse morro virando uma grande favela emendada por todo lado e sem controle. Até quando? Será que o governo vai esperar que aconteça o mesmo que aconteceu na França, que uma comunidade que foi excluída durante décadas deu um grito e colocou fogo em carros, ficando aquela loucura que virou Paris?!

Eu acredito que sem educação a gente vai dar passos muito menores do que o esforço que se possa fazer aqui de a polícia ter uma melhor formação da realidade dessas pessoas que são excluídas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Nós temos nove inscritos. Se mantivermos três minutos para cada um, vamos ter dez minutos para os encaminhamentos finais. Então, agora precisamos respeitar, democraticamente, todos os inscritos.

Com a palavra Carlos Eduardo Cunha, o Quinha.

CARLOS EDUARDO CUNHA - Sou o Quinha, canto Rap e sou da comunidade do Morro do Mocotó. Eu gostaria de perguntar para o capitão qual investigação é feita para eles me pararem na rua, jogarem-me na parede e dizerem que sou suspeito?

Gostaria de aqui relatar um fato: eu estava vindo da UFSC, da universidade pública de Florianópolis, e fui justamente para saber de uma reunião sobre quotas. Pego o latão e quando páro no terminal o policial vem e diz para mim: "Ô, pára aí!". E aí eu digo: "O que foi, pô?". Eu nem sabia quem era o cara, ele nem se identificou! Simplesmente perguntou: "Pára aí, abre a mochila.". Depois, ele viu que não acreditei em quem ele era, aí mostrou a carteira de policial e disse: "Tens que cortar o cabelo! Eu conheço alguém que é igualzinho a tu". Tá, todo preto é igual. Isto todo mundo sabe: todo preto é igual!

Eu também gostaria de falar uma coisa: depois que passou este filme "Tropa de Elite", eu comecei a ver umas coisas diferentes na farda da polícia. Começou a vir uma caveira aqui do lado (*aponta para o local)*. Gostaria de saber que tipo de projeto é esse. Será que isso é para nós, para os cidadãos? É para apoiar os cidadãos ou simplesmente para manter a repressão do Estado sobre a nossa população?

O senhor falou também sobre graduação. A gente percebe muito bem a graduação, capitão, porque afinal a gente apanha cada vez mais. Quanto maior a graduação mais a gente apanha. (*Palmas.*)

É isso o que eu gostaria de falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra Fernando Maurício da Costa.

FERNANDO MAURÍCIO DA COSTA - Boa-noite. Eu moro aqui na comunidade da Prainha, ao lado do Mocotó, e meu pai é 3º sargento da reserva.

Eu também tenho algumas perguntas, uns questionamentos para fazer ao capitão. Quero saber qual é esta técnica de abordagem que o senhor citou que os policiais têm para abordar uma pessoa na rua. Quero saber se esta técnica de abordagem tem que mudar quando o policial sobe o morro. E quero saber se, quando ele sobe o morro, nessa técnica de abordagem pode usar tapa, chute nas pernas para abri-las, mão no saco. Desculpem a palavra, mas pode usar isso? Eu quero saber.

Também desejo saber como funciona esta questão da investigação, porque o Quinha não chegou a citar, mas ele e o Jason, que está sentado ali (*aponta para o Jason*), quando vinham do Colégio Celso Ramos para casa, ao subir o morro foram abordados por uma guarnição. Ao Jason simplesmente perguntaram se tinha documentos ou alguma coisa do tipo, e o Quinha precisou tirar boné, abrir mochila e fazer mil coisas desse tipo. O Jason estava de moletom, e ele disse, até brincando comigo: "Ah, eu poderia estar com uma escopeta ali dentro que eles não iam nem saber". Eu também só quero saber o porquê disso.

A gente está há um bom tempo aqui na audiência. Eu acho que já está evidente: o que a gente quer, realmente, é que os casos e os relatos sejam levados a sério e também que não haja represália. Eu conheço muitas pessoas que sofrem abuso e não vão [à polícia] porque, realmente, não querem sofrer represália. Aí a pessoa pergunta: "Tá, por que você não vai lá fazer o BO?" "Ah, não, a gente sabe como é, né? Chega lá, ele vai dizer que não pode, vai dizer que a gente vai apanhar depois, se acontecer, e tudo mais.".

Também, se o policial quer ser chamado de tio, como o senhor disse, assim como são chamados os professores das nossas escolas, por que esse policial não age conosco como um tio? Por que ele não chega e pede: "Ah, faz favor, pode abrir a sua mochila?". Ou alguma coisa do tipo, como já houve casos de policiais exemplares, que são poucos. Infelizmente, são poucos os que entram na comunidade e pedem: "Faz favor, pode abrir a mochila? Faz favor, pode ir para aquela parede?", ou alguma coisa do tipo. São poucos. Por que eles não agem conosco realmente como um tio? Seria muito bom.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passo a palavra ao senhor Paulo Roberto Dias Neves, diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

O SR. PAULO ROBERTO DIAS NEVES - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar a mesa, conforme nominada no início.

Como diretor-geral da Secretaria da Segurança, eu estou aqui representando o secretário. Com essa informação, até gostaria de responder aos componentes da mesa: o secretário está em Brasília buscando recursos para investir em Santa Catarina, por isso não está presente aqui hoje.

Quando eu disse ao deputado Pedro Uczai que gostaria de ouvir antes de me manifestar é porque cada comunidade possui os seus anseios, cada grupo de pessoas possui os seus problemas próprios. Na verdade, nós temos duas orelhas e uma boca só, para ouvir mais do que falar. Eu ouvi vocês até agora e posso entendê-los. Como disse o doutor Maurício no início de sua fala, muitas vezes o cidadão quer não necessariamente que a polícia encontre o seu objeto furtado, que resolva imediatamente o seu problema, mas quer ser bem tratado.

A Secretaria da Segurança - eu falo em nome dessa entidade - tem preocupação muito grande com a capacitação dos seus profissionais. Há alguns anos fui diretor da Academia de Polícia e sempre pautei pelo atendimento ao público. O atendimento tem que ser primordial. O problema é que é muito difícil nós tratarmos esta massa de doze mil, como disse o capitão, porque, na verdade, em toda Secretaria são quase trinta mil funcionários. É muito difícil para nós termos comportamento linear com todos. Por isso que eventualmente ocorrem esses problemas que foram mencionados agora há pouco.

Eu quero parabenizar aqueles que se manifestaram, pois vejo que são pessoas preparadas, são pessoas de bem e que estão buscando o melhor para a sua comunidade. E, em cima de buscar o melhor para a sua comunidade, eu quero cumprimentar o Gão. Parabéns! Porque, além de você reclamar, você mostrou o que está fazendo. Você tem uma comunidade que aboliu as drogas, que a partir das 22h não faz mais barulho, e é o que nós queremos em todas as comunidades, no morro, na beira do mar, até porque no verão, entre 50% e 60%, dos chamados para a polícia são com relação à perturbação do sossego. Quando ela podia estar cuidando das comunidades do bem, está atrás de um cidadão que está com o seu carro que parece uma boate móvel. Então, Gão, parabéns pelo trabalho vocês que estão fazendo na sua comunidade.

Concretamente, a Secretaria da Segurança possui um trabalho chamado Conseg. Nós temos quase trezentos Consegs no Estado todo. Através dos Conselhos de Segurança (Consegs), compostos por vocês e por pessoas da Segurança, é que sabemos o que podemos fazer. Há algumas comunidades, como a Chico Mendes, em que tivemos dificuldades seriíssimas de montar o Conseg, porque as pessoas de bem que queriam participar eram ameaçadas e tinham medo de fazer parte desse grupo. Nós tivemos sérias dificuldades em algumas comunidades em razão das ameaças que as pessoas de bem sofriam por fazer parte do Conselho.

O que nós precisamos é a sociedade organizada, e é o que vocês estão fazendo aqui: buscando organização, levando os anseios às autoridades. E o que eu tiro daqui até agora - não será a minha última fala hoje, com certeza, porque eu ainda vou ouvir mais - é que precisamos, realmente, capacitar mais o nosso policial.

O capitão falou há pouco sobre a Corregedoria e que eu poderia falar sobre ela. Realmente, hoje fiquei grande parte do meu dia estudando o projeto da Corregedoria, Corregedoria Única. Uma Corregedoria independente dos comandos das polícias, até para poder apurar com total independência. E todas elas seriam subordinadas a um único chefe, vinculado à Secretaria da Segurança. Essa é uma proposta que nós temos para que não haja mais corporativismo nas investigações relativas aos policiais.

Deputado, com certeza ainda me manifestarei, mas quero cumprimentar principalmente o Gão, porque, além de trazer sugestões, mostrou o que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Paulo, diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Vamos ouvir Cleber Bittencourt.

CLEBER BITTENCOURT - Boa-noite. Eu gostaria de relatar algo acontecido comigo, mas não queria que todos pensassem que estou aqui falando a mesma coisa e que nós viemos aqui só para dizer: "Aí, coitadinho de nós!" Não é isso! Eu gostaria de ouvir soluções. Não essas formais que estamos ouvindo até agora. Mas sim soluções reais. Que amanhã possamos ver uma lei ou alguma coisa parecida, algo que possa solucionar os nossos problemas.

Eu gostaria de contar um fato que aconteceu comigo há dois meses: eu estava ouvindo uma palestra lá para os lados da Palhoça, São José, saí, voltei para casa (estava atrasado para fazer outras coisas, estudar) e perdi meu documento. Voltei, e dei-me conta que perdi meu documento. No dia seguinte voltei lá e não achei. Em seguida, ligou-me um homem dizendo que era taxista. Eu pensei: poxa, o cara achou o meu documento - obrigada! O cara disse o local, a pracinha, fui lá e não encontrei nenhum taxista. Depois o cara retornou [a ligação], e disse: "Pô, estou na casa da irmã! Vem aqui na pracinha da Marinha." Fui lá. Cheguei, sentei para ler alguma coisa, e de repente quatro homens me cercaram com um xérox preto e branco de um negro careca. Não entendi bem o que estava acontecendo! O cara disse que iria entregar meu documento e vem... Aí já percebi que a coisa não estava boa. Eu sentado, quando olho, de repente... Até foram educados: "Por favor..."! Entrei no carro e pensei comigo: de novo! Lá fui eu: levaram-me para o Batalhão. Chegando lá, queriam que eu fosse até uma pessoa, porque eles acharam-me parecido com o cara que assaltou uma loja lá perto, porque eu perdido os documentos. Eu cheguei lá, e queriam que eu fosse até essa pessoa e que ela olhasse para mim e dissesse "Não, esse não é o bandido". Eu, assim: eu não vou! Eles: "Não!", que não sei o quê! "Não, não vou!" Eu estava sozinho, não tinha o que fazer. Aí ele tirou uma foto minha. Tirou a foto, pronto! Foi lá, levou para o cara, mostrou. "Ah, não é esse, não!" Voltei para casa e ficou por isso.

Só que eu fico triste. Não estou aqui para contar e, como eu disse no começo, não quero sentir-me o coitadinho. Eu quero que vocês, como representantes nosso, da periferia, façam algo! Parem de nos enrolar com palavras difíceis! Porque isso não vai levar a nada. Isso não vai levar a nada! (*Palmas.*) Isso só vai fazer chegarmos a casa e dizer: "O que ele disse mesmo? Vou procurar no dicionário." Por favor, tentem falar na linguagem que nós possamos entender! Porque, assim como nós chegamos num gabinete e temos que falar de acordo, eu queria que neste momento vocês falassem a linguagem do povo! Certo? Era isso que eu queria.

Valeu, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o sargento Armindo Maria, representando o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. ARMINDO MARIA - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar os componentes da mesa e todas as demais pessoas presentes. Parabenizo todos por terem disponibilizado este tempo para discutir uma questão bastante complexa. Percebo que vocês estão bastante indignados, e não poderia ser diferente.

Sou o sargento Armindo e estou representando o deputado Sargento Amauri Soares, que infelizmente não pôde estar aqui presente por estar neste momento no Plenarinho da Assembléia coordenando um outro evento, que foi marcado com bastante antecedência, a respeito do lançamento do livro de Luiz Carlos Prestes, corrente da qual participa. Ele lamenta muito não poder estar presente aqui, porque, por coincidência, posteriormente foi marcado na mesma data e hora.

Certamente, se o deputado Sargento Soares estivesse aqui, ficaria muito à vontade para debater este assunto, que é muito delicado, não é nada simples, porque aqui se discute justamente assuntos do seu interesse e que defende. São idéias que ele defende e, certamente, os assuntos são mais complexos do que estamos falando aqui.

Vejo que são dois problemas principais. Um deles poderá ser discutido para uma solução em curto prazo, ou melhor, não tão em curto prazo porque é questão de mudança de comportamento. O outro certamente em longo prazo, e não sei se ainda estaremos vivos para ver se realizar esse assunto.

O problema em curto prazo é a mudança de comportamento. Nós entendemos que o comportamento tem de começar a mudar dentro da caserna militar ou dentro da formação. Tudo isso que o capitão Hoffmann expôs faz parte da formação. Não quer dizer que é exatamente isso que o policial vai executar no meio da sociedade. A gente sabe que existem tratamentos diferenciados e que estão incutidos na cultura. Como falou a dona Maria de Lurdes, esse é um comportamento que vem ao longo de várias gerações. Se houve a libertação dos escravos naquela época, acredito que só legalmente, porque a escravidão continua. O sistema continua reprimindo as pessoas que são discriminadas socialmente.

Eu tenho certo cuidado em falar em raça, porque com certeza as pessoas que são da raça negra já são olhadas com certa diferença. Quando se fala em raça negra, eu penso que estamos discriminando sim. Temos que tratar todos com igualdade.

A questão de o policial reprimir mais a raça negra, eu digo o seguinte: o policial também vem do meio da sociedade, do meio das pessoas que aqui se encontram. Já houve aqui alguns que falaram disso, como é o caso do (desculpe, não lembro o nome) filho de um capitão e também do filho de um sargento. Temos aqui o nosso colega sargento da Policia Militar que é da raça negra, e certamente ele vive no meio da comunidade.

O outro problema, que é em longo prazo, é a mudança de comportamento para fazer com que a Policia Militar vá trabalhar no meio da sociedade e conheça cada líder, como os que se apresentaram aqui. Eles têm que conhecer esses líderes e saber como funciona lá no meio da sociedade, para então sim, junto com a comunidade, combater o tráfego. É dessa forma que tem de funcionar o trabalho da polícia.

Para concluir, deputado Pedro Uczai, o outro problema é social, e aí poderíamos ficar discutindo isso por uma semana ou até mais, talvez até por alguns meses, porque hoje a discriminação social é o maior problema da sociedade. Vejo que tem algumas pessoas que discordam, por isso digo que o tema é bastante complexo, e não discutiríamos isso em algumas horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o senhor Natan Jhamal.

O SR. NATAN JHAMAL - Eu quero a perguntar para o capitão que estava falando da inteligência da Polícia Militar. Se há investigação, a polícia deve saber quem são os traficantes. Então por que eles pegam qualquer pessoa de bem dentro da comunidade? Se há investigação, o pessoal (*ininteligível*), e qual a formação da Polícia Militar para investigar? Eu acho que investigar não é papel da Polícia Militar, seria papel da Polícia Civil.

Sobre o "estrelinha" da Polícia Militar, que é o major Nilton. O inquérito da Polícia Civil, certo? Sempre, quando ele pega alguém ou qualquer coisa, ele leva ao batalhão para apresentar à mídia, à imprensa. Eu quero saber também o porquê disso.

E eu quero falar do programa do Hélio Costa, do Nader Kalil. O pessoal que é da periferia tinha que boicotar esse programa. As Lojas Koerich, Imperatriz, que patrocinam esses programas, em vez de patrocinarem eventos culturais dentro da periferia estão patrocinando uma coisa que não traz nada de bom para a periferia, sendo que o maior ibope deles é dentro da periferia.

Era isso que eu tinha para falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao senhor Rui Alves.

O SR. RUI ALVES - Eu faço parte do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, que é composto por dezessete entidades.

Ao longo de dez anos de existência do fórum a gente também vem sentido que realmente a atual forma de fazer polícia está totalmente errada. Isso já é fato consumado e a gente vê pela expressão e pela colocação das pessoas.

O que a gente propõe para uma mudança séria é que realmente a polícia mude o seu comportamento. Ou seja, essa polícia tem que mudar, e precisa medar para uma polícia comunitária, para uma polícia que realmente tenha laços mais estreitos com a comunidade. Inclusive, temos um projeto construído ao longo de dois anos, com lideranças comunitárias, com muita discussão, e realmente os laços da polícia têm que ser estreitos com a comunidade. E isso não acontece!

Também temos que conversar sobre o efetivo da polícia, porque são muitos poucos policiais. Parece que faltam cinco mil policiais só no Estado de Santa Catarina. Então, a polícia só sobe os morros para quebrar tudo mesmo! Porque ela não está lá para ficar em conjunto com a comunidade.

Nós temos que mudar também a forma, ou os conceitos, de segurança pública. Segurança pública não é um homem fardado com uma arma na cintura! Segurança pública também é iluminação, esgoto, lixo, criança que não está na escola, ou seja, segurança pública perpassa muitas coisas, e não só a farda e a arma.

Então também é responsabilidade do governador! Eu acho que o governador, neste momento, também tem que pensar um pouco. Ele vai, sai, viaja, e parece que viaja para outro mundo, enquanto Florianópolis, principalmente os morros, fica muito à margem. (*Palmas*.)

Para concluir, deputado, essa discussão tem que avançar. Tem que avançar! E a polícia tem que mudar para polícia comunitária, com laços mais estreitos com a comunidade. Então nós temos que fazer uma reflexão muito mais profunda do que a que vem acontecendo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao senhor José Nilton de Almeida.

O SR. JOSÉ NILTON DE ALMEIDA - Boa-noite a todos. Eu faço parte do Núcleo de Estudos dos Negros, organização não-governamental do movimento negro aqui de Santa Catarina que existe há 21 anos e que já fez alguns trabalhos ligados a dossiê a respeito da violência em Santa Catarina. A gente até coloca à disposição esse material, um pouco para a gente constituir um repertório de informações a respeito dessas práticas aqui.

Gostaria de dizer que a gente recebeu uma denúncia. É até para a Polícia Militar e os representantes presentes saberem que as diferentes organizações do movimento negro, o MNU, que esteve presente na convocação desta audiência, também recebem denúncia. Quero ler a denúncia que recebemos de uma pessoa que estava aqui, o Evandro, que precisou sair. Recebemos a denúncia através de um professor na Unisul que escreveu para a nossa organização. Depois eu gostaria de fazer a minha fala.

(*Passa a ler*.)

"Lamento informar que essa noite ocorreu no bairro Brejaru, em Palhoça, um caso de agressão policial contra um líder estudantil: Evandro Rodrigues. Ao pedir que policiais tomassem o cuidado de não bater em seu irmão, já algemado, Evandro foi emparedado e agredido. Mais: foi ameaçado, a ponto de se sentir impossibilitado de prestar queixa na polícia, enquanto os agressores continuavam de serviço.

Encaminho, assim, anexo tanto a gravação telefônica que fiz de sua descrição do ocorrido quanto a de seu procedimento de segurança para ir para o trabalho na madrugada desse domingo, às quatro horas da manhã. Também anexo uma foto do passeio de bicicleta em que Evandro me apresentou a comunidade.

Para azar dos agressores, Evandro, 24 anos, trabalhador, estudante secundarista, é um jovem consciente de sua condição, consciente a ponto de representar o Brasil em Londres para um fórum sobre o racismo após o *apartheid*, em uma viagem com data marcada no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Sua indicação para o evento internacional é uma decorrência do mesmo ser reconhecidamente contemplado pelo "Prêmio Mérito Estudantil".

Peço, assim, à sua organização a intercessão, até porque a reconhecida solidariedade de Evandro ainda não consta com o estofo de quem tem uma vida pública de destaque para além das fronteiras de sua comunidade carente. É uma liderança carismática, nascente, que precisa de suporte institucional experimentado para dar conta de algumas das medidas e orientações essenciais a esses momentos de intimidação explícita."

Vim até com preocupação, quando o Jean chamou-me, convidou eu e a nossa organização para estar presente. A preocupação com relação a essas várias ocorrências, esses vários boletins. E aqui fico bastante contente, quando a gente vê uma juventude de fibra que vem aqui expressar o seu descontentamento com relação aos atos, às práticas, aos comportamentos, às ocorrências praticadas pela polícia.

Então gostaria de chamar a atenção dos representantes para uma coisa específica: sinto, como organização do movimento negro, a ausência da fala do Ministério Público, a ausência da OAB, a ausência de instituições que têm papel significativo na defesa dos direitos civis, dos direitos humanos em termos da sociedade. Num momento deste, em que a gente ouve depoimentos concretos, de pessoas concretas, de gente de carne e osso, o quanto essas instâncias têm papel de responsabilidade também com relação a denunciar! Porque, quando esses jovens apresentam algumas denúncias, qual é o amparo institucional para esses jovens? Onde eles vão recorrer para que tenham segurança de que as suas solicitações ou as suas denúncias encontrem amparo institucional concreto, decente, efetivo e que não sejam ameaçados posteriormente?

Desejo chamar atenção para duas questões e uma proposição. Primeiro, nós, aqui, não podemos tomar os policiais isoladamente como a expressão específica de atos individuais e não como expressão de uma ordem institucional. A Polícia Militar fala do princípio de operação ostensiva e de repressão (se não me engano, são esses os termos), em nenhum momento se fala da ação preventiva para determinadas situações. E ações preventivas se referem ao comportamento de uma polícia para o cidadão e em respeito a ele.

Existe um trabalho, uma pesquisa de antropólogos do Rio de Janeiro (não lembro o nome dos autores) intitulada "Elemento Suspeito", em que comentam como a Polícia Militar, como instituição, age de forma extremamente preconceituosa, uma vez que as pessoas especificamente visadas nas suas operações são os jovens e os negros.

Então, não temos mais tempo para ficar esperando. São gerações que estão sofrendo, e não temos tempo de achar que a Polícia Militar ou a instituição militar, em algum momento, vai resolver esse princípio que ordena a sua conduta, o seu comportamento.

Por isso, e encerrando, gostaria de fazer uma proposição, associada já às várias proposições concretas: que a Polícia Militar faça um levantamento sobre os boletins de ocorrência para que possamos identificar quem são os sujeitos efetivamente abordados por ela. E se vocês disserem que não são só negros, que a porcentagem proporcional à população não corresponde ao que estamos dizendo aqui, aí nós precisamos conversar.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o promotor de justiça Fabiano Henrique Garcia, representando o Ministério Público do Estado.

O SR. FABIANO HENRIQUE GARCIA - Boa-noite a todos.

Antes de qualquer coisa, seu José, logo que foi aberta a palavra, eu me inscrevi para falar em nome do Ministério Público, e, por cautela, por prudência, em razão de ver várias pessoas se inscrevendo, solicitei ao deputado Pedro Uczai que alterasse a ordem da fala do Ministério Público para escutar os casos e depois poder falar sobre eles.

Então, gostaria de registrar que o Ministério Público não está ausente, muito pelo contrário, ele está presente nesta pessoa que estava querendo ouvir todas as demais para depois se manifestar.

O Ministério Público é uma instituição pequena que tem participado ativamente em todas as comunidades e se envolvido nas questões sociais em todo o nosso Estado. E aqui, em Florianópolis, tenho certeza que não é diferente.

O nosso procurador-geral de Justiça atual, o doutor Gercino Gomes Neto, é um promotor de justiça que a comunidade de Florianópolis conhece muito bem. Ele é combatente, sempre combateu a violência policial, e quem já o procurou sabe disso. Ele é extremamente contra isso, como todos os promotores do nosso Estado.

Acontece que na questão da violência policial existe a Lei de Abuso de Autoridade, que, em regra, pune quem pratica essa violência. É uma lei em que a punição é branda, e para essa punição tem alternativas; quando chega ao conhecimento do Ministério Público, a gente toma as providências cabíveis ao caso.

Estou preocupado e surpreso nesta audiência pública não só pelos casos graves apontados, sejam por agressões sofridas pela comunidade, sejam pela comunicação feita às delegacias de polícia, mas também com a expressão "engavetamento dessas ocorrências". Isso me deixa triste, e o Ministério Público precisa ter conhecimento do fato.

Então, a primeira colocação que eu faço aos senhores, aos líderes comunitários, é que se houver registro de vítimas de violência e isso não for adiante, o passo seguinte é procurar um representante do Ministério Público (é um passo alternativo) e apresentar-se ou como vítima de agressão ou dizer que registrou uma ocorrência e nada aconteceu.

Se você for pessoalmente expressar esse registro, é só chegar lá com uma petição, com uma redação narrando o fato e entregá-la ao promotor, pedindo para ser investigado o fato. Porque o promotor de justiça, como titular da ação penal, tem legitimidade para pedir a instauração do inquérito policial para investigar esse fato que não foi apurado até então, e, no caso de haver policiais envolvidos e que não se tenha como pedir na delegacia, instaurar um PIC (Procedimento Investigatório Criminal) ele mesmo e proceder a essa investigação. Mas tem que chegar ao conhecimento do Ministério Público. O MP tem que ser provocado.

Acho que uma das propostas que nós poderíamos registrar hoje, deputado, seria enumerar essas comunidades e encaminhar esse dado aos órgãos públicos para que seja aberto algum instrumento que vá ao encontro delas verificar as situações lá ocorridas, bem como, e principalmente, ser facilitado, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar, o acesso dessas comunidades, para que possam ter algum local próprio. Pelo que eu senti, o problema mais grave é em Florianópolis, muito embora tenha sido citado um caso na Palhoça agora há pouco; então, que se tentasse, em curto prazo, criar algum local próprio na cidade para as comunidades irem lá apresentar a sua reclamação, que dali seria levada aos órgãos competentes.

Mesmo assim, antes de encerrar, eu quero repetir que o caminho legal é você registrar a ocorrência e a providência ser tomada na delegacia. Em não sendo, o Ministério Público está com as portas abertas no Fórum de Justiça de Florianópolis. E se lá não forem atendidos por um promotor de justiça, na Casa do Barão, que é um prédio perto da Pizza Hut, existe a Procuradoria-Geral de Justiça, e ali funciona a nossa Corregedoria, que irá receber qualquer pessoa da comunidade que queira denunciar que o promotor eventualmente não tomou providência sobre a denúncia que ela encaminhou para lá.

O Ministério Público está com as portas abertas para fazer esse trabalho com a comunidade nos moldes colocados hoje aqui.

É só isso que eu queria colocar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra a doutora Rosa Ribas Marinho, advogada, neste ato representando Comissão de Assuntos Prisionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

A SRA. ROSA RIBAS MARINHO - Boa-noite a todos. Também estávamos aguardando a manifestação do público para saber realmente o que está acontecendo. E nós já sabemos o que está acontecendo. Há doze anos eu faço parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB, e recebemos denúncias várias, não só de pessoas que já estão presas como daquelas que estarão ou daquelas que nunca vão estar mas sofrem discriminação por conviverem num meio pobre.

São pessoas que tiveram coragem de chegar até a Comissão de Direitos Humanos e denunciar, porque a grande maioria não tem coragem. Contam-nos o caso e dizem: "Por favor, eu não quero denunciar, eu só quero dizer para vocês saberem, para vocês tomarem providências". Então, é muita gente, e a grande maioria não se comunica com ninguém, simplesmente se esconde.

Fico abismada que a Polícia esteja somente nos morros, na periferia, nas comunidades carentes, como vocês as chamam. Os traficantes só estão nos morros? Não! Quem vende, quem traz a grande quantidade de droga? Não estariam eles também nos bairros ricos? Vocês já viram policiais militares ou policiais civis parar BMW ou Audi? Não, nós temos um Estado repressor, um Estado persecutório, que só se preocupa em reprimir. Mais do que em dar segurança, ele está preocupado em reprimir.

Também me deixa muito triste, e a nós todos, ouvir garotos dizerem "Por que não pediu com carinho 'abre a mochila'?" E por que abrir a mochila? Ninguém nunca pediu para eu abrir a minha bolsa! Será que agora vão pedir? Estou ficando com medo também. Dá medo, gente! Todo mundo está com medo. É terrível isso, a gente se sente impotente.

A Comissão de Direitos Humanos recebe as denúncias, processa-as, encaminha-as para o Ministério Público, para a Corregedoria de Polícia Civil, para a Corregedoria de Polícia Militar, insiste na resposta dessas denúncias. Como vocês bem dizem, nós sabemos quais são os policiais. Não são todos, não podemos generalizar. Nós temos uma Polícia Militar em Santa Catarina e uma Polícia Civil que são exemplos para o Brasil. Não tenho dúvida nenhuma em dizer isso. Nós precisamos ter orgulho da nossa Polícia, da corporação militar e da corporação civil do Estado de Santa Catarina. Esses poucos policiais que denigrem a imagem das instituições públicas é que têm que ser banidos.

Em Nova Iorque, um prefeito negro conseguiu, através de uma polícia secreta, especial, que ele criou, identificar em pouco tempo os policiais corruptos. Na verdade, em muitos casos (e são tantos os casos que a gente não vai conseguir terminar de contá-los aqui), eles apanham a droga e vão embora, e o traficante continua lá; eles recebem o dinheiro para não entregar o traficante. Então, precisamos identificar isso.

Não podemos desistir, e é uma pena que este debate não esteja sendo feito numa TV aberta para que todos participem e saibam o que está acontecendo. Cada um tem uma visão do filme "Tropa de Elite", e o tema dele também é um debate longo, interminável. Eu acredito que ele tenha sido importante para mostrar como está o Rio de Janeiro, como está a população e como vai ficar aqui se nós não tomarmos providências, se não nos rebelarmos, se não gritarmos como vocês estão gritando.

Eu me sinto parte da população. Estou com vocês.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Rosa.

Queria dizer que esta é uma audiência pública, portanto, por mais que os membros da Segurança Pública queiram tecer e produzir um diálogo, um contraponto, não resolve, porque não tem solução aqui nesse tipo de reunião. O fundamental na democracia de uma audiência pública é ouvir os diferentes depoimentos de cada um a partir do seu lugar social e a instituição ouvir esses depoimentos, ouvir essas experiências, essas denúncias e processar, cotidianamente, em forma de política pública.

Mais do que responder verbalmente aqui, deve-se ter uma resposta concreta e real. Esse é o desejo da audiência pública, e não fazer um contraponto do diálogo filosófico, político, ideológico ou partidário, seja de oposição ou de situação. É mais do que isso, é ter a capacidade de ouvir os diferentes depoimentos de pessoas que estão vivendo cotidianamente um processo de violência.

O tempo está esgotado, mas ainda queria tecer alguns comentários, para encaminhamento.

O Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) colocaram-se abertos para receber denúncias. Já os membros da Segurança Pública aqui presentes apontaram a perspectiva, inclusive da Corregedoria, de se ter um espaço autônomo, independente, para que as pessoas, de forma tranqüila, sem represália, possam levar as suas denúncias - e que essas denúncias não signifiquem mais violência do que a própria denúncia que se produziu, porque esse é o medo.

Então, eu acho que aqui não é responder se de cinco mil e poucas ligações telefônicas somente 3% [são de denúncia], porque se 3% denunciam policiais, mesmo com medo da represália, com medo de tudo isso, já é significativo. É importante quando as pessoas tomam a liberdade de ligar e denunciar para a própria Polícia, para o próprio órgão, que elas estão sendo vítimas de violência.

Acho, então, que é um dado importante e revelador 3% de cinco mil e pouco. Imaginem o que significa isso concretamente para as pessoas. Mas não é no cômputo geral.

Outro dado que ficou presente aqui na síntese é a relação que se constrói dos policiais com as comunidades e com as pessoas concretamente. É essa nova relação social que se está reivindicando, entre tantas outras, diferente das muitas falas e dos depoimentos colocados aqui com relação ao poder de autoridade ou a autoritarismos, à truculência. É uma relação que se constrói no dia-a-dia.

Sobre a questão de o debate ser em TV aberta, eu acho que a riqueza desse debate aqui... Fico muito feliz por estar representando a Assembléia Legislativa e possibilitar esses diferentes depoimentos aqui. Isso é democracia.

Teríamos que trazer, quem sabe, o filme "Tropa de Elite" e depois fazer o debate. Esse pode ser um dos encaminhamentos: trazer a comunidade, trazer a Segurança Pública para assistir ao filme e depois travar um debate com toda a comunidade.

Por último, acho que está presente o sentimento de impunidade. Há denúncia, mas não há punição. Tem que se construir uma imagem nova, porque a impressão que passa é que a impunidade de policiais que abusam da autoridade continua. E como tem esse sentimento de impunidade, há dificuldade de se construir uma nova relação de polícia comunitária, de a comunidade construir uma relação de confiança com os policiais e com a Segurança Pública.

Então, há uma desconfiança de que a impunidade continue diante das denúncias. Acho que isso ficou presente aqui.

Como alternativas, temos a questão da Corregedoria e a do aperfeiçoamento dos boletins de ocorrência. Que efetivamente sejam construídos boletins de ocorrência a partir do próprio depoimento e que haja investigação e inquérito.

Uma nova relação social também foi sugerida, assim como a construção de espaços não só para a questão de segurança, mas para políticas públicas de inclusão social nas comunidades. E acho que as conferências da juventude são um espaço democrático nos municípios, no Estado e no País para pensar-se o futuro.

Eu quero terminar dizendo que não vamos esgotar esse debate, pelo contrário, esta é a segunda audiência que fizemos, e vamos continuar em aberto. Todos os encaminhamentos aqui sugeridos vão compor o relatório desta audiência, que será enviado a todas as lideranças, à Segurança Pública, para que haja o debate, o diálogo e a aproximação que todos querem.

Se não for admitido que existe preconceito, não se terá uma nova relação entre Polícia, Segurança Pública e comunidades. Se não se admitir que o policial foi construído cultural, social, econômica e historicamente... Não é só a abordagem do ponto de vista técnico, pois se o policial está eivado de preconceitos, não tem técnica que resolva.

Se a Segurança Pública, como ponto de partida, admitir que tem preconceito... Eu fiz uma pesquisa com professores alemães, que tinham preconceito em relação a negros, caboclos. No oeste de Santa Catarina eles os excluíam de um jeito ou de outro, usavam de violência para tirá-los da escola.

Então, admitir que tem preconceito contra os pobres, contra os negros, contra os jovens é o ponto de partida. Se não admitir isso, não tem diálogo. E se não tem diálogo, não tem uma nova relação da Segurança Pública com as comunidades.

Isso não é um problema de técnica, não é um problema de excesso - excesso é só uma expressão -, o problema é a falta de compreensão da sociedade, que é desigual, injusta, violenta. Já existe uma violência cotidiana contra os pobres, uma violência cultural contra os negros, e quando existe o processo de reprodução da violência pela Segurança Pública, é mais uma violência. É mais uma.

Então, se admitirmos o preconceito e a discriminação contra pobres, negros, comunidades desiguais, teremos o ponto de partida para um novo diálogo. Aí, sim, é possível construir uma nova cultura.

Eu participei da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado. Nos morros pode ter crime organizado, pode ter traficantes, sim, mas quero dizer aqui, com toda a sinceridade, que não tem narcotráfico, que não tem crime organizado se não estiverem os de farda envolvidos, os de cargo político e, muitas vezes, os de toga. Não acredito, e escrevi isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Certo, mas é para continuarmos o debate.

Então, é preciso ter-se presente a necessidade desse debate e da construção da segurança pública, que deve ser para todos. Por isso que não há grandes desmontes do crime organizado no País quando pega político, pega policial, pega empresário, pega a rua, pega o asfalto.

Então, precisamos admitir isso para que se possa enfrentar o problema da segurança, porque muitas vezes o morro é mais uma vítima da insegurança social, cultural, econômica e também da segurança pública.

Para esse debate, temos que estar com o espírito aberto. A comunidade não pode ser inimiga dos policiais, e os policiais não podem ser inimigos da comunidade. Temos que construir um novo marco de relação entre Polícia, Segurança Pública e comunidade.

A gente vê aqui a disposição dos membros da Segurança Pública, e quero agradecer, de forma sincera, em nome da Assembléia Legislativa, ao Maurício, ao Marco Aurélio, ao Paulo, que se dispuseram a participar desta audiência pública. Se pudéssemos ouvir vocês, juntamente com os dirigentes da Segurança Pública que têm essa intenção e aqueles policiais que atuam cotidianamente nos morros, quem sabe poderíamos construir uma nova relação.

Então, continua aberto esse debate. Essas proposições serão encaminhadas às entidades que participaram desta reunião, aos órgãos de Segurança Pública, à Secretaria, à Polícia Civil, à Polícia Militar, à OAB e ao Ministério Público. Pode ser assim?

Vamos, portanto, continuar esse debate com a construção de encaminhamentos.

A SRA. MARIA DE LURDES MINA - Nós gostaríamos apenas de pedir, porque algumas coisas foram apontadas, deputado, que ficassem claras as propostas trazidas.

Tanto o MNU (Movimento Negro Unificado) quanto o Nei trouxeram a proposta de formação dos policiais. A gente também apontou não a questão dos policiais individualmente, mas a falta de política em segurança pública. É a instituição que queremos que mude. Isso foram coisas que a gente apontou aqui, certo?

Quanto à fala do representante da Secretaria da Segurança Pública, queremos dizer para ele que não queremos estado de sítio. Na realidade queremos... As nossas comunidades são negras, são comunidades que brincam, que escutam música alta, sim, porque temos na nossa alma a musicalidade, e isso não é sinal de marginalidade!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Então, vamos ver se ficou claro o encaminhamento.

Primeiro, esta audiência não delibera, não tem o poder de deliberar. Segundo, nem os membros do governo, nem os da Segurança Pública têm aqui condição de tomar posição em nome da Secretaria; pelo menos é esse o entendimento, certo? Viemos aqui para ouvir, para dialogar, para trocar idéias e fazer contraponto para quê? Para melhorar a relação da Segurança Pública com as comunidades.

Eu acho que esse é o objetivo da audiência pública, Maria de Lurdes, e vamos elencar todos os pontos de encaminhamento que foram sugeridos em todas as falas e encaminhar para todas as entidades, inclusive para os órgãos relacionados à Segurança Pública, para o secretário da Segurança Pública, para o governo do Estado, para o Ministério e para a OAB. Está claro isso?

Todas as propostas de encaminhamento foram gravadas e taquigrafadas pelas profissionais que estão aqui, a quem queremos agradecer. Também agradecemos aos profissionais da Assembléia Legislativa que estão aqui filmando e transmitindo para o Estado inteiro.

Todos aqui, como o Marco Aurélio, o Eskudlark, gostariam de fazer o contraponto, dialogar, mas vamos colher as informações, os encaminhamentos, porque já passamos quinze minutos do horário de encerramento, combinado com vocês democraticamente.

Obrigado a todos os membros da mesa, a todos vocês. É histórico esse diálogo. Agradeço mais uma vez a todos, em nome da Assembléia Legislativa e da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Continuaremos esse diálogo, porque ele produz fruto.

Está encerrada a reunião.

DEPUTADO PEDRO UCZAI
PRESIDENTE

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 006/08
Instituto Espírita Casa da Fraternidade

Araranguá, 28 de janeiro de 2008

Ao
Exmo. Sr. Deputado Júlio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Caros Senhor,

Nós da Instituição Espírita Casa da Fraternidade, vimos através desta em cumprimento a Lei nº 13.663, de 28 de Dezembro de 2005, artigo 3º, que diz respeito a **manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, encaminhar cópia de nosso relatório anual de atividades, o balancete contábil, ata da nova diretoria, e ainda uma cópia da Lei que nos concedeu o Título no ano de 1998, sob o nº 7489/88,** vimos solicitar que nos encaminhe a certidão atualizada do Título de Utilidade Pública Estadual de entidade para o ano de 2008.

A Casa da Fraternidade é uma entidade assistencial, de caráter educacional, cultural e religiosa, que vem prestando assistência a qualquer pessoa, sem imposição religiosa ou qualquer discriminação. Localizada num dos bairros mais carentes de Araranguá, ao longo de vinte anos, a entidade já atendeu mais de cinco mil crianças e adolescentes através do **"Projeto Juventude Luzes do Amanhã".** Tem trazido o estímulo e promoção social através da arte a centenas de crianças e adolescentes, levando-os participar de mostras e festivais culturais.

Além do atendimento às crianças, a Instituição também promove benefícios para a família, através do **" Projeto Renascer",** oferecendo curso de geração de renda as mães, de artesanato e costura, bem como cursos supletivos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, em parceria com o CEJA de Araranguá.

Contamos com um apoio em rede, entre Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Programa Liberdade Assistida e Escolas da comunidade. Com a manutenção do Projeto contamos com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal, de convênios de empresas. E ainda, colaboram materialmente, Lions Club e Rotary Club de Araranguá.

Hoje, a entidade está em pleno funcionamento. Os excelentes resultados obtidos, são comprovados pelo número de pessoas beneficiadas, pela avaliação escolar e pela melhoria dos índices sociais. Outras informações poderão ser obtidas através do nosso Site:www.casadafraternidade.com.br.

Certo que podemos contar com a vossa compreensão, agradecemos e aguardamos respostas.

Atenciosamente.

Catia S.G. Han
Presidente
Instituição Espírita casa da Fraternidade

Lido no Expediente
Sessão de 13/02/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 039, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **TÂNIA INÊS SLONGO**, matrícula nº 5456, do cargo Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/02/08 (Liderança do PT).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 040, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LEONARDO BORTOLOZZO**, matrícula nº 5065, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/08 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 041, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Luiz Cesar Verissimo	0915	3%	36%	15/12/07	2502/07
Ivania B. Ranzolin Nerbass	0981	3%	36%	12/12/07	2503/07
Tania M. Hilsendeger da Silva	1249	3%	36%	13/12/07	2504/07
Euclides bagatoli	1928	3%	24%	17/12/07	2533/07
Maria Nagiba Demetrio Ribeiro	4990	3%	36%	16/12/07	2534/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 042, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, o servidor abaixo relacionado passa a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Nilson Germano Vieira	1881	3%	3%	01/12/07	2425/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 043, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, ***ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO***, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

NOME SERVIDOR	**MATR**	Processo nº	Nível	**VIGÊNCIA**
Alexandre Melo	2125	2397/07	Especialização	07/12/07
Loris Nassar Camisão	3129	2401/07	Especialização	07/12/07
Marcelo de Paula Ribeiro	1475	2403/07	Especialização	07/12/07
Luiz Carlos Paiva Junior	2162	2410/07	Especialização	07/12/07
Newton Ladislau Zomkowski	0904	2443/07	Especialização	11/12/07
Maria Izabel Maciel	1361	2438/07	Especialização	11/12/07
Denise Videira Silva	1818	2476/07	Especialização	13/12/07
Siomara Gonçalves Videira	1210	2477/07	Especialização	13/12/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 044, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, ***LICENÇA-PRÊMIO,*** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo **Qüinqüênio**		Processo nº
1162	Anna Soraya Bacha	17/02/02	16/02/07	2297/07
1144	Raquel Teresinha Oliveira	17/02/02	26/06/07	2301/07
1402	Maria de Fatima Barreto Becker	02/07/02	01/07/07	2380/07
1378	Elisabeth Nuernberg	03/07/02	02/08/07	2387/07
1146	Simone da Rosa Tasso	17/02/97	16/02/02	2421/07
1146	Simone da Rosa Tasso	17/02/02	16/02/07	2421/07
1031	Paulo Bittencourt	02/12/96	01/12/01	2429/07
1031	Paulo Bittencourt	02/12/01	01/12/06	2429/07
1037	Marcos Antônio da Silva	15/05/99	14/05/04	2430/07
1114	Henrique Vaz	02/02/02	01/02/07	2435/07
1136	Evelin Gisele Pires	04/02/97	03/02/02	2479/07
1136	Evelin Gisele Pires	04/02/02	03/02/07	2479/07
1157	Leda M. Slovinski Faustino da Silva	20/05/02	19/05/07	2480/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 045, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MAURO RAINERIO GOEDERT**, matrícula nº 4092, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 13/02/08 (Deputado Jandir Bellini).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 046, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CHRISTIAN DA SILVEIRA**, matrícula nº 3160, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/08 (Deputado Antonio Aguiar).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 047, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LUIZ BERNARDO MANN**, matrícula nº 4656, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/08 (Deputado Antonio Aguiar).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 048, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **PEDRO MICHELS NETO,** matrícula nº 2965, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 049, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MONICA GRAZIELE BURIGO,** matrícula nº 4970, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 050, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ZULMIRA DAGOSTIM BACIS,** matrícula nº 3958, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 051, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MONICA GRAZIELE BURIGO**, matrícula nº 4970 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 052, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ZULMIRA DAGOSTIM BACIS**, matrícula nº 3958, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 053, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ADRIANO BECKER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 054, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **WLADEMIR WANDERLEI DE FREITAS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 055, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **HASSAN FELIX DE SOUZA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 2008 (Deputada Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 056, de 13/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **IZABEL SONEGO,** matrícula nº 1462, no Gabinete da Deputada Ada de Luca.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 006/08

Fica vedada por parte das Instituições de Ensino privadas sediadas no Estado de Santa Catarina a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

Art. 1º Ficam as Instituições de Ensino privadas sediadas no âmbito do Estado de Santa Catarina proibidas de cobrar de seus alunos qualquer taxa ou outro tipo de valor, para aquisição de material de ensino de uso coletivo.

Art. 2º A fiscalização da presente Lei ficará sob responsabilidade do Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado César Souza Junior

Lido no Expediente
Sessão de 13/02/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição destina-se a atender aos anseios populares, uma vez que pais de alunos vêem ao longo dos anos sendo compelidos a adquirirem além das extensas listas de material de ensino de uso individual, outros itens, intitulados como material de uso coletivo, tais como papel higiênico e material de expediente, que deveriam ser de responsabilidade das instituições de ensino.

Considerando que a Lei 9.394/96, que trata das Diretrizes da Educação não estabelece nem regula esta cobrança, pressupõe-se que tais despesas já estão, ou deveriam estar previstas nas mensalidades pagas no decorrer do ano.

É o que prevê a Resolução nº 01/1983 do Conselho Federal de Educação, em seu art. 2º, § 1º, e a Resolução nº 03/1989, no art. 4º, § 1º, as quais estipulam que constituem encargos educacionais, de responsabilidade do corpo discente, o pagamento de anuidade a qual, dentre outras despesas, servirá também para custear material de ensino de uso coletivo.

Resolução n. 01/1983-CFE:

"art. 2º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:

1º **A anuidade escolar, desdobrada em duas semestralidades, constitui a contraprestação pecuniária correspondente à** educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados, como a matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, **material de ensino de uso coletivo**, material destinado a provas e exames, 1ª via de documentos para fins de transferência, certificados ou diplomas (modelo oficial) de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, de cronogramas, de horários escolares, de currículos, e de programas." (grifei)

Resolução n. 03/1989-CFE:

"art. 4º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:

1º **A mensalidade escolar constitui a contraprestação pecuniária correspondente à** educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados como matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, **material de ensino de uso coletivo**, material destinado a provas e exames, de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas" (grifei)

Assim sendo, o que há na realidade, é um desvio de finalidade praticado por representantes das instituições de ensino que deveriam se ater a, tão somente, prestar os seus serviços adequadamente em cumprimento às normas gerais da educação nacional como dispõe o inciso I do Art. 209 da Constituição Federal.

Oportuno destacar ainda, que tal cobrança contraria dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, no que diz respeito à coibição de práticas (art.39, V) ou cláusulas (art.51, IV e §1º, I, II e III) abusivas e que se tornem excessivamente onerosas ao consumidor.

A Constituição Federal de 1988 estabelece competência concorrente aos Estados em matérias relacionadas ao consumo e a dano ao consumidor, conforme se depreende dos incisos V e VIII do Art. 24 da referida Carta Magna. Neste ínterim, e diante da relevância do tema, solicito apoio dos demais pares para aprovação da matéria em análise.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 007/08

Dispõe sobre a compensação social em municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo estadual facultado a conceder incentivos fiscais e promover obras compensatórias a municípios que sejam sede de penitenciária, colônia agrícola, industrial ou similar, cadeia pública e locais de internação de jovens para cumprimento de medidas sócio-educativas.

Art. 2º As obras compensatórias deverão beneficiar, no mínimo, três vezes o número de pessoas que os estabelecimentos prisionais abrigarem no município.

Art. 3º A implantação do estabelecimento prisional dependerá de estudos de viabilidade e de impacto social, econômico e ambiental.

Parágrafo único. Os estudos de impacto deverão estar concluídos antes do início das obras do estabelecimento prisional.

Art. 4º Realizados os referidos estudos e identificadas as obras compensatórias a serem realizadas e os incentivos fiscais concedidos, deverão estes ser repassados e aquelas concluídas juntamente com o estabelecimento prisional que lhes deu causa.

Art. 5º Os estabelecimentos prisionais de que trata o art. 1º não poderão entrar em funcionamento antes das medidas compensatórias.

Art. 6º A opinião pública da localidade será levada em consideração, por meio de realização de audiência pública acessível à população do respectivo município e promovida pelo Conselho Popular da circunscrição.

§ 1º O Conselho Popular será composto por três membros da sociedade civil, um membro do Ministério Público, um membro do Poder Legislativo, um membro do Poder Executivo, um membro das autoridades policiais civil e militar e um membro das entidades religiosas, todos da localidade sede, e um membro do ente responsável pela implantação do estabelecimento prisional.

§ 2º As reuniões do Conselho Popular deverão ocorrer sempre em local público, precedidas de publicação de no mínimo três dias, comunicando à população a hora, o local e, se possível, a pauta de discussões.

Art. 7º Excluem-se dos efeitos desta Lei os estabelecimentos prisionais em fase de implantação, aqueles já em funcionamento e as prisões que fazem parte de quartéis e de delegacias de polícia.

Art. 8º Para se aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no Estado de Santa Catarina, somente serão computados os detentos nascidos no local, excetuando-se aqueles provenientes de outros Estados ou municípios.

Art. 9º A falta de cumprimento de qualquer uma das determinações desta lei sujeitará o representante do Poder Executivo e seus subordinados diretos responsáveis pela implementação dos referidos projetos às sanções da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, independentementedas demais sanções civis e penais cabíveis.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado César Souza Junior

Lido no Expediente
Sessão de 13/02/08

JUSTIFICATIVA

As conseqüências da construção de estabelecimentos prisionais nos Municípios são muitas, avultando a indignação popular e a sensação, justificada, do crescimento da insegurança, temerosa de fugas e da instalação, nas proximidades, de células de apoio ao crime organizado.

Além dos temores diretos vindos da vizinhança de um estabelecimento prisional, a população do município ainda se depara com os custos indiretos como a forte desvalorização imobiliária e o alto custo ambiental, aqui considerando suas dimensões sociais e naturais, ambos de prejuízos inevitáveis para a cultura e economia local.

O número de detentos em nosso Estado tem aumentado consideravelmente. Nos últimos quatro anos, passou de seis mil para dez mil. Dessa forma, o Poder Executivo vê a necessidade de construir presídios para abrigar o número crescente de condenados, entretanto, por motivos já citados, encontra impasse por parte dos municípios em permitir a edificação.

Destarte, diversos segmentos da sociedade têm se manifestado solicitando que o Estado crie algum mecanismo compensatório, por ceder território à construção dos indesejáveis presídios. Tais solicitações prendem-se à alocação de mais verbas ou obras de infra-estrutura para os municípios afetados.

Neste norte, objetiva a presente proposição que o Estado compense os municípios que abrigam esses estabelecimentos prisionais, através de benefícios fiscais e construindo, em contrapartida, obras que venham a possibilitar melhorias na infra-estrutura do município e nas mais diversas áreas que a população local julgar necessária.

Ademais, as decisões a respeito da implementação destas medidas compensatórias deverão se sujeitar à opinião popular da localidade e à aprovação do Conselho Popular, que deverá ser o mais homogêneo possível, tendo como preceito base de suas deliberações a vontade dos munícipes.

As reuniões, nos termos do art. 6º, devem ser públicas para que haja transparência nas decisões do Conselho.

Após os devidos estudos de impacto, todo esse conjunto de medidas compensatórias, que estará sob os auspícios do Estado, deverá ser concluído juntamente com o estabelecimento prisional que lhes deu causa. Não cumprida as exigências, os responsáveis serão penalizados nos moldes do art. 9º da presente proposição.

Por último, é oportuno, para se aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no Estado de Santa Catarina, somente computar os detentos nascidos na localidade, excetuando-se aqueles provenientes de outros Estados ou municípios, com vistas a impedir distorção dos números avaliados e o decréscimo dos índices destes municípios

Desta feita, o projeto de lei em epígrafe visa implementar a compensação social por parte do Estado, como forma de amenizar os impactos, à toda evidência, ocasionados pela instalação de um estabelecimento prisional nos municípios.

Pelas razões acima exposta e, diante da relevância do tema, peço apoio dos demais pares para aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 008/08

Denomina Penitenciária de Segurança Máxima do Estado a Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara.

Art. 1º Fica denominada Penitenciária de Segurança Máxima do Estado a Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado César Souza Junior

Lido no Expediente
Sessão de 13/02/08

JUSTIFICATIVA

As conseqüências da construção da Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara são muitas: avultou a indignação popular e a sensação, justificada, do crescimento da insegurança, temerosa de fugas e da instalação, nas proximidades, de células de apoio ao crime organizado.

Além dos temores diretos vindos da vizinhança do estabelecimento prisional, a população do município ainda se depara com os custos indiretos como a forte desvalorização imobiliária e os prejuízos inevitáveis para a cultura e economia local.

A Penitenciária de São Pedro de Alcântara abriga hoje 1,1 mil presos, totalizando 11% (onze por cento) do total de presidiários do Estado. Na média do Município, existe um detento para cada grupo de três habitantes.

Em face da instalação do estabelecimento prisional e da própria nomenclatura destinada ao local, o Município, que é a primeira colônia alemã de Santa Catarina, esta sendo taxado de colônia penal.

Os prejuízos são evidentes. Desta feita, denominar o estabelecimento prisional como Penitenciária de Segurança Máxima do Estado irá, por certo, amenizar o impacto social e histórico, evitando utilizar o nome do próprio Município de São Pedro de Alcântara, que faz parte da história de nosso Estado e é sinônimo de orgulho para seus moradores.

Pelas razões acima exposta e, diante da relevância do tema, peço apoio dos demais pares para aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 009/08

Instituiu o pagamento do valor de meia-entrada aos Professores Estaduais em locais que menciona.

Art. 1º - Fica assegurado aos professores estaduais, o pagamento de meia-entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais e musicais, em casas de exibição cinematográfica, em praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado de Santa Catarina;

§ 1º - Para efeito do disposto nesta lei, consideram-se casas de diversão de qualquer natureza os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento;

§ 2º - Serão beneficiados por esta lei, todos os professores pertencentes ao quadro efetivo e ao quadro de caráter temporário dos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus, do Estado de Santa Catarina;

Art. 2º - Para usufruir do benefício a que se refere o art.1º desta lei, o professor deverá provar a condição referida no artigo anterior, através de carteira funcional, ou de documento oficial expedido pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina;

Art. 3º - Caberá ao Governo do Estado, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor, e ao Ministério Público Estadual a fiscalização do cumprimento desta lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes as sanções administrativas e legais cabíveis;

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 13/02/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei visa servir de incentivo aos professores do estado de Santa Catarina, principais formadores da sociedade catarinense, com o fim de obter acesso à cultura, na busca de maiores conhecimentos de um modo geral, indispensável para melhor exercer sua profissão.

Trata-se, também, de pensar a formação de professores em uma sociedade cada vez mais multicultural, em uma sociedade em que a pluralidade de culturas, etnias, religiões, visões de mundo e outras dimensões das identidades infiltra-se, cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea.

A cultura pode ser entendida como um aspecto da vida coletiva que envolve a produção e transmissão de pensamentos, além da criação intelectual e artística. Certamente, o contato com as produções culturais, nas suas mais diversas formas, é um modo de dialogar com a vida, com os acontecimentos que cercam nossos dias, com as notícias veiculadas pelos jornais, com a interpretação da realidade oferecida pelas novelas. Mas o processo cultural vai além disso, pois nele estão embutidas informações, idéias e provocações.

A cultura é, dessa forma, solo fértil para a formação de opiniões, e também constitui um espaço para a conscientização dos nossos direitos, o que envolve o reconhecimento de sua violação e dos meios pelos quais podemos pleiteá-los ou denunciar a sua negação. É inevitável concluir que a cultura é instigadora da cidadania.

O acesso à cultura é direito consagrado em nossa Carta Magna, que prevê:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além de ser direito de todos, o Estado tem o dever de reconhecer e fazer cumprir o direito ao acesso à cultura, que envolve o acesso às mais diversas formas de produção de conhecimento, como é a arte, o cinema, o teatro, a música...

O acesso à cultura deve ser uma grande preocupação, tanto concernente ao Estado quanto à própria sociedade, sendo importante viabilizar as produções culturais de forma mais ampla e diversificada para o acesso à cultura representar um legítimo formador - e não deformador - de opiniões e de cidadania.

Considerar o caráter multicultural do currículo e da formação docente implica respeitar e valorizar o profissional, principal formador do cidadão para viver em sociedade;

Ante o exposto, espera-se o apoio desta casa para aprovação do presente projeto, o qual, antes de qualquer coisa, tem por objetivo a busca da qualificação pessoal dos profissionais da educação, contribuindo diretamente para a qualificação e formação multicultural de uma classe tão esquecida e tão desvalorizada pelos administradores públicos.

Florianópolis (SC), em 07 de fevereiro de 2008.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 010/08

Autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina de Educação para o Trânsito na grade curricular das escolas de ensino fundamental no Sistema Estadual de Educação.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a introduzir como obrigatória e distinta das demais matérias a disciplina Educação para o Trânsito, no currículo do ensino fundamental no Sistema Estadual de Educação.

Parágrafo único. A disciplina de Educação para o Trânsito terá a carga horária de uma hora-aula semanal e será ministrada aos alunos do ensino fundamental e médio.

Art. 2º O processo de ensino-aprendizagem far-se-á por meio de aulas expositivas, teóricas e práticas, mediante utilização de todo e qualquer recurso disponível na escola.

§ 1º As unidades escolares deverão, a seu critério, convidar especialistas para proferirem palestras, bem como realizar outras atividades pedagógicas relacionadas com o tema.

§ 2º A Secretaria de Estado da Educação disponibilizará aos estabelecimentos de ensino, meios e recursos possíveis para a realização das atividades mencionadas no parágrafo acima, quando consideradas relevantes ao interesse público.

Art. 3º A disciplina de Educação para o Trânsito constará de informações, pesquisas, orientações, estudos e todo e qualquer tipo de desenvolvimento a respeito do tema, e terá como objetivo a informação e o conhecimento levado aos alunos.

Art. 4º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento estadual.

Art. 5º As unidades educacionais deverão adaptar seu currículo e grade escolar no prazo de noventa dias anteriores ao inicio do próximo ano letivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente

Sessão de 13/02/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem a precípua finalidade de promover a mudança cultural e comportamental no trânsito, estimulando a cooperação entre todos os usuários da via, o respeito às leis e a humanização no trânsito, educando para a cidadania e garantindo a segurança no exercício pleno do direito de ir e vir.

As estatísticas mostram que o número de acidentes e mortes no trânsito não pára de aumentar, diante disto, torna-se indispensável prepará-las para reconhecer e evitar situações de perigo, além de despertar o sentido de auto-preservação.

Dessa forma, esperamos ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***